

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MANOELA MÜLLER DE OLIVEIRA

**COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
EXECUTADAS DA UDESC E DA UFSC ENTRE 2005 E 2011**

FLORIANÓPOLIS – SC

2012

MANOELA MÜLLER DE OLIVEIRA

**COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
EXECUTADAS DA UDESC E DA UFSC ENTRE 2005 E 2011**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto.

FLORIANÓPOLIS – SC

2012

MANOELA MÜLLER DE OLIVEIRA

**COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
EXECUTADAS DA UDESC E DA UFSC ENTRE 2005 E 2011**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 03 de julho de 2012.

Professor Irineu Afonso Frey, Dr.
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Orion Augusto Platt Neto, Dr.
Orientador

Professor Flávio da Cruz, M.Sc.
Membro

Sueli Farias
Membro

*Dedico este trabalho aos meus avós (in memoriam),
Maria, Osmar e Verena, pelo amor, pelo exemplo
e pela dedicação, e ao meu filho João Lucas,
motivo da minha inspiração e persistência.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a conclusão com êxito de uma etapa muito importante na minha vida, uma conquista a ser dividida e comemorada com todos aqueles que de alguma forma, fizeram parte desta trajetória.

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela coragem para persistir.

Aos meus pais, Derça e Manoel, pelo amor e dedicação, pelo constante incentivo à educação e apoio na busca de meus objetivos.

Ao meu companheiro Lucas e ao meu filho João Lucas, por compreenderem minha ausência e por compartilharem comigo a alegria de viver em família.

Aos meus sogros, Valdete e Adelar, pela oportunidade de retomar a faculdade e pelo apoio nos momentos difíceis. Aos meus cunhados, Luana, Matheus e Thaís, pelo carinho e dedicação ao cuidar do meu filho para que eu pudesse concluir minha graduação.

Ao meu chefe, Álvaro, pelo apoio e compreensão aos momentos em que precisei me ausentar das minhas atividades profissionais para desenvolver este trabalho, pelo incentivo e por compartilhar experiências e informações que contribuíram para realização desta pesquisa.

À sociedade, que através da Universidade Federal de Santa Catarina, me proporcionou acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade.

Agradeço especialmente ao Professor Orion Augusto Platt Neto, pela confiança, orientação efetiva e pela transmissão de conhecimentos, imprescindíveis para a realização deste trabalho e que despertaram meu interesse pela Contabilidade Pública.

Ao Professor Flávio da Cruz e à Sueli Farias, pela atenção e pelas generosas contribuições que aprimoraram a versão final deste trabalho.

Ao Professor Luiz Albeton, pela colaboração e autorização para fornecimento dos dados da UFSC e ao colega de curso e servidor da instituição, Guilherme Santana, pela ajuda e atenção despendida, que viabilizaram a continuidade da pesquisa.

Aos meus colegas de UDESC, em especial ao pessoal da Pró-Reitoria de Planejamento, pelo apoio, incentivo e contribuições. Ao amigo Alex Onacli, com quem pude compartilhar as conquistas e dificuldades ao longo deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de curso, Gabriela, Jaques, Nicole, Samuel e Rogério, em especial a Paola, pela parceria durante o curso, foi um prazer dividir tantas experiências com vocês.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

*“Nosso caráter é o resultado
da nossa conduta.”*

Aristóteles

RESUMO

OLIVEIRA, Manoela Müller de. **Composição e evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC e da UFSC entre 2005 e 2011**. 2012. 151 p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) são duas instituições de ensino superior público e gratuito com relevância no cenário catarinense, e que gozam das prerrogativas de autonomia previstas constitucionalmente na execução de suas finalidades. Considerando o direito de todos acompanharem execução das despesas orçamentárias dos entes públicos, inclusive como forma de controle social, este trabalho tem como objetivo apresentar os valores, a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC e da UFSC, entre os anos de 2005 e 2011. Para tanto, a metodologia utilizada quanto aos objetivos foi a descritiva. A abordagem do problema foi mista, classificada como quantitativa e qualitativa. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica para elaboração da fundamentação teórica e a pesquisa documental para o desenvolvimento da análise. Os procedimentos metodológicos dividem-se em cinco etapas: identificação dos demonstrativos e relatórios contábeis que contenham a execução das despesas orçamentárias; coleta, organização e padronização dos dados; ajuste e cálculos que permitam a evidenciação e análise dos valores; delimitação do estudo comparativo a ser realizado; e apresentação dos resultados obtidos de forma individual e comparativa. Na sequência foi relatada a obtenção dos demonstrativos, a coleta, a tabulação e o ajuste dos dados. Em prosseguimento, elaborou-se a análise individual dos dados coletados, seguida da análise comparativa que evidenciou a predominância das despesas correntes, sendo as despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais a mais representativa do período nas duas Universidades (média de 64,65% na UDESC e 71,42% na UFSC) e aumento dos investimentos nos três últimos anos da série analisada (2009 a 2011). Observou-se o aumento das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC ao longo da série, com exceção do ano de 2006 na UDESC. Após ajuste monetário dos valores, constatou-se também redução das despesas empenhadas na UFSC em 2011, com relação a 2010. Em 2011, considerando valores ajustado e aproximados, a UDESC empenhou R\$ 253,6 milhões e a UFSC aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Despesa Pública. Execução Orçamentária.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BACEN	Banco Central do Brasil
EC	Emenda Constitucional
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CGU	Controladoria-Geral da União
CPROR	Coordenadoria de Programação Orçamentária
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DGO	Diretoria de Gestão Orçamentária
ESP	Entidades do Setor Público
FESC	Fundação Educacional de Santa Catarina
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	Índice Geral de Cursos da Instituição
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPREV	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MOG	Ministério de Orçamento e Gestão
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PCO	Procedimentos Contábeis Orçamentários
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SED	Secretaria de Estado da Educação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGEF	Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
SOF	Secretaria do Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UDESC	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas	74
Gráfico 2: Composição das despesas correntes empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa	74
Gráfico 3: Composição das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa.....	75
Gráfico 4: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por categorias econômicas	76
Gráfico 5: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por grupos de natureza de despesa.....	77
Gráfico 6: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa.....	78
Gráfico 7: Composição das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas	80
Gráfico 8: Composição das despesas correntes da UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa	80
Gráfico 9: Composição das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa.....	81
Gráfico 10: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por categorias econômicas	82
Gráfico 11: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por grupos de natureza de despesa.....	83
Gráfico 12: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa.....	84
Gráfico 13: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas	86
Gráfico 14: Evolução das despesas correntes empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa	87
Gráfico 15: Evolução das despesas de capital empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por elementos de despesa	88
Gráfico 16: Evolução das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas	92
Gráfico 17: Evolução das despesas correntes empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa.....	93
Gráfico 18: Evolução das despesas de capital empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por elementos de despesa.....	94
Gráfico 19: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011	98
Gráfico 20: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas.....	100
Gráfico 21: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa.....	102
Gráfico 22: Evolução das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre Administração Pública e Governo	25
Quadro 2: Grupos de natureza de despesa	46
Quadro 3: Estrutura <i>multicampi</i> da UDESC	52
Quadro 4: Síntese da estrutura e administração universitária da UFSC	56
Quadro 5: Indicadores comparativos escolhidos	105
Quadro 6: Indicadores comparativos propostos	106
Quadro 7: Índice de aplicação de recursos em investimentos da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011	106
Quadro 8: Índice de despesas diretas com investimentos da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011	107
Quadro 9: Índice de despesas diretas com pessoal da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011	108
Quadro 10: Índice de despesas com pessoal por trabalhador da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011	109
Quadro 11: Índice de despesas correntes não previdenciárias por aluno matriculado na educação superior da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações institucionais da UDESC entre 2005 e 2011	53
Tabela 2: Alunos matriculados na UDESC entre 2005 e 2011	54
Tabela 3: Informações institucionais da UFSC entre 2005 a 2011	57
Tabela 4: Despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011	62
Tabela 5: Despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011	64
Tabela 6: IPCA e fator para ajuste monetário para o período entre 2005 e 2011	66
Tabela 7: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	67
Tabela 8: Despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	69
Tabela 9: Despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	71
Tabela 10: Evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC, entre 2005 e 2011, com base em 2005	89
Tabela 11: Evolução das despesas orçamentárias executadas da UFSC, entre 2005 e 2011, com base em 2005	95
Tabela 12: Composição das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por categoria econômica.....	99
Tabela 13: Composição das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa	101
Tabela 14: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa	103
Tabela 15: Consolidação das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa	104
Tabela 16: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2005	122
Tabela 17: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2006	123
Tabela 18: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2007	124
Tabela 19: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2008	125
Tabela 20: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2009	126
Tabela 21: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2010	127
Tabela 22: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2011	129
Tabela 23: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2005	130
Tabela 24: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2006	132
Tabela 25: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2007	134
Tabela 26: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2008	136
Tabela 27: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2009	138
Tabela 28: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2010	140
Tabela 29: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2011	142
Tabela 30: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2005, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	144
Tabela 31: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2006, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	145
Tabela 32: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2007, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	146
Tabela 33: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2008, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	147

Tabela 34: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2009, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	149
Tabela 35: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2010, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	150
Tabela 36: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2005, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	152
Tabela 37: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2006, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	153
Tabela 38: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2007, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	154
Tabela 39: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2008, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	156
Tabela 40: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2009, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	157
Tabela 41: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2010, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	158
Tabela 42: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011	160

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
1.4.1 Universo e amostra	18
1.4.2 Classificação metodológica	19
1.4.3 Procedimentos metodológicos.....	20
1.5 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	21
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.1 EDUCAÇÃO COMO FUNÇÃO DO ESTADO	23
2.1.1 Conceitos e objetivo do Estado	23
2.1.2 A administração pública	25
2.1.3 Serviços públicos.....	27
2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS E AUTARQUIAS	31
2.3 FINANÇAS PÚBLICAS	33
2.3.1 Contabilidade Pública	35
2.3.2 Orçamento público	36
2.4 DESPESAS PÚBLICAS	41
2.4.1 Princípios da despesa pública.....	42
2.4.2 Classificação das despesas públicas	43
2.4.3 Despesas orçamentárias e suas classificações.....	44
2.4.4 Etapas e estágios da despesa pública	47
3 RESULTADOS DA PESQUISA	50
3.1 APRESENTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS.....	50
3.1.1 UDESC.....	50
3.1.2 UFSC.....	54
3.2 OBTENÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS E COLETA DE DADOS	58
3.3 TABULAÇÃO E AJUSTE DOS DADOS	60
3.4 ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS.....	73
3.4.1 Composição e expressividade das despesas	73
3.4.1.1 UDESC.....	73
3.4.1.2 UFSC.....	79
3.4.2 Evolução das despesas	86
3.4.2.1 UDESC.....	86
3.4.2.2 UFSC.....	92
3.5 COMPARAÇÕES ENTRE AS UNIVERSIDADES	98
3.5.1 Comparação da composição e da evolução das despesas.....	98
3.5.2 Análise introdutória de indicadores.....	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112

4.1 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS.....	112
4.2 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS RESULTADOS	113
4.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	115
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE	122

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se as finalidades e o alcance deste trabalho, iniciando com evidenciação do contexto que abrange o tema e problema abordados. Em seguida, são expostos os objetivos geral e específicos, bem como a justificativa para realização deste estudo. Logo após, são abordadas a metodologia da pesquisa, suas limitações e delimitações, finalizando com a descrição da organização do trabalho e sintetizando os capítulos subsequentes.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no que tange à educação como elemento abrangido no contexto da ordem social, as universidades “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define seus princípios e fins, bem como sua organização por intermédio dos entes públicos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1996).

A LDB estabelece, ainda, a origem dos recursos públicos destinados à educação no Brasil. Neste contexto, considerando que o ensino público é custeado por todos os contribuintes, afinal, é um direito social previsto na constituição e que deve ser garantido pelo Estado, que por sua vez, exerce a arrecadação tributária com a finalidade de financiar suas atividades.

Conforme se pode extrair da alínea “d”, do inciso VII, Artigo 34 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a prestação de contas da administração pública, direta e indireta é um princípio constitucional. Além disso, o princípio da publicidade está previsto no Artigo 37 da Carta Magna e suas finalidades foram reforçadas com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000). Neste sentido é de interesse público e direito de todos os cidadãos, o acompanhamento da utilização dos recursos destinados à educação em diferentes níveis.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) são duas instituições de ensino público e gratuito, que por

meio de seus cursos de graduação, pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão, contribuem para o crescimento econômico do Estado.

A execução de suas atividades, em observância ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, definido constitucionalmente, formando e qualificando profissionais, alavancando os setores produtivos, cultivando um ambiente rico em cultura, que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e o progresso, transformando a sociedade em que estão inseridas, destacando a prerrogativa da autonomia na execução das mesmas finalidades.

Considerando a relevância destas duas universidades no cenário catarinense e as prerrogativas de autonomia na execução de suas finalidades, ressalta-se o direito de todos acompanharem a execução das despesas orçamentárias dos entes públicos, inclusive como forma de controle social. Neste sentido, reconhecendo que as despesas públicas têm uma classificação particular e por vezes de difícil entendimento, originou-se o seguinte problema de pesquisa:

Qual a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC e da UFSC entre os anos de 2005 e 2011?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é apresentar os valores, a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os anos de 2005 e 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

Com a finalidade de atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) identificar conceitos de orçamento público, expor as finalidades e descrever as classificações das despesas públicas, sistematizados pela Contabilidade Pública em demonstrativos e relatórios contábeis;

b) coletar e organizar dados relativos à execução das despesas orçamentárias da UDESC e da UFSC, referentes aos anos de 2005 a 2011;

c) realizar o ajuste dos dados, a fim de permitir comparações entre as entidades e ao longo dos anos, em séries históricas, com valores atualizados;

d) apresentar a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas nas duas Universidades; e

e) realizar, em caráter introdutório, um comparativo entre a UDESC e a UFSC com relação à composição e à evolução das despesas orçamentárias executadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se por sua relevância potencial nos contextos social, acadêmico e profissional. No contexto social, por apresentar dados relativos às despesas de duas instituições públicas de ensino e relevantes para o desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas, reorganizados e apresentados com o intuito de permitir a compreensão de diversos usuários, inclusive os leigos, ampliando o acesso e entendimento das informações estudadas.

No contexto acadêmico, por viabilizar o entendimento dos aspectos abordados na área de Contabilidade Pública por meio de análise de dados reais, permitindo uma relação entre teoria e prática neste ramo das Ciências Contábeis. Além disso, permite abordar dados diretamente ligados à execução das atividades da comunidade acadêmica como um todo, sendo relevante para todos os integrantes deste meio, na condição de usuários internos destas informações, inclusive os gestores destas Universidades.

Por fim, no contexto profissional, por estar diretamente ligado à área de atuação do pesquisador, contribuindo para o aprimoramento dos conhecimentos necessários à execução de seu ofício. Além disso, esse trabalho pode ser utilizado como referencial em outros trabalhos e estudos similares ou despertando o interesse científico em aspectos não abordados, originando uma linha de pesquisa distinta.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho possui características próprias de monografia, pois se trata de um trabalho escrito em que se pretende realizar um estudo detalhado sobre um tema particular de um ramo de conhecimento. Ressalta-se a intenção de possuir caráter informativo relevante na área de realização e inédito considerando suas especificidades.

A monografia, segundo Beuren e Longaray (2006, p. 40) “é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”, e que, segundo Marcantonio, Santos e Lehfeld (1993 apud BEUREN; LONGARAY, 2006, p. 40) apresenta como característica essencial “a forma de estudo de um tema delimitado, uma atualidade e originalidade acompanhada de contribuição importante para ampliação do conhecimento científico”.

Especificamente, pode ser considerado como uma monografia teórico-empírica, visto que se enquadra da definição de Nascimento (2002 apud BEUREN; LONGARAY, 2006, p. 41) como “aquela que, baseada em um referencial teórico, resulta uma pesquisa de campo”.

Neste sentido, com a finalidade de atingir aos objetivos definidos, é necessário sistematizar e definir os métodos e procedimentos adequados e que viabilizem a realização destes, necessitando delinear inicialmente o universo e a amostra utilizada neste estudo.

1.4.1 Universo e amostra

O universo de análise, definido por Beuren e Colauto (2006, p. 118) como “a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”, é composto, neste trabalho, pelo conjunto de dados relativos à execução das despesas orçamentárias de duas instituições públicas de ensino superior: a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), todos selecionados mediante de amostragem intencional.

A amostragem intencional, ou por tipicidade, segundo Beuren e Colauto (2006, p. 126) “consiste em selecionar amostras com base em informações disponíveis e que sejam consideradas representativas da população”. Além disso, segundo Richardson (1999 apud BEUREN; COLAUTO, 2006, p. 126) “os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente com as características prescritas no plano e nas hipóteses formulados pelo pesquisador”.

Ressalta-se que, para este trabalho, foram escolhidas as duas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, públicas, organizadas academicamente como universidades, que apresentaram o melhor Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) nos anos de 2008 a 2010. O IGC foi instituído mediante Portaria Normativa n.º12, de 5 de setembro de 2008, do Ministério da Educação e conforme consta no endereço eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IGC é “um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua

composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado)” (INEP, 2011).

1.4.2 Classificação metodológica

Com relação aos objetivos do trabalho, foi utilizada a metodologia de pesquisa descritiva, visto que, conforme dispõem Beuren e Raupp (2006, p. 81), “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como na primeira, nem tão aprofundada como na segunda”. Neste contexto, dentre outros aspectos, identificar, relatar e comparar inferem-se como significados desta descrição.

Além disso, na concepção de Gil (1999 apud BEUREN; RAUPP, 2006, p. 81), a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados constitui uma das características mais significativas da pesquisa descritiva, e neste trabalho, tal padronização torna-se indispensável para viabilizar o comparativo entre os dados ao longo da série histórica analisada.

Contudo, cabe salientar que, segundo Cervo, Bervian e Silva (2006, p. 30), a observação, a descrição, a comparação, a análise e a síntese são procedimentos compreendidos em um método fundamentalmente idêntico para todas as ciências, levados a efeito em qualquer tipo de pesquisa.

Em relação à abordagem do problema, esta pode ser considerada como mista, ou seja, classificada como pesquisa qualitativa e quantitativa.

Segundo Richardson (1999 apud BEUREN; RAUPP, 2006, p. 92), a principal diferença entre as abordagens qualitativa e quantitativa consiste no fato “de a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema”.

Alguns aspectos deste trabalho são abordados mediante escolhas do pesquisador, como por exemplo, a escolha das despesas orçamentárias a serem analisadas e comparadas, bem como o índice utilizado para o ajuste dos dados, logo, constituem uma abordagem qualitativa, pois são itens direcionadores do trabalho que podem variar de acordo com o pesquisador.

Contudo, outros aspectos deste trabalho são elaborados com base em métodos estatísticos de análise e estruturação de dados relativos às despesas executadas nos orçamentos da UDESC e da UFSC entre 2005 e 2011. A quantificação destes, bem como sua representação por meio de percentuais, visa permitir análises com relação aos valores, à

composição, à expressividade e à evolução, caracterizando, portando, uma abordagem quantitativa.

1.4.3 Procedimentos metodológicos

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. Tais procedimentos visam embasar a pesquisa por meio de concepções clássicas e atualmente aceitas, permitindo o correto entendimento das informações extraídas, correlacionando teoria e prática.

Na concepção de Cervo, Bervian e Silva (2006 p. 61), “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos”, além disso, “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” e “pode ser realizada independentemente como parte da pesquisa descritiva ou experimental”.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias foi utilizada para elaboração do referencial teórico que compõe este trabalho, considerando que estas fontes de pesquisa, na concepção de Marconi e Lakatos (2002 apud BEUREN; COLAUTO, 2006, p. 135), “possibilitam não só resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”, propiciando “a investigação de determinado assunto sob um novo enfoque ou abordagem”.

A pesquisa documental ou de fontes primárias foi utilizada para a coleta de dados, pois segundo Beuren e Colauto (2006, p. 134), “é a que trabalha com informações que não receberam tratamento analítico”. Além disso, neste procedimento “as fontes de coleta são mais diversificadas e dispersas, sendo que os dados são compilados pelo próprio estudante” (BEUREN; COLAUTO, 2006, p. 135).

Sistematicamente, para elaboração deste trabalho, foram definidos os seguintes passos:

1º Identificar os demonstrativos e relatórios contábeis que contenham a execução das despesas orçamentárias da UDESC e da UFSC, entre os anos de 2005 e 2011, bem como os meios de acesso aos mesmos.

2º Coletar, organizar e padronizar os dados presentes nos demonstrativos, a fim de compor a base de estudo deste trabalho.

3º Realizar os ajustes e os cálculos que permitam a evidenciação e análise dos valores, da composição, da evolução e da expressividade das despesas orçamentárias executadas pelas duas instituições estudadas.

4º Delimitar o estudo comparativo entre a execução orçamentária da UDESC e da UFSC, por meio da escolha das despesas em função da expressividade dos valores destas em relação ao total de gastos.

5º Apresentar os resultados de forma individual e comparativa, elucidando-os com o uso de gráficos e tabelas, complementados por textos explicativos que permitam a visualização e a compreensão dos dados analisados.

1.5 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Considerando os objetivos definidos neste trabalho, são necessárias algumas delimitações com relação ao problema a ser estudado. A finalidade deste trabalho consiste em analisar dados e informações da execução das despesas orçamentárias da UDESC e da UFSC, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2011, com a proposta de verificar, por meio dos métodos definidos e exposto anteriormente, a evolução dessas despesas, bem como observar possíveis aumentos, reduções ou estagnações, após a realização do ajuste monetário, resultando em uma análise comparativa expositiva.

Fundamentalmente, é preciso esclarecer que não existe intenção em concluir ou induzir ao entendimento de qual das duas universidades apresenta melhor desempenho na execução de suas atividades fim - ensino, pesquisa e extensão - uma vez que este seria um enfoque qualitativo com base em percepções pessoais e particulares do pesquisador.

Ressalta-se que a abordagem qualitativa utilizada neste trabalho restringe-se às escolhas subjetivas por parte da pesquisadora no que diz respeito, por exemplo, ao índice utilizado para atualização monetária e às despesas orçamentárias a serem analisadas de forma explanada e comparativa, sendo que é praticamente inviável desassociar a relação direta entre a forma de entendimento sobre o assunto estudado e suas experiências.

Além disso, cabe complementar que, com relação aos dados abordados quantitativamente, presume-se a veracidade dos valores extraídos dos demonstrativos contábeis, não fazendo parte dos objetivos deste trabalho a averiguação dos métodos para o levantamento dos mesmos por parte das instituições.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, a pesquisa é apresentada pela exposição do tema e problema formulados, bem como seus objetivos, justificativa, metodologia, limitações, delimitações e estrutura do estudo desenvolvido.

No segundo capítulo, consta a fundamentação teórica, no qual são abordados os conceitos de Estado e da administração pública brasileira, seguidos dos embasamentos teóricos relativos ao orçamento público, no que compreende seus princípios, instrumentos de planejamento, classificações, etapas e estágios das despesas públicas.

Dando continuidade, no terceiro capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, após apresentação das duas Universidades que compõem o universo de análise do trabalho. Apresentam-se os dados coletados, a tabulação e organização dos mesmos, bem como o método utilizado para realização dos ajustes monetários. Em seguida, são abordadas as considerações sobre os resultados obtidos quanto à expressividade, composição e evolução das despesas da UDESC e da UFSC, finalizando com um comparativo quanto a execução orçamentária e análise introdutória de indicadores.

Por fim, no quarto capítulo são expostas as considerações finais do trabalho, relacionando-as com o alcance dos objetivos definidos e os resultados obtidos, e sugerindo estudos futuros com relação ao tema abordado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo encontram-se abordagens quanto ao conjunto de conceitos e definições presentes nos referenciais teóricos e normativos, essenciais para o entendimento e base para aprofundamento do estudo e realização do processo de análise. Encontra-se dividido nas seguintes seções: educação como função do Estado; fundações públicas e autarquias; Finanças Públicas; e despesas públicas.

2.1 EDUCAÇÃO COMO FUNÇÃO DO ESTADO

2.1.1 Conceitos e objetivo do Estado

O conceito de Estado foi modificado ao longo do tempo. As concepções referentes ao seu surgimento e suas finalidades tiveram entendimentos diferentes no decorrer da história, mas desde a antiguidade era possível observar ideais relacionados ao bem comum.

Conforme Silva (2004, p. 20), “na concepção aristotélica, o Estado tem como finalidades básicas:

- a segurança, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social;
- o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem comum”.

Em outro contexto, Kohama (2010, p. 1) afirma que o Estado “é organizado com a finalidade de harmonizar sua atividade, de forma que atinja o objetivo de promover e satisfazer à prosperidade pública, ou seja, o bem comum”. Observa-se o surgimento da função intervencionista do Estado, pela qual este passa a interferir na economia na busca da prosperidade e desenvolvimento, e não apenas restrito na função de suprir as necessidades básicas da sociedade.

Na concepção de Silva (2004, p. 20), o Estado passa a existir “a partir do momento em que o povo, consciente de sua nacionalidade, se organiza politicamente”. Neste sentido, a organização torna-se fundamental para o alcance de suas finalidades, decorrente da execução de suas funções.

Neste contexto, cabe distinguir os termos população e povo. Enquanto o primeiro corresponde ao conjunto de habitantes de determinado território (localidade) em certo período, o segundo refere-se ao conjunto de cidadãos organizados politicamente em

determinado território, vinculados a determinado ordenamento jurídico, e que participam do processo decisório, através do voto, exercendo o poder soberano.

Meirelles (2009, p. 61) afirma que o Estado “é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano”. Neste sentido, o Estado é formado pelo povo (componente humano), fixado sob o território (base física), conduzido pelo governo soberano, que detém e exerce o poder emanado do povo.

As funções básicas do Estado mantiveram-se as mesmas desde a antiguidade. Aristóteles definia as funções consultiva, administrativa e judiciária como a base da “polis”. Estas funções foram aprimoradas ao longo do tempo e consolidadas no Estado contemporâneo na forma dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário.

No Brasil, o artigo 2º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), prevê o Legislativo, o Executivo e o Judiciário como poderes da União, independentes e harmônicos entre si. O artigo 18 define a organização político-administrativa por níveis de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e sua autonomia, nos termos estabelecidos por esta Constituição. É possível estabelecer uma analogia entre as funções básicas do Estado na antiguidade e os três poderes consolidados na atualidade.

A função consultiva ou normativa correlaciona-se ao Poder Legislativo. Silva (2004, p. 22) afirma que a finalidade da função normativa como a de “instituir e dinamizar uma ordem jurídica”. Nota-se a necessidade de pronunciamento e estabelecimentos das normas que regem a sociedade. Neste sentido, atua o Legislativo, que conforme resumem Castro e Lima (2009, p. 7) “tem como função a elaboração de leis”.

A função administrativa é exercida pelo Poder Executivo por meio dos representantes escolhidos pelo povo. Silva (2004, p. 21) conceitua a função executiva ou administrativa como “a de cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo as necessidades gerais”. Observa-se o cumprimento da ordem jurídica estabelecida pelo Poder Legislativo, pelo exercício de sua função normativa. No mesmo sentido, Castro e Lima (2009, p. 8), resumem que “tem como função a gestão pública, com aplicação prática das leis”.

O Poder Judiciário exerce a função judiciária, ou seja, julga as controvérsias que possam existir em decorrência da aplicação das leis. Silva (2004, p. 21) utiliza os termos “função disciplinadora ou jurisdicional”, que essencialmente equivalem à função judiciária, e conceitua como “a de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo os conflitos de interesses”. Neste contexto, Castro e Lima (2009, p. 8) apontam um outro

aspecto, afirmando que o Judiciário “tem função fiscalizadora”. Destaca-se a competência do Poder Judiciário de efetuar o controle de constitucionalidade das normas.

Desta forma, conclui-se que o Estado, estruturado nos três poderes previstos constitucionalmente, visa exercer suas funções consultiva ou normativa, administrativa e judiciária. A função normativa é exercida pelo Poder Legislativo, que deve elaborar as leis que constituem a ordem jurídica que rege a sociedade. Por sua vez, compete ao Poder Executivo à função administrativa, ou seja, aplicando as leis estabelecidas pelo Legislativo, atendendo as necessidades gerais da população e gerindo os bens públicos e administrando os interesses da coletividade. Os conflitos decorrentes da aplicação das leis devem ser julgados pelo Poder Judiciário, a quem compete resolver os conflitos de interesses e determinar o cumprimento das normas estabelecidas, além de fiscalizar a constitucionalidade destas.

2.1.2 A administração pública

A administração pública representa a estrutura organizada por meio da qual o Estado organiza a execução das suas finalidades e busca atingir seus objetivos de governo. Segundo Meirelles (2009, p. 65-66), é “todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Conforme é possível extrair do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a administração pública, direta e indireta, é formada por integrantes de qualquer dos poderes e de qualquer das esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Conclui-se que os entes públicos buscam suprir as necessidades da população por meio da prestação de serviços.

Meirelles (2009, p. 65) ressalta que o termo administração pública expressa um conceito divergente do de governo, no qual apresenta diferenças em três sentidos, representados no quadro a seguir.

Sentido	Termos	
	Administração Pública	Governo
Formal	Refere-se ao conjunto de órgãos para consecução dos objetivos do governo	Refere-se ao conjunto de Poderes e órgãos constitucionais
Material	Relativo ao conjunto de funções necessárias aos serviços públicos em geral	Relativo ao complexo de funções estatais básicas
Operacional	Desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado por ele assumidos em benefício da coletividade	Condução política dos negócios públicos

Quadro 1: Diferenças entre Administração Pública e Governo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Meirelles (2009, p. 65).

Neste sentido, conclui-se que a atuação do governo é decorrente de atos soberanos ou atos de governo, derivados de sua autonomia política na condução dos negócios públicos, enquanto a administração pública decorre de atos de execução ou atos administrativos.

Segundo Kohama (2010, p. 13), a administração pública “é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade, correspondente às diversas categorias funcionais, ordenada pelo Poder Executivo”. Contudo, embora não seja possível desassociar os Poderes Legislativo e Judiciário como integrantes da administração pública, uma vez que sua composição é efetivada constitucionalmente e exercem suas funções em sua área de atuação, ressalta-se a concepção de Kohama (2010, p. 13) de que “a Organização da Administração Pública circunscreve-se ao Poder Executivo, nas três esferas em que a administração do País se processa”.

Sendo assim, a organização da administração pública compreende a administração direta, em todas as esferas de governo, ministérios e secretarias, bem como seus respectivos componentes da administração indireta.

Na esfera federal, o Decreto-Lei n.º 200/1967, define que a administração direta é constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios (BRASIL, 1967, art. 4º). Conforme observa Kohama (2010, p. 14) “a administração direta ou centralizada é aquela que se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo”. Desta forma, a administração direta é compreendida pelos serviços integrados na estrutura administrativa do órgão superior do Poder Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como dos ministérios e secretarias.

Conforme o Decreto-Lei n.º 200/1967, a administração indireta compreende as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas, e vinculam-se ao ministério ou secretaria cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade, sendo estas entidades dotadas de personalidade jurídica própria (BRASIL, 1967, art. 4º). Desta forma, compõem a administração indireta as autarquias e as demais entidades definidas pelo Decreto-Lei n.º 200/1967, também conhecidas como entidades paraestatais.

Conclui-se, com base no Decreto-Lei n.º 200/1967, que as autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e tem por finalidade a execução de atividades de governo de forma descentralizada, ou seja, atividades estatais específicas caracterizadas pela execução de um serviço público típico, enquanto as entidades paraestatais gozam de personalidade jurídica de direito privado, atuando paralelamente ao Estado e, segundo

Kohama (2010, p. 17), “para executar atividades de interesse do Estado, mas não privativo do Estado”.

Neste sentido, observa-se que a administração indireta caracteriza-se pela descentralização de serviços e atividades que competem ao Estado, mas não privativo deste em alguns casos. Contudo, cabe ressaltar que, conforme Piscitelli e Timbó (2010, p. 23), “ao se desdobrar em entidades da administração indireta, o Estado atribui a cada uma delas patrimônio exclusivo e personalidade própria, distinta, embora vinculada funcionalmente à respectiva esfera da Administração”.

Na concepção de Mello (1979 apud KOHAMA, 2010, p. 9) “administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”. Além da prestação de serviços, o Estado precisa administrá-los devidamente. Desta forma, pressupõe-se que a correta administração dos serviços públicos garante a continuidade destes e o alcance das suas finalidades vinculadas ao bem comum.

2.1.3 Serviços públicos

Existem divergências quanto ao conceito de serviço público. Segundo Bielsa (1955 apud MEIRELLES, 2009, p. 332) este “é variável e flutua ao sabor das necessidades e contingências políticas, econômicas e sociais e culturais de cada comunidade, em cada momento histórico”. Neste sentido, a concepção de serviço público pode variar de acordo com a época e com o contexto em que cada comunidade está vivenciando.

Para Meirelles (2009, p. 332), na concepção brasileira o serviço público “é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado”. Deduz-se que os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Estado (administração direta), ou por delegação ou concessão deste (administração indireta), ambos com o mesmo interesse de atendimento a coletividade.

Cabe à administração direta a execução de serviços privativos do Estado, ou seja, aqueles que o governo presta diretamente à sociedade e que, por sua natureza, exigem essa centralização. Na definição de Kohama (2010, p. 2) os serviços públicos privativos são aqueles que

em virtude do reconhecimento de sua característica de atendimento de necessidades coletiva e permanente que envolve a sua prestação e que, por via de consequência,

podem exigir medidas compulsórias em relação aos indivíduos, aliás, medidas compulsórias impostas de preceitos constitucionais e por isso mesmo incontestáveis.

Pode-se concluir que os serviços públicos privativos do Estado são aqueles que por sua essencialidade são reconhecidos como indispensáveis para atendimento às necessidades gerais e essenciais para a continuação da sociedade, tais como os relacionados aos planos nacionais de saúde pública e educação, à defesa nacional e ao poder de polícia.

Os serviços de utilidade pública, diferentemente dos privativos do Estado, podem ser prestados por delegação do Poder Público, mediante concessão ou permissão. Ainda assim, a principal finalidade é o atendimento do interesse coletivo, do suprimento das necessidades da sociedade, sem almejar lucro. Neste caso, segundo Kohama (2010, p. 3), “necessário se torna que tal prestação de serviço seja consubstanciada num direito de fruição individual pelo usuário, ainda que extensivo a toda comunidade”. É exatamente o caso dos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, telefonia, gás, etc.

Kohama (2010, p. 6) menciona ainda a existência de prestação de serviços mista, que no entendimento do autor seria “aquela prestada pela Administração, por seu dever de Estado, entretanto, pode ser executada também por pessoa física ou jurídica de caráter privado, independente de delegação para tanto”. O autor (2010, p. 6-7) explica que a prestação de serviço mista decorre de direitos garantidos aos cidadãos e deveres impostos ao Estado, ambos constitucionalmente, sem a vedação de que estes serviços sejam executados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) prevê a educação como dever do Estado:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, dispõe em seu artigo 209 que “o ensino é livre à iniciativa privada” e estabelece como condições o “cumprimento das normas gerais da educação nacional” e a “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Ou seja, pode ser prestada por instituição privada, ainda que seja prestada pela administração, por ser dever do Estado, caracterizando uma prestação de serviço mista.

Observa-se que, na essência, a educação está vinculada ao dever privativo do Estado, uma vez que é este quem deve definir e executar o plano nacional de educação e fiscalizar que este seja cumprido independente da atividade ensino ser exercida pelo Poder Público ou por instituições privadas. Destaca-se a prestação de serviços de educação por diferentes

componentes da administração indireta, especificamente os abordados neste trabalho, uma autarquia federal e uma fundação pública estadual. Conclui-se que assim como outros serviços públicos, sua organização compete ao Poder Público, mas a sua execução não obrigatoriamente realizada por entidades públicas.

Quando Musgrave (1976) trata da alocação de recursos do Estado para intervenção e atendimento às necessidades públicas, estas são divididas em necessidades sociais e necessidades meritórias. De acordo com autor (1976, p. 30), as necessidades sociais “não podem ser satisfeitas pelo mecanismo de mercado, porque sua fruição não pode sujeitar-se a pagamentos de preço”. Desta forma, tais necessidades não podem sujeitar-se ao princípio da exclusão, pois conforme observa Musgrave (1976, p. 31) a satisfação das necessidades sociais beneficia a comunidade inteira, possivelmente uns mais que outros, contudo o benefício de cada um será independente de sua contribuição.

Segundo Musgrave (1976, p. 30), quando o consumidor de qualquer mercadoria não poder sujeitar-se as condições de troca estabelecidas por quem a possui, este será excluído do prazer de usufruí-lo, sendo este o princípio da exclusão.

Neste sentido, pode-se considerar, por exemplo, a atuação do Estado ao intervir para solucionar e amenizar problemas ocasionados pelas enchentes em Santa Catarina, tal situação decorre em diversas situações emergenciais que não podem sujeitar-se ao princípio da exclusão, tampouco ao pagamento do preço de mercado, constituindo necessidades sociais. Além disso, a própria atuação do Estado na prevenção das enchentes constitui uma necessidade social, ainda que uns se beneficiem mais que outros, beneficiará a comunidade com um todo. No mesmo sentido, uma campanha de vacinação voltada para prevenção em favor da saúde pública, ainda que não atinja a todos os indivíduos, eleva de forma geral o nível de saúde da população, beneficiando a comunidade.

Por sua vez, na concepção de Musgrave (1976, p. 34), as necessidades meritórias “são as atendidas por serviços sujeitos ao princípio da exclusão e são satisfeitas pelo mercado, dentro dos limites de procura efetiva”. Segundo o mesmo autor (1976, p. 35), “tornam-se necessidades públicas se consideradas de tal modo meritórias que sua satisfação seja suprida através do orçamento público, além daquilo que é provido pelo mercado e pago pelos compradores particulares”. Desta forma, quando estas necessidades forem consideradas públicas, podem ser supridas parcialmente pelo Estado

Considerando que a administração pública deve gerir de forma eficiente os serviços públicos, os instrumentos de controle tornam-se essenciais para o desempenho da organização

como um todo. Possibilitam a verificação de desvios e irregularidades na execução das atividades, bem como, viabilizam as correções.

No Brasil, destaca-se a importância do controle a partir da Reforma Administrativa de 1969, que incluiu por meio do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, o controle como princípio fundamental das atividades da Administração Federal, juntamente com o planejamento, a coordenação, a descentralização e a delegação de competência (BRASIL, 1967).

Tal princípio foi consolidado posteriormente devido à determinação constitucional do controle interno e externo, conforme art. 70 da Constituição Federal (BRASIL, 1988)

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Resume-se que o controle interno é exercido no campo de atuação de cada Poder, enquanto o externo é exercido pelo Poder Legislativo em relação ao Executivo e Judiciário, em todas as esferas. Ressalta-se o auxílio do Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional na execução do controle externo conforme previsto no artigo 71 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A NBC T 16.8, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.135, de 21 de novembro de 2008, estabelece referenciais para o controle interno, como forma de suporte do sistema de informação contábil, para minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, com a finalidade de contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público (CFC, 2008).

Contudo, conforme observa Platt Neto (2012, p. L 159) “estas não são as únicas formas de controles existentes na administração pública brasileira, tendo em vista a existência do controle administrativo ou gerencial, do controle judiciário e do controle social, entre outras”.

Neste sentido, observa-se o advento da Lei n.º 12.527/2011, a Lei Geral de Acesso à Informação, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, que passou a vigorar em 18 de maio de 2012 (BRASIL, 2011). Tal instrumento visa assegurar à sociedade o acesso às informações relativas ao patrimônio, à utilização dos recursos públicos, bem como prestação de contas, dentre outras informações de interesse público. Desta forma, destaca-se

que as transparências das informações envolvendo a administração pública favorecem o controle social.

Conclui-se que o controle é instrumento da administração pública no alcance na consecução de seus objetivos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo governo para o exercício de suas funções, visando essencialmente o benefício da coletividade.

Desta forma, tendo em vista que a educação é uma necessidade pública e um direito garantido a todos constitucionalmente, dever do Estado e da família, sendo os serviços nesta área podendo ser prestados por componentes da administração pública ou instituições privadas, compete ao Estado estabelecer as diretrizes, proporcionar meios e zelar pelo atendimento desta necessidade coletiva.

2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS E AUTARQUIAS

Conforme mencionado na seção anterior, subseção 2.1.2, que trata da administração pública, as fundações e autarquias fazem parte da administração indireta, sendo estas as categorias em que se enquadram as duas entidades analisadas neste trabalho.

O Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal, define em seu artigo 5º, inciso I, que considera-se autarquia “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (BRASIL, 1967).

A Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987 (BRASIL, 1987), que altera o Decreto – Lei nº 200/1967, inclui as fundações públicas como categoria de entidade componente da administração indireta, definindo ainda que considera-se fundação pública

a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Observa-se que conforme definido na legislação federal, enquanto as autarquias gozam de personalidade jurídica de direito público, as fundações possuem personalidade jurídica de direito privado.

Todavia, cabe ressaltar que a Lei Complementar n.º 381, de 07 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração pública estadual de Santa Catarina, especifica e distingue as fundações públicas como podendo ser de

direito público ou de direito privado como entidades que constituem a administração indireta, dotadas de personalidade jurídica própria (SANTA CATARINA, 2007).

A mesma legislação define em seu artigo 8º, § 1º, incisos I e II, o momento em que estas entidades adquirem personalidade jurídica: com a publicação da lei que as criar, no caso das autarquias e fundações públicas de direito público; e com a inscrição da escritura pública de sua institucionalização e estatuto no registro civil de pessoas jurídicas, no caso das fundações públicas de direito privado (SANTA CATARINA, 2007).

Na concepção de Meirelles (2009, p. 65), as entidades fundacionais podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado. O mesmo autor (2009, p. 65) enfatiza que o inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao definir que somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, devendo lei complementar definir suas respectivas áreas de atuação (redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/1998), refere-se apenas às pessoas jurídicas de direito público.

Neste contexto, Meirelles (2009, p. 65) conclui pela referência constitucional às entidades de direito público, visto que a instituição (criação) se dá mediante lei específica, enquanto as de direito privado “decorrem de autorização (não de criação) legal específica do Poder Público”.

Ressalta-se a observação de Meirelles (2009, p. 359) que

pelo fato do Poder Público vir instituindo fundações para prossecução de objetivos de interesse coletivo – educação, ensino, pesquisa, assistência social etc. –, com a personificação de bens públicos e fornecendo subsídios orçamentários para sua manutenção, passou-se a atribuir personalidade pública a essas entidades [...]

Observa-se que a distinção entre os ramos direito, público ou privado, condiz essencialmente com a sua destinação: atender interesses gerais ou particulares. Reale (2002, p. 341) afirma que a distinção entre direito público e privado pode ser feita de forma complementar com relação ao conteúdo e elemento formal.

Neste sentido, Reale (2002, p. 341) explica que no caso do direito público o objeto da relação jurídica visa prevalecer de forma imediata o interesse geral (conteúdo) e tal relação se dá sob a forma de subordinação (elemento formal), enquanto que no caso do direito privado o objeto da relação jurídica objetiva prevalecer de imediato o interesse particular (conteúdo) de uma relação que se dá sob a forma de coordenação (elemento formal).

Desta forma, enquanto no direito privado predominam os interesses particulares dos indivíduos, no direito público prevalecem os interesses do Estado, e por consequência da coletividade e do bem comum.

Segundo Meirelles (2009, p. 347) a autarquia é “forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da Administração centralizada”, motivo pelo qual a ela “só deve ser outorgado serviço público típico, e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo”.

O mesmo autor (2009, p. 360) afirma que as fundações “prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo, como a educação, cultura, pesquisa, sempre merecedores do amparo estatal”.

Desta forma, considerado que as duas entidades analisadas neste trabalho são voltadas à educação, esta pode ser considerada uma função típica da Administração Pública, visto que é uma necessidade coletiva, porém não exclusiva desta, portanto também atípica, podendo ser prestadas por autarquias e fundações públicas, além de instituições privadas.

Cabe ressaltar que na concepção de Di Pietro (2012, p. 482) quando as fundações, enquanto pessoas jurídicas de direito público, o seu regime torna-se idêntico ao das autarquias, motivo pelo são chamadas de autarquias fundacionais. Neste sentido, conclui-se que as fundações públicas, as quais a lei atribuir personalidade jurídica de direito público, equiparam-se as autarquias tendo em vista o regime jurídico em que se enquadram.

2.3 FINANÇAS PÚBLICAS

Para suprir as necessidades coletivas, após estar organizado, o Estado precisa obter meios que propiciem a manutenção de sua existência e que viabilizem suas finalidades. Silva (2004, p. 23) classifica as múltiplas atividades do Estado como “política, administrativa, econômica, financeira, sendo esta última a que se preocupa em obter, gerir e aplicar recursos necessários para fazer funcionar as instituições”.

Neste sentido, as finanças públicas abrangem a captação de recursos para a execução das atividades do Estado. Além disso, compreendem a gestão destes no atendimento às necessidades da coletividade.

Para Musgrave (1976, p. 23) “o complexo de problemas que se concentram em torno do processo de receitas-despesas do governo é o que tradicionalmente chamamos de Finanças Públicas”. Contudo, o mesmo autor (1976, p. 23) ressalta que “embora as operações de finanças públicas envolvam fluxos monetários de receitas e despesas, os problemas básicos não são tópicos financeiros”.

Desta forma, observa-se que as finanças públicas não se restringem a entrada ou saída de recursos dos cofres públicos, pois a atividade financeira do Estado é mais abrangente, visto

que com base na gestão destes fluxos monetários é que este viabiliza o seu funcionamento e o atendimento das necessidades coletivas.

Segundo Deodato (1977, p. 11), a Ciência das Finanças é “a ciência que estuda as leis que regulam a despesa, a receita, o orçamento e o crédito público”. Tal concepção, segundo o mesmo autor (1977, p. 11), não envelheceu, visto que as transformações ocorreram nas leis que regulam estas quatro partes de estudo em que se dividem as finanças públicas.

Na concepção de Silva (2004, p. 23) as finanças públicas “são, fundamentalmente, um meio de intervir na economia, de exercer pressão sobre estrutura produtiva e de modificar as regras da distribuição de renda”.

Ressalta-se que a definição acima se refere ao Estado moderno, com caráter intervencionista, diferente do conceito clássico das finanças públicas. Aliomar Baleeiro (apud SILVA, 2006, p. 23), descreve em sua obra, *Ciência das Finanças*, que nas teorias mais antigas a respeito das finanças públicas, a atividade do Estado era restrita ao essencialmente necessário, que compreendia a justiça, a defesa, as obras públicas e a diplomacia.

Percebe-se a evolução do conceito e aplicabilidade das finanças públicas, que deixaram de ser meramente provedoras de recursos, passando a ser um meio para intervenção econômica. Desta forma, segundo Silva (2004, p. 24), “envolvem toda a ação do Estado para satisfação das necessidades coletivas e como consequência o estudo da conveniência e oportunidade da adequabilidade das ações a serem desenvolvidas para o atendimento de tais necessidades”.

Musgrave (1976, p. 25) ainda propõe uma divisão para as atribuições econômicas governamentais do Estado moderno, que faz o uso de instrumentos fiscais para assegurar ajustamentos na alocação de recursos, promover o ajustamento na distribuição de renda e garantir a estabilização econômica. Destaca-se, novamente, o papel intervencionista do Estado, que deve alocar recursos de forma eficiente para promover o crescimento e suprir deficiências contemplando o bem coletivo, podendo ainda interferir, por exemplo, no comportamento do mercado, influenciando a oferta e a demanda e conseqüentemente a distribuição de renda. Compete ao Estado, sempre que necessário, intervir para estabilizar a economia.

Conclui-se que as finanças públicas envolvem o estudo da atividade financeira do Estado, fornecendo informações relevantes sobre as receitas e despesas, do orçamento como um todo e do crédito público, fornecendo dados pertinentes para a tomada de decisão que viabilize o atendimento das necessidades coletivas e o desenvolvimento. Relacionam-se

diretamente com a Contabilidade Pública, que trata do registro, controle, análise e acompanhamento destes aspectos estudados.

2.3.1 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é considerada um ramo complexo da ciência contábil. Segundo Kohama (2010, p. 25) “tem por objeto captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno”. Observa-se que constituem as entidades de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios e suas respectivas autarquias, contudo, a Contabilidade Pública também é aplicada, conforme Castro e Lima (2009), às “fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público e, excepcionalmente, às empresas públicas e sociedades de economia mista, quando estas últimas fizerem emprego de recursos públicos constantes dos orçamentos anuais”.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), conforme § 9º do artigo 165, define que as normas referentes à gestão financeira e patrimonial da administração pública, direta e indireta, assim como as condições para instituição e funcionamento de fundos, serão estabelecidas por lei complementar.

A Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), estatuiu normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementando parcialmente a previsão constitucional. Desta legislação, conforme o artigo 83, a cerca da Contabilidade Pública, é possível extrair que “evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados” (BRASIL, 1964).

A partir de 2008 passaram a vigorar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio de diversas Resoluções que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) a ser aplicada nas Entidades do Setor Público (ESP).

Segundo Platt Neto (2012, p. L 8), visto que as funções básicas da Contabilidade são planejamento e controle, “surgem algumas peculiaridades da Contabilidade Pública”. No que tange ao planejamento, o mesmo autor (2012, p. L 8) afirma que “há uma série de instrumentos e características muito própria para a administração pública”. Desta forma,

considerando que o orçamento constitui elemento de planejamento, a subseção a seguir destina-se a este tema.

2.3.2 Orçamento público

O orçamento público compõe parte essencial na realização deste trabalho, uma vez que é a partir de sua execução nas duas universidades estudadas que a análise é realizada. Desta forma, é necessário compreender os conceitos, os princípios orçamentários e os instrumentos de planejamento governamental, com a finalidade de entender o orçamento público, bem como conhecer aspectos relacionados à transparência sobre o orçamento público.

A) Conceitos

O orçamento público é instrumento das finanças públicas. Conceitualmente, evoluiu ao longo do tempo, podendo ser dividido, segundo Giacomoni (2009, p. 54), em duas fases históricas: orçamento tradicional e orçamento moderno.

Essencialmente, a diferenciação destas fases consiste na função principal do orçamento. Para Giacomoni (2009, p. 55-57), a função principal do orçamento tradicional é o controle político, enquanto a do orçamento moderno é servir como instrumento de administração.

No mesmo sentido de orçamento moderno, Silva (2004, p. 26) define o orçamento como “um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício é um instrumento da moderna administração pública”.

Nesta concepção, observa-se que o orçamento público constitui um instrumento da administração pública, que retrata as decisões políticas planejadas com a utilização de recursos públicos e que contempla a previsão das receitas a serem arrecadadas e a autorização das despesas a serem realizadas em determinado período, autorizado por lei, ou seja, legitimando a vontade popular.

Para Cruz (1988, p. 30), o orçamento público

é um meio de prever as intenções da programação econômica e financeira que o Poder Executivo deseja adotar no exercício financeiro seguinte. Para que possa ser legítimo deve ser submetido à concordância do Poder Legislativo que representa, idealmente, o interesse da população.

Nota-se, essencialmente, que as finalidades do orçamento público moderno consistem em planejamento e controle. É por meio deste, que o governo deve definir as ações que serão priorizadas no período seguinte, as quais devem condizer com os interesses da população.

Conforme Silva (2004, p. 43), um sistema integrado de gerência que inclui o planejamento, a programação e o orçamento

têm por objetivo avaliar os custos para a consecução das metas traçadas em comparação com os benefícios a serem esperados dos mesmos, e assim tornar possível o uso inteligente de recursos pelo setor público.

Neste contexto, o orçamento público é instrumento para a execução das finalidades do Estado, que conforme observado anteriormente, visam o bem comum por meio da prosperidade e do desenvolvimento.

O orçamento público deve conter a estimativa da receita a ser arrecadada e a fixação da despesa para o período seguinte. O comparativo entre o previsto e o realizado, ou seja, a análise da execução orçamentária permite o acompanhamento da utilização dos recursos públicos, bem como, das ações governamentais definidas.

Segundo Kohama (2010, p. 60), “entende-se, genericamente, por receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos”. O mesmo autor (2010, p.87), conceitua despesa pública como

Os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc.

No Brasil, o regime contábil de escrituração adotado é misto, com base no artigo 35 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que define que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas (BRASIL, 1964). Ou seja, regime de caixa para as receitas (efetiva arrecadação) e regime de competência para as despesas (por meio do empenhamento).

Para elaboração do orçamento público, é necessária a observância de determinados princípios orçamentários, que serão abordados a seguir.

B) Princípios orçamentários

A elaboração do orçamento público é direcionada por princípios orçamentários. Segundo Silva (2004, p. 45), “objetivam assegurar o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento [...]”.

Tendo em vista a divergência entre diversos autores, quanto ao rol de princípios orçamentários, neste trabalho serão definidos aqueles que devem ser observados na Lei do Orçamento, em conformidade com o artigo 2º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, unidade, universalidade e anualidade (BRASIL, 1964).

O princípio da unidade, conforme Silva (2004, p. 46), “estabelece que todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária”. Para Cruz (1988, p. 31), “a unidade orçamentária consiste em reunir num único documento todas as receitas e todas as despesas do Estado de forma a demonstrar se há equilíbrio, superávit ou déficit”. Este princípio prevê, portanto, que os orçamentos de todas as entidades que compõem a administração pública devem estar unificados, evidenciando a situação das finanças públicas em um contexto geral e consolidado.

O princípio da universalidade determina, segundo Giacomoni (2010, p. 67), que o orçamento “deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado”. Conforme Silva (2004, p. 47), estas “devem constar da Lei Orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções”. Neste contexto, a visualização de forma unificada de todas as receitas e despesas viabiliza o controle das finanças públicas por parte do Poder Legislativo, uma vez que ao conhecer todas as despesas previstas, pode autorizar arrecadação necessária para supri-las, bem como, impedir a arrecadação de receitas e a realização de despesas não autorizadas previamente.

A anualidade é o princípio que determina que a lei orçamentária deve ser elaborada com periodicidade, geralmente um ano. Para Cruz (1988, p. 32), este princípio dispõe que “o orçamento, enquanto previsão de receita e despesa deve referir-se, sempre, a um período limitado de tempo”. Neste contexto, Silva (2004, p. 46) justifica que “a razão institucional que fundamenta a regra da anualidade consiste em que a prerrogativa de controle prévio e subsequente por parte do Poder Legislativo deve ser realizada do modo mais frequente possível”. Observa-se que além de viabilizar controle mais eficaz, a programação por um período mais curto de tempo permite ajustes em função de novas necessidades da população, ou seja, viabiliza exclusões e inclusões orçamentárias pertinentes ao bem comum.

C) Instrumentos de planejamento governamental

Considerando o planejamento e o controle como finalidades do orçamento público moderno, é indispensável que existam instrumentos legais que as viabilize. No Brasil, os instrumentos que compõem o planejamento governamental estão definidos no artigo 165 da

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e consistem no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais, estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo.

Para Silva (2004, p. 36), o planejamento pode ser dividido em estratégico e operacional. Segundo o autor, o planejamento estratégico “compreende as diretrizes e interações que relacionam o presente ao futuro na organização e que vão tornando harmônicas as medidas adotadas em direção a uma estrutura idealizada”.

Neste contexto, o Plano Plurianual (PPA) corresponde ao instrumento de planejamento estratégico, e deve conter as diretrizes que o governo deve seguir na vigência desta norma, assim como nortear a elaboração dos instrumentos de planejamento operacional. Além disso, o PPA deve estabelecer os programas de ação continuada, bem como seus objetivos e metas, em atendimento ao § 1º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Na concepção de Silva, (2004, p. 38), o planejamento operacional “refere-se às diretrizes e interações presentes, com base na situação atual e tendo em vista os recursos disponíveis, procura maximizar os resultados no período”. Consiste em identificar as necessidades e os recursos disponíveis.

A LDO, segundo o § 2º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), compreenderá

metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Nesta definição, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é base para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que segundo Castro e Lima (2009, p. 22) “é o orçamento propriamente dito”. Segundo os autores

O orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a contínua e oportuna liberação desses recursos.

Nos mesmos moldes, a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, prevê no artigo 120 os mesmos instrumentos de planejamento governamental, com as devidas adaptações à esfera estadual (SANTA CATARINA, 1989).

A LOA e LDO compõem o planejamento operacional, que visam alcançar os objetivos estratégicos definidos no PPA. Ressalta-se que os três instrumentos de planejamento

governamental estão diretamente relacionados entre si, para atender a mesma finalidade, o bem e a satisfação dos interesses da coletividade.

Sistematicamente, o Plano Plurianual estabelece os objetivos e prioridades a serem alcançados no longo prazo, em conformidade com as propostas apresentadas à população para compor o plano de ação do governo, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias evidencia os programas contidos no PPA prioritários para o curto prazo e a Lei Orçamentária Anual dispõe os recursos destinados para atendê-los.

D) Transparência sobre o orçamento público

Conforme mencionado anteriormente, a publicidade é um dos princípios da administração pública previsto constitucionalmente. Com o advento da Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as finalidades deste princípio foram reforçadas, visto que se observa a transparência como elemento da gestão fiscal responsável. Segundo o artigo 48 da LRF (BRASIL, 2000)

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Ainda conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental.

No mesmo sentido, a LRF prevê a liberação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público, viabilizando o pleno conhecimento e acompanhamento pela sociedade, além da adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União, devendo a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município, disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica informações relativas às receitas e despesas.

Com relação às despesas, objeto de estudo deste trabalho, conforme inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000 (BRASIL, 2000), incluído pela Lei Complementar n.º 131/2009, deverão ser disponibilizadas informações relativas a

todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à

pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Observa-se que a publicidade, ou seja, a ampla divulgação está diretamente relacionada à transparência governamental, pois permite que a sociedade tenha conhecimento das informações necessárias a sua participação nos processos decisórios.

Contudo, conforme observa Platt Neto (2005, p. 148), a transparência “é um conceito mais amplo do que a publicidade, isto por que uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível”. O mesmo autor (2005, p. 158) relata ainda algumas limitações na transparência das contas públicas verificadas na realidade brasileira, tais como relatórios elaborados exclusivamente para atendimento à legislação, sem atenção estética, uso de meios restritivos para acesso às informações, páginas da internet com erros, além da divulgação de informações incorretas, incompletas e desatualizadas.

Neste sentido, ressalta-se que a transparência não está resumida na simples divulgação de informações relativas às contas públicas, mas sim no fato de tornar pública informação fidedigna, tempestiva e compreensível, que seja relevante e que viabilize a participação popular nos processos decisórios.

Além disso, prestar contas é uma obrigação definida no artigo 70 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), aplicável a

qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Neste sentido, observa-se a transparência sobre o orçamento público abrange o dever dos entes públicos em dar publicidade das ações envolvendo a arrecadação e utilização de recursos públicos, bem como a devida prestação de contas à sociedade.

Após a exposição dos aspectos relacionados ao orçamento público, e considerando a importância da compreensão dos conceitos e particularidades relacionados às despesas públicas para a análise realizada neste trabalho, a próxima seção é dedicada à evidenciação de seus conceitos, princípios, classificações e estágios.

2.4 DESPESAS PÚBLICAS

Para atender às necessidades coletivas, o Estado utiliza os recursos públicos disponíveis para efetuar as despesas necessárias, denominadas despesas públicas, para atender ao plano de governo estabelecido, em conformidade com as estratégias definidas.

Silva (2004, p. 125), conceitua despesas públicas como “todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”. Nota-se que nesta concepção, estas não constituem necessariamente um desembolso, tendo em vista que os encargos assumidos também representam despesas públicas.

2.4.1 Princípios da despesa pública

Para a realização das despesas, o Estado deve observar alguns princípios, que norteiam o gestor público quanto aos critérios a serem seguidos. Neste sentido, pode-se dizer que os princípios das despesas públicas constituem regras básicas para a efetiva realização das despesas, alinhados essencialmente a finalidade destas de atender às necessidades coletivas, otimizando a utilização dos recursos públicos.

O artigo 70 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) prevê os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade. Silva (2004, p. 126) destaca, além dos previstos constitucionalmente, a utilidade e a oportunidade, como princípios da despesa pública.

Conforme Silva (2004, p. 126), o princípio utilidade determina que a despesa pública atenda “ao custeio dos gastos necessários ao funcionamento dos organismos do Estado, bem como dos serviços públicos, objetivando ao atendimento da coletividade”. Neste sentido, a despesa deve ser útil para a satisfação das necessidades coletivas, que são objeto do Estado, ou seja, deve custear todas as despesas deste.

A legitimidade, também prevista constitucionalmente, representa uma condição da despesa pública, definida por Silva (2004, p. 127) como “consentimento coletivo”, isto é, aprovada por legisladores eleitos pelo povo e que visam satisfazer os interesses e anseios populares.

Segundo Silva (2004, p. 128), o princípio da oportunidade diz que a despesa pública “para ajustar-se precipuamente à necessidade coletiva, deve ser oportuna”. Na concepção do autor, a oportunidade decorre em função das necessidades públicas e coletivas da população, bem como em relação à disponibilidade financeira para assumir determinada despesa, ou seja, a oportunidade também deve ser observada levando em consideração a condição econômica do Estado.

O princípio da legalidade, abordado constitucionalmente, diz respeito à previsão legal da despesa, pois conforme Silva (2009, p. 242), “enquanto na administração particular é lícito

fazer tudo que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

A economicidade, princípio também previsto na Constituição Federal de 1988, significa, segundo Silva (2009, p. 243), que “as atividades da administração devem ser avaliadas pela relação custo-benefício na aplicação dos recursos públicos”. Na concepção do autor, os gestores devem preocupar-se com os aspectos ligados à viabilidade, eficiência e eficácia das operações.

Além dos princípios, as despesas públicas também possuem classificações próprias, itens que serão abordados a seguir.

2.4.2 Classificação das despesas públicas

Segundo Silva (2004, p. 133), as despesas públicas podem ser classificadas nos seguintes aspectos: “quanto à natureza; quanto à competência político-institucional; quanto à afetação patrimonial; quanto à regularidade”.

Com relação à natureza, a despesa pública pode ser classificada como orçamentária ou extraorçamentária. Para Angélico (1995, p. 62), a despesa orçamentária “é a que integra o orçamento, isto é, a despesa discriminada e fixada no orçamento”. Segundo Silva (2004, p. 133), a despesa orçamentária consiste na “aplicação de recursos públicos na realização dos gastos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos”. Desta forma, conclui-se que a despesa orçamentária é aquela prevista e autorizada em lei.

Segundo Angélico (1995, p. 64), as despesas extraorçamentárias são constituídas por “pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aqueles que não estão vinculados ao orçamento público; não integram o orçamento”. Kohama (2010, p. 88) afirma que a despesa extraorçamentária “é aquela paga à margem da lei orçamentária” e “se constitui em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extra-orçamentárias, correspondendo à restituição ou entrega de valores recebidos, como cauções, depósitos, consignações e outros”.

Desta forma, as despesas extraorçamentárias correspondem às restituições de valores recebidos como receitas extraorçamentárias. Destaca-se que a principal fator de diferenciação para classificação das despesas quanto à natureza é relativo à sua fixação ou não em lei orçamentária.

Quanto à competência político-institucional, segundo Silva (2004, p. 134), poderá ser federal, estadual ou municipal, dependendo do ente a que for atribuída a responsabilidade.

Neste caso, por exemplo, é de competência federal quando a despesa for de responsabilidade da União.

Com relação à afetação patrimonial, as despesas são divididas, conforme Silva (2004, p. 134), em efetivas e por mutações patrimoniais. Cruz (1988, p. 86) explica que as efetivas contribuem “simultaneamente para elevar o patrimônio com novos bens ou com a diminuição de obrigações de longo prazo” enquanto as por mutações patrimoniais se originam “de um gasto oriundo do ingresso no ativo permanente ou de um gasto oriundo da diminuição do passivo permanente”.

Desta forma, as despesas efetivas resultam na redução do patrimônio líquido do Estado, enquanto as por mutações patrimoniais afetam o patrimônio por permuta, mas sem reduzi-lo.

Por fim, com relação à regularidade, segundo Silva (2004, p. 134), as despesas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias. Na concepção do mesmo autor (2004, p. 134-135), enquanto as ordinárias “são despesas constantes”, as extraordinárias são despesas eventuais “provocadas por circunstâncias de caráter excepcional e que, por isso, nem todos os anos aparecem nos orçamentos”.

Neste contexto, enquanto as ordinárias destinam-se à manutenção dos serviços públicos, representando despesas constantes, as extraordinárias são despesas de caráter eventual, decorrentes de situações excepcionais como catástrofes naturais e guerras.

Após a exposição dos critérios gerais relativos à classificação das despesas públicas, serão evidenciadas, na sequência, as classificações das despesas orçamentárias e suas previsões legais.

2.4.3 Despesas orçamentárias e suas classificações

As despesas orçamentárias possuem uma classificação particular, definida em legislação específica e que permite a identificação de quem está realizando a despesas, a área e o programa de governo a que está vinculada, bem como identificar o objeto do gasto e forma que está sendo aplicado o orçamento previsto.

Conforme definido na Parte I da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que trata dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), as despesas orçamentárias possuem classificação institucional, funcional, estrutura programática, e natureza da despesa orçamentária (STN/SOF, 2011).

A classificação institucional, segundo o MCASP/PCO, “reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária” (STN/SOF, 2011, p. 54).

Quanto à classificação funcional, conforme definido no MCASP/PCO, esta “segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções”, objetivando evidenciar em que área de ação governamental a despesa será realizada (STN/SOF, 2011, p. 55). O §1º do artigo 1º da Portaria MOG n.º 42, de 14 de abril de 1999, define função como “o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público”, e conforme o §3º do mesmo artigo, a subfunção “representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público” (BRASIL, 1999). Desta forma, entende-se que cada função é dividida em subfunções.

Com relação à estrutura programática, conforme consta no MCASP/PCO, “toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos” (STN/SOF, 2011, p. 57). Neste sentido, o artigo 3º da Portaria MOG n.º 42/1999, estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação”, respeitando os conceitos e determinações por ela definidos (BRASIL, 1999).

Entende-se por programa, conforme alínea “a” do artigo 2º da Portaria MOG n.º 42/1999, “o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual” (BRASIL, 1999). O MCASP/PCO (STN/SOF, 2011, p. 57) define que programa

é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

Portanto, todas as esferas de governo devem estabelecer estruturas próprias por programas, articulando um conjunto de ações para a consecução de objetivos comuns preestabelecidos.

De acordo com o MCASP/PCO, a classificação da despesa orçamentária com relação à natureza, é dividida em categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa, devendo ser complementada, ainda, pela modalidade de aplicação, viabilizando a eliminação da dupla contagem de recursos transferidos ou descentralizados, sendo facultativos os desdobramentos do elemento de despesa (STN/SOF, 2011).

Conforme o artigo 12 da Lei n.º 4.320/1964, quanto à categoria econômica, as despesas serão classificadas em correntes ou de capital (BRASIL, 1964). Segundo o Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001, as despesas correntes são aquelas que, ao contrário das despesas de capital, “não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital” (BRASIL, 2001).

No Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 (BRASIL, 2001), também constam as classificações das despesas orçamentárias quanto ao grupo de natureza, conforme sintetizado no Quadro 2.

Grupos de Natureza de Despesa	
Grupo	Especificação
1 - Pessoal e Encargos Sociais	Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.
2 - Juros e Encargos da Dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
3 - Outras Despesas Correntes	Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
4 - Investimentos	Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
5 - Inversões Financeiras	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
6 - Amortização da Dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Quadro 2: Grupos de natureza de despesa

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2012, p. L 49).

Conforme §1º do artigo 3º da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 04 de maio de 2001 (BRASIL, 2001),

a natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “modalidade de aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva,

precipuaente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

A classificação das despesas quanto à modalidade de aplicação tem por finalidade a identificação da forma de desembolso e a eliminação da dupla contabilização de recursos.

Segundo o § 3, do artigo 3º da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001, a classificação pelo elemento de despesa tem por finalidade “identificar os objetos de gasto, [...] de que a administração pública se serve para a consecuaão de seus fins” (BRASIL, 2001).

Os desdobramentos do elemento de despesa, conforme exposto anteriormente, são facultativos e, conforme o MCASP/PCO, deverão ser utilizados “conforme as necessidades da escrituração contábil e controle da execução orçamentária” (STN/SOF, 2011, p. 80).

Considerando que devem ser observados algumas etapas e estágios para realização das despesas públicas, o tpico a seguir se destina a tratar especificamente destes aspectos.

2.4.4 Etapas e estágios da despesa pública

A realização da despesa pública decorre da execução de alguns procedimentos. Na concepção de Angélico (1995, p. 65), estes procedimentos adotados são classificaos em grupos, denominados de estágios, que reúnem operações da mesma natureza.

Conforme disciplinam os artigos 58 a 70 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a despesa orçamentária  efetivada pelo cumprimento de três estágios: o empenho, a liquidação e o pagamento (BRASIL, 1964). Observa-se que tais estágios são os mesmo definidos pela 4ª edição do MCASP/PCO na etapa de execução da despesa orçamentária.

O MCASP/PCO define ainda a existência de uma etapa que precede a de execução, a do planejamento (STN, SOF, 2011). Cabe salientar que a edição anterior do MCASP/PCO considerava o controle e a avaliação como a terceira etapa da despesa orçamentária (STN/SOF, 2010, p. 34).

Para Kohama (2010, p. 104) e Silva (2009, p. 258) a fixação constitui o primeiro estágio da despesa. Contudo, Cruz (1988, p. 90) afirma que “do ponto de vista administrativo outros estágios são praticados no setor público para solver plenamente o planejamento, a execução e avaliação dos gastos públicos”. O autor cita, além dos três estágios da etapa de execução, a programação, a licitação, o suprimento, a tomada de contas e a retroalimentação.

Ressalta-se que, independente de definição legal, a realização das despesas decorre de etapas e estágios que não se restringem apenas a sua execução, visto que precedente a esta etapa, encontra-se o planejamento para sua consecuaão que deve estar alinhando aos planos e

ações de governo pré-estabelecidos. Além disso, mesmo após sua efetiva realização, estas devem ser controladas e avaliadas, em uma terceira etapa, visto que constituem base de dados para avaliação dos gastos públicos e reinício da etapa de planejamento.

Desta forma, diante das etapas e de todos os estágios elencados, é possível estabelecer uma ordem com relação aos estágios da despesa.

A programação, segundo Cruz (1988, p. 90), compreende a “compatibilização da previsão de gastos com o ingresso de receitas e sistematização de normas organizacionais e preferenciais entre os diversos tipos de gastos”. Ainda segundo o autor (1988, p. 91), “toda entidade pública ou privada deve perfeitamente planejar as suas despesas”. Neste sentido, a programação consiste no planejamento dos gastos, observando as prioridades e os recursos disponíveis.

Para Silva (2009, p. 259), a fixação da despesa orçamentária “insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas voltadas para o cumprimento de ações definidas para os programas, projetos e atividades”. Kohama (2009, p. 104) conclui que “a Lei de Orçamento é o documento que caracteriza a fixação da despesa orçamentária”. Portanto, a fixação ocorre com a aprovação LOA, que define as despesas a serem executadas em conformidade com a programação estabelecida.

Segundo Cruz (1988, p. 90), a licitação é a “consulta obrigatória e prévia aos candidatos para fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços cujo valor seja considerado expressivo”. Conclui-se que a finalidade da licitação, em suas diversas modalidades, é viabilizar que a administração pública se beneficie pela contratação da proposta mais vantajosa, além de inviabilizar o favorecimento de fornecedores e prestadores de serviços, propiciando a concorrência entre os credores.

O estágio do empenho, segundo o artigo 58 da Lei n.º 4.320/1964 (BRASIL, 1964), “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. O artigo 60 do mesmo dispositivo legal veda a realização de despesa sem prévio empenho, com exceção de casos especiais previstos em legislação específica. Desta forma, subtende-se que o empenho precede a realização da despesa, criando uma obrigação para o Estado.

O artigo 63 da Lei n.º 4.320/1964 (BRASIL, 1964), define que a liquidação da despesa “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. A verificação referenciada no dispositivo legal, segundo Angélico (1995, p. 67), tem por finalidade “apurar a origem e o objeto do pagamento, a importância exata e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação”. Desta

forma, a liquidação comprova o direito do credor (fornecedor ou prestador de serviços) receber pela despesa executada.

Na concepção de Cruz (1988, p. 91), o suprimimento é o “adiantamento de recursos para que os servidores, em casos excepcionais (previstos em lei), paguem despesas sem o processamento administrativo habitual”. A Lei n.º 4.320/1964 admite, conforme artigo 68, o regime de adiantamento para os casos de despesas expressamente definidos em lei, sendo que tal regime “consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação” (BRASIL, 1964).

Segundo o MCASP/PCO (STN/SOF, 2011, p. 100), o pagamento “consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa”. O artigo 64 da Lei n.º 4.320/1964 define a ordem de pagamento como o despacho exarado por autoridade competente, determinando o pagamento da despesa (BRASIL, 1964). Desta forma, o pagamento é a quitação da despesa após efetuada a verificação prevista no estágio da liquidação.

A tomada de contas, fundamentada no artigo 81 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), corresponde à prestação de contas a que estão sujeitos os ordenadores de despesas e os servidores que receberem adiantamento em decorrência dos gastos realizados em nome do Estado. Cabe salientar a exigência definida no artigo 93 do mesmo Decreto-Lei de que “quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprêgo na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes” (BRASIL, 1967).

Por fim, a retroalimentação que segundo Cruz (1988, p. 91), deve ocorrer “anualmente, de forma permanente, os gastos públicos devem ser avaliados: alguns reprogramados ou complementados em exercícios futuros; outros de natureza permanente reavaliados e incluídos na nova programação”. Neste sentido, a retroalimentação consiste na avaliação dos gastos públicos, com a finalidade de realizar ajustes – inclusões, exclusões, ampliações e reduções – adequando-os para a programação do exercício seguinte.

Após a evidenciação dos conceitos e aspectos relacionados à fundamentação teórica deste trabalho, tais como a educação como função do Estado, fundações públicas e autarquias, finanças públicas e despesas públicas, no próximo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados alcançados neste trabalho, iniciando com a apresentação das duas universidades analisadas. Em seguida, são evidenciados os métodos utilizados para obtenção e coleta de dados e após demonstra-se a tabulação e ajuste dos dados. Na sequência são expostas as considerações sobre os resultados obtidos, e por fim, são demonstrados os indicadores comparativos.

3.1 APRESENTAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTUDADAS

Nesta seção serão apresentadas as duas entidades analisadas neste trabalho, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a finalidade de expor um pouco da história e alguns dados destas instituições.

3.1.1 UDESC

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) é uma fundação estadual oriunda da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), vinculada à Secretaria de Estado da Educação (SED), com personalidade jurídica própria, de direito público, e desta forma, conforme mencionado na seção 2.2, equipara-se às autarquias, podendo ser chamada de entidade autarquia fundacional.

Foi instituída em 20 de maio de 1965, na época denominada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, pelo Decreto n.º 2.802 (SANTA CATARINA, 1965), que outorgou à FESC o encargo de sua constituição, sendo seu estatuto aprovado no mesmo ano pelo Decreto n.º 3.354/1965 (SANTA CATARINA, 1965).

A Lei n.º 4.394, de 20 de novembro de 1969, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, define em seu artigo 81 do capítulo IV, que trata do ciclo superior de ensino, que à UDESC, até então instituída e mantida pela FESC, “estão integradas a Faculdade de Educação, a Escola Superior de Administração e Gerência, a Faculdade de Engenharia Operacional de Joinville, a Faculdade de Agronomia e Veterinária de Lages e outros que vierem a ser criadas pela FESC” (SANTA CATARINA, 1969).

A mesma Lei (SANTA CATARINA, 1969) define ainda que a UDESC seja regida por legislação estadual e federal específica (art. 82) e que as universidades “gozarão de autonomia

didática administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma e seus estatutos” (art. 83).

Em 1985 a UDESC foi reconhecida pelo Conselho Federal de Educação (CFE) por meio da Portaria Ministerial n.º 893, de 11 de novembro de 1985 (MEC, 1985) e seu estatuto e regimento interno aprovados pelo Parecer n.º 632/1985 do CFE, homologado em 25 de novembro de 1985 (MEC, 1985).

A constituição estadual de Santa Catarina, promulgada em 05 de outubro de 1989, defini no artigo 39, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que a UDESC “será organizada sob a forma de fundação pública mantida pelo Estado, devendo seus recursos ser repassados em duodécimos” (SANTA CATARINA, 1989).

Em 01 de outubro de 1990, a então denominada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina foi transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina por meio da Lei n.º 8.092/199, mantendo a sigla UDESC, sendo desvinculada da FESC e instituída sob a forma de fundação pública, mantida pelo Estado e vinculada à Secretaria de Educação, com “patrimônio e receita próprios, autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar” (SANTA CATARINA, 1990).

No mesmo ano, foi aprovado pelo Decreto n.º 6.401, de 28 de dezembro de 1990, o novo estatuto da UDESC (SANTA CATARINA, 1990). O atual estatuto da instituição foi aprovado em 2006, pelo Decreto n.º 4.184, de 06 de abril de 2006 (SANTA CATARINA, 2006).

O artigo 3º do Regimento Geral da UDESC, aprovado pela Resolução n.º 044/2007 - CONSUNI, estabelece a estruturação *multicampi* da universidade compreendendo “a Reitoria, os *campi*, os Centros, as Unidades Avançadas e os Departamentos” (UDESC, 2007). A composição da estrutura da UDESC está evidenciada no Quadro 3.

Reitoria	
Pró-Reitorias	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Ensino Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Pró-Reitoria de Planejamento
Órgãos Suplementares Superiores	Biblioteca Universitária Coordenadoria de Avaliação Institucional Coordenadoria de Propriedade Intelectual Coordenadoria de Vestibulares e Concursos Editora Universitária Museu da Escola Catarinense Procuradoria Jurídica Secretaria de Arte e Cultura para a Infância e Juventude Secretaria de Comunicação Secretaria de Controle Interno Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação Secretaria dos Conselhos Superiores
Campi	
<i>Campus I</i> - Grande Florianópolis (criado em 1965)	Centro de Artes (CEART) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) Centro de Ciências da Admin. e Socioeconômicas (ESAG) Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) Centro de Educação a Distância – CEAD
<i>Campus II</i> - Norte Catarinense (criado em 1965, localizado em Joinville e São Bento do Sul)	Centro de Ciências Tecnológicas – CCT Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN
<i>Campus III</i> - Planalto Serrano (criado em 1965, localizado em Lages)	Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV
O <i>Campus IV</i> - Oeste Catarinense (criado em 2004, com cursos em Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho)	Centro de Educação Superior do Oeste – CEO.
O <i>Campus V</i> - Vale do Itajaí (criado em 2006, com cursos em Ibirama desde 2006 e Balneário Camboriú desde 2010)	Centro de Educação Superior do Vale do Itajaí – CEAVI Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI
<i>Campus VI</i> - Sul Catarinense (criado em 2006, localizado em Laguna)	Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES

Quadro 3: Estrutura *multicampi* da UDESC

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano 20: planejamento estratégico 2010 - 2030 (UDESC, 2010).

Conforme evidenciado no Quadro 3, a UDESC possui atualmente seis *campi* e 12 centros de ensino, além dos departamentos, não evidenciados neste quadro.

A Tabela 1 apresenta alguns dados institucionais da UDESC relativos aos anos analisados, evidenciando o quantitativo de cursos oferecidos pela instituição, de alunos formados, bem como quantitativo de servidores docentes e técnicos administrativos.

Tabela 1: Informações institucionais da UDESC entre 2005 e 2011

Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CURSOS	83	71	65	62	67	73	75
Graduação	34	35	37	41	42	44	46
Ensino Presencial	33	34	36	40	41	43	45
Ensino a Distância	1	1	1	1	1	1	1
Pós-Graduação	49	36	28	21	25	29	29
Especialização	38	22	11	6	7	6	5
Mestrado	11	14	16	14	15	18	19
Doutorado	0	0	1	1	3	5	5
ALUNOS DIPLOMADOS	4.592	13.095	2.738	2.621	1.947	1.790	1.657
Graduação	4.174	9.554	2.122	2.507	1.767	1.517	1.363
Ensino Presencial	1.052	1.192	1.047	1.433	1.382	1.492	1.354
Ensino a Distância	3.122	8.362	1.075	1.074	385	25	9
Pós-Graduação	418	3.541	616	114	180	273	294
Especialização	257	3.398	446	-	-	92	63
Mestrado ^[1]	161	143	170	114	180	181	212
Doutorado ^[1]	0	0	0			0	19
SERVIDORES	1.737	1.392	1.433	1.444	1.510	1.652	1.936
Docentes	1.246	903	955	981	1.052	982	1.148
Efetivos	557	590	590	597	620	695	768
Substitutos	686	310	363	382	431	284	377
Visitantes	3	3	2	2	1	3	3
Técnicos Universitários	491	489	478	463	458	670	788
Desenvolvimento	171	166	171	168	167	224	234
Suporte	144	157	153	151	145	249	303
Execução	96	94	92	85	86	133	193
Serviço	63	64	62	59	60	56	51
Adv. Fundacional	-	-	-	-	-	8	7
Cargos Diferentes	17	8	0	-	-	-	-

Nota:

[1] Em 2008 e 2009 o número de alunos formados dos programas de mestrado e doutorado era divulgado de forma totalizada.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Gestão 2004-2008 e 2008-2012 (UDESC, 2008 e 2012).

A Tabela 2 apresenta dados relativos ao quantitativo de alunos matriculados entre os anos de 2005 e 2011, nas áreas de graduação (presencial e a distância) e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Tabela 2: Alunos matriculados na UDESC entre 2005 e 2011

Ano	Período	Graduação		Pós-Graduação ^[1]			Total ^[3]
		Presencial	Distância	Especialização	Mestrado ^[2]	Doutorado ^[2]	
2005	1º Semestre	7.712	9.150	1.299	372	0	20.439
	2º Semestre	8.140	12.534				
2006	1º Semestre	8.552	11.818	837	340	0	17.259
	2º Semestre	8.723	3.070				
2007	1º Semestre	9.431	3.070	390	379		14.005
	2º Semestre	9.604	4.367				
2008	1º Semestre	9.816	871	113	481		10.958
	2º Semestre	9.837	203				
2009	1º Semestre	10.160	612	236	566		11.386
	2º Semestre	10.236	159				
2010	1º Semestre	10.254	857	135	525	65	11.820
	2º Semestre	10.183	891	134	522	73	
2011	1º Semestre	10.414	1.639	113	558	104	12.614
	2º Semestre	9.953	1.639	84	597	126	

Notas:

[1] De 2005 a 2009 o número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação era divulgado anualmente.

[2] Em 2008 e 2009 o número de alunos matriculados nos programas de mestrado e doutorado era divulgado de forma totalizada

[3] Para apuração do valor total anual foi considerada a média anual por modalidade (Graduação Presencial, Graduação a Distância, Especialização, Mestrado e Doutorado) nos casos em que as informações foram divulgadas por semestre.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Gestão 2004-2008 e 2008-2012 (UDESC, 2008 e 2012).

Após apresentados alguns aspectos históricos e dados institucionais da UDESC, o tópico a seguinte destina-se a apresentar os da UFSC.

3.1.2 UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que, conforme já mencionado na seção 2.2, caracteriza-se por ser um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, dotada de patrimônio e receita próprios.

Foi criada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com sede em Florianópolis, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial (BRASIL, 1960), sendo oficialmente instalada no dia em 12 de março de 1962 (NECKEL; KUHLER, 2010, p. 250).

Conforme artigo 2º da Lei n.º 3.849/1960 (BRASIL, 1960), a UFSC, autarquia de regime especial, foi criada integrada ao MEC, na época denominado Ministério da Educação e

Cultura - Diretoria do Ensino Superior, sendo incluída no rol dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pela União, relacionados no inciso I, artigo 3º da Lei nº 1.254/1950.

Em decorrência do Decreto nº 64.824/1969, que aprovou o Plano de Reestruturação da UFSC, a Universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa e as Faculdades extintas, sendo absorvidas pelas unidades universitárias (centros de ensino) da UFSC (BRASIL, 1969).

Conforme definido no artigo 1º do Plano de Reestruturação, a UFSC é “uma instituição de ensino superior, com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar” (BRASIL, 1969), reafirmando prerrogativas já definidas pela lei que a criou em 1960.

O Regimento Geral da UFSC foi aprovado pelo Parecer n.º 794/1981 do CFE (MEC, 1981) homologado em 28 de janeiro de 1982, disciplinando as atividades comuns aos órgãos que integram a estrutura e administração da UFSC, nos planos didáticos, científico, administrativo e disciplinar (UFSC, 1978).

O estatuto da UFSC foi aprovado pelo Conselho Universitário em 03 de novembro de 1978, pela Resolução n.º 065/1978, e define em seu artigo 5º que a UFSC “organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos” (UFSC, 1978).

Seu estatuto define ainda, conforme artigo 6º, que UFSC estrutura-se em departamentos que são coordenados por Unidades (Centros de Ensino), dispendo ainda, conforme artigo 11, de órgãos suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, para melhor desempenho de suas atividades (UFSC, 1978). Conforme relacionado em seu Regimento Geral, a UFSC possui 54 Departamentos coordenados por 11 Centros de Ensino (UFSC, 1978).

Cabe destacar que são mantidos pela UFSC, no centro de ensino vinculado a área de educação, conforme definido no parágrafo único do artigo 8º de seu estatuto (redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004), o Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil “abrangendo níveis de ensino que permitam experimentações, inovações pedagógicas e estágios para os cursos da área educacional” (UFSC, 1978).

Quanto à administração universitária da UFSC, conforme definido em seu artigo 13 “far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares” (UFSC, 1978). O Quadro 4 sintetiza a estrutura e a administração universitária da UFSC.

Estrutura Universitária			
<i>Unidades Universitárias</i>		<i>Órgãos Suplementares</i>	
Centro de Ciências Agrárias Centro de Ciências Biológicas Centro de Ciências da Educação <i>Colégio de Aplicação</i> <i>Núcleo de Desenvolvimento Infantil</i> Centro de Ciências da Saúde Centro de Ciências Físicas e Matemáticas Centro de Ciências Jurídicas Centro de Comunicação e Expressão Centro de Desportos Centro de Filosofia e Ciências Humanas Centro Sócio-Econômico Centro Tecnológico		Biblioteca Universitária Biotério Central Editora Universitária Imprensa Universitária Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral Núcleo de Processamento de Dados Restaurante Universitário	
Administração Superior			
<i>Órgãos Deliberativos Centrais</i>		<i>Órgãos Executivos Centrais</i>	
Conselho Universitário Conselho de Curadores Câmara de Ensino de Graduação Câmara de Pós-Graduação Câmara de Extensão Câmara de Pesquisa		Reitoria Vice-Reitoria Pró Reitorias <i>Administração</i> <i>Assuntos Estudantis</i> <i>Extensão</i> <i>Graduação</i> <i>Pesquisa</i> <i>Planejamento e Orçamento</i> <i>Pós-Graduação</i> Secretarias Especiais <i>Aperfeiçoamento Institucional</i> <i>Cultura</i> <i>Gestão de Pessoas</i> <i>Relações Internacionais</i>	
Administração nas Unidades			
<i>Órgãos Deliberativos Setoriais</i>		<i>Órgãos Executivos Setoriais</i>	
Conselhos das Unidades	Departamentos	Diretoria de Unidades	Chefia de Departamentos

Quadro 4: Síntese da estrutura e administração universitária da UFSC

Fonte: Elaborado pela autora com base no Regimento Geral (UFSC, 1978) e no Estatuto (UFSC, 1978) da UFSC.

Ressalta-se que além do *campi* de Florianópolis (Campus João David Ferreira Lima) a UFSC conta com os *campi* de Araranguá, Joinville e Curitiba.

A Tabela 2 apresenta alguns dados institucionais da UFSC entre 2005 e 2011, evidenciando o quantitativo de cursos oferecidos pela instituição, de alunos matriculados e formados, bem como quantitativo de servidores docentes e técnicos administrativos.

Tabela 3: Informações institucionais da UFCS entre 2005 a 2011

Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CURSOS	213	175	229	235	245	258	255
Graduação	67	69	76	80	91	97	99
Ensino Presencial	63	64	64	67	78	84	86
Ensino a Distância	4	5	12	13	13	13	13
Pós-Graduação	146	106	153	155	154	161	156
Especialização	65	24	67	63	56	61	56
Mestrado	48	48	51	54	56	56	56
Doutorado	33	34	35	38	42	44	44
ALUNOS MATRICULADOS	30.607	30.304	36.782	35.368	37.652	43.864	44.211
Educação Básica	3.053	2.506	2.472	2.114	2.245	1.173	1.167
Educação Infantil	278	270	276	258	262	239	235
Ensino Fundamental	600	600	611	646	652	660	657
Ens. Profissional Téc. Nível Médio	905	960	955	701	780	-	-
Ensino Médio	1.270	676	630	509	551	274	275
Educação Superior	27.554	27.798	34.310	33.254	35.407	42.691	43.044
Graduação	18.651	22.240	25.737	25.942	27.222	28.147	29.177
Ensino Presencial	18.151	19.696	20.220	20.467	21.425	23.044	24.615
Ensino a Distância	500	2.544	5.517	5.475	5.797	5.103	4.562
Pós-Graduação	8.903	5.558	8.573	7.312	8.185	14.544	13.867
Especialização	2.866	581	1.972	1.882	2.693	8.233	7.046
Mestrado	3.822	3.111	4.388	3.369	3.303	3.838	4.046
Doutorado	2.215	1.866	2.213	2.061	2.189	2.473	2.775
ALUNOS DIPLOMADOS	5.561	5.162	5.720	4.878	4.998	5.785	6.072
Educação Básica	484	564	651	440	400	143	150
Ensino Fundamental	75	75	74	63	62	70	72
Ensino Profissional Técnico	274	308	399	217	202	-	-
Ensino Médio	135	181	178	160	136	73	78
Educação Superior	5.077	4.598	5.069	4.438	4.598	5.642	5.922
Graduação	2.752	2.842	2.816	2.734	2.721	3.508	3.066
Ensino Presencial	2.752	2.842	2.816	2.734	2.721	2.900	2.647
Ensino a Distância	0	0	0	0	0	608	419
Pós-Graduação	2.325	1.756	2.253	1.704	1.877	2.134	2.856
Especialização	821	638	984	411	624	757	1.411
Mestrado	1.156	914	935	978	881	998	1.049
Doutorado	348	204	334	315	372	379	396
SERVIDORES	5.056	5.077	5.030	5.082	5.095	5.094	5.363
Docentes	2.109	2.150	2.177	2.208	2.287	2.215	2.358
Educação Básica	238	238	227	238	236	101	132
Efetivos	163	163	153	155	149	72	113
Substitutos	75	75	74	83	87	29	19
Educação Superior	1.871	1.912	1.950	1.970	2.051	2.114	2.226
Efetivos	1.549	1.600	1.632	1.610	1.649	1.893	1.924
Substitutos	322	312	318	360	402	221	302
Técnicos Administrativos	2.947	2.927	2.853	2.874	2.808	2.879	3.005
A-B (Apoio)	240	244	230	213	212	183	180
C - D (Médio)	1.922	1.887	1.856	1.843	1.794	1.787	1.848
E (Superior)	785	796	767	818	802	909	977

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados extraídos do relatório UFSC em Números - 2002 a 2011 (UFSC, 2012).

Após apresentadas as Universidades, a seção a seguir destina-se a descrever a obtenção dos demonstrativos e coletas de dados.

3.2 OBTENÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS E COLETA DE DADOS

Para realização deste trabalho foram obtidos os dados relativos às despesas orçamentárias empenhadas das duas instituições de ensino superior analisadas, relativos aos anos de 2005 a 2011, observando a definição prevista no artigo 35 da Lei n.º 4.320/1964 de que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas (BRASIL, 1964).

Ressalta-se que, conforme mencionado no Capítulo 2, subseção 2.4.4, conforme a Lei n.º 4.320/1964, o empenho é um dos estágios para efetivação da despesa orçamentária e precede os estágios da liquidação e do pagamento (BRASIL, 1964). Desta forma, a base de dados para análise constitui-se do total das despesas empenhadas, não necessariamente liquidadas e/ou pagas.

Tendo em vista que os dados relativos à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) não estavam disponíveis em meios eletrônicos de acesso público, os mesmos foram obtidos mediante autorização prévia do Pró-Reitor de Administração da entidade, sem qualquer dificuldade, com acesso direto aos dados tendo em vista a relação de trabalho existente entre pesquisadora e instituição estudada.

A pesquisadora mantém relação de trabalho com a UDESC, pertencendo ao quadro de pessoal permanente da instituição, ocupando cargo efetivo de Técnico Universitário de Suporte, desenvolvendo suas atividades na Coordenadoria de Programação Orçamentária (CPROR).

Os dados da UDESC foram extraídos do relatório denominado Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga, similar ao Anexo 11 da Lei n.º 4320/1964, que corresponde a um quadro demonstrativo que estabelece um comparativo da despesa autorizada com a realizada. Os dados relativos aos anos de 2005 a 2008 estavam disponíveis apenas nos arquivos desta instituição e foram obtidos mediante cópia dos documentos contábeis. Por sua vez, os relativos aos anos de 2009 a 2011 foram obtidos mediante emissão do relatório via Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF/SC), fornecido em meio virtual.

Ressalta-se que também foram realizados acessos à nova versão da página da internet do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina, gerenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda, disponível a partir de 08 de maio de 2012, com o objetivo de verificar a disponibilidade dos relatórios anteriormente obtidos mediante cópia nos arquivos da UDESC e em meio virtual. Contudo, observou-se que os relatórios disponíveis no Portal apresentam dados considerando como executadas as despesas liquidadas, não sendo possível obter relatório consolidado das despesas empenhadas, independente de liquidação. As despesas empenhadas podem ser consultadas mediante busca de empenhos, podendo ser visualizadas individualmente, sem totalizadores.

Os dados relativos à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foram obtidos mediante autorização prévia do Secretário de Planejamento e Finanças da entidade, fornecidos em meio virtual pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) mediante demonstrativo emitido via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) denominado Balancete Contábil. Cabe ressaltar que os dados de 2008 a 2011 relativos à execução orçamentária da UFSC que correspondem às despesas do Hospital Universitário foram informados em relatórios separados.

Ressalta-se que os dados relativos à execução orçamentária da UFSC estavam disponíveis em meio eletrônico de acesso público, na página da internet da Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO) da entidade. Contudo, as informações estavam disponíveis de forma resumida, não possibilitando a identificação por grupos de natureza de despesa e por elementos de despesa, inviabilizando a análise.

Mesmo assim, os dados fornecidos mediante relatório pelo DCF foram comparados com os da DGO, de forma que se identificou que o montante das despesas executadas entre os anos analisados coincidiam, com exceção de 2005, em que se encontrou diferença em relação ao total de despesas relativas aos encargos sociais, que correspondem às despesas classificadas como Obrigações Patronais. O relatório divulgado pela DGO apresentava um valor superior ao constante no relatório do SIAFI.

Também foi realizado acesso ao Portal da Transparência da União, da Controladoria-Geral da União (CGU), vinculada à Presidência da República, que permite ao cidadão acompanhar a utilização de recursos do governo federal, com o intuito de aumentar a transparência da gestão pública e viabilizar a fiscalização por parte da população (CGU, 2012). Verificou-se que os dados disponíveis eram relativos às despesas pagas, por ano, decorrentes de aplicação direta, de forma que não era possível identificar o total das despesas

empenhadas, além de não disponibilizar consulta das despesas pagas em outras modalidades de aplicação.

Após a coleta dos dados, foi escolhido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para ajuste monetário dos dados, com a finalidade de permitir comparações ao longo dos anos, em séries históricas, com valores atualizados, minimizando distorções ocasionadas pela inflação.

O IPCA foi escolhido por ser o índice oficial utilizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para o acompanhamento de metas inflacionárias desde julho de 1999, conforme determinado pelo Conselho Monetário Nacional, divulgado mediante Resolução do BACEN n.º 2.615, de 30 de junho de 1999 (BACEN, 1999).

Conforme consta no endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA é calculado mensalmente, sendo que a população-objetivo abrange famílias, residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia, com rendimentos mensais compreendidos entre um e quarenta salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos (IBGE, 2012).

Segundo o IBGE, este índice foi criado pela motivação de oferecer a medida do movimento geral dos preços no mercado varejista, objetivando medir as variações referentes ao consumo pessoal, sendo, portanto, um indicador de inflação segundo o consumo pessoal (IBGE, 2007). Para este estudo foram coletados os valores acumulados no final de cada ano deste índice para o período compreendido entre 2005 e 2011.

3.3 TABULAÇÃO E AJUSTE DOS DADOS

Após coletados, os dados foram organizados para a elaboração de tabelas. Inicialmente, os dados referente a cada exercício analisado foram tabulados individualmente, sendo as despesas executadas representadas de acordo com a categoria econômica, apresentando sub-totalizadores por grupo de natureza de despesa e por elemento de despesa.

Tendo em vista a ocorrência de execuções em modalidades de aplicação distintas nas duas instituições analisadas, foram acrescentados campos que evidenciassem os valores por modalidade de aplicação em cada Universidade. Foram encontradas quatro modalidades distintas: transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; transferências ao exterior; aplicação direta; e direta decorrente de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

No Apêndice A constam as tabelas individuais relativas a cada um dos anos analisados, referente às despesas orçamentárias executadas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e no Apêndice B, constam as da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Após a tabulação dos dados originais individualizados de cada exercício analisado da UDESC e da UFSC, elaborou-se uma tabela consolidada referente a cada uma das instituições, com o total das despesas orçamentárias executadas de cada exercício, representadas, novamente, de acordo com a categoria econômica, apresentando sub-totalizadores por grupo de natureza de despesa e por elemento de despesa, conforme Tabelas 4 e 5.

Tabela 4: Despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	102.896.829,47	95.057.867,50	114.318.105,66	135.444.506,68	154.471.780,43	182.797.624,32	219.276.950,48
Pessoal e Encargos Sociais	71.906.056,34	63.714.341,23	81.964.698,88	96.202.114,19	112.678.687,62	133.824.695,22	164.177.650,39
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	12.463.106,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	13.008.465,70	9.102.216,94	9.511.419,62	10.553.227,07	16.462.853,22	17.391.152,84	19.047.361,26
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	171,36	67,20	40,32	40,32	40,32	40,32	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	38.783.954,30	54.221.724,76	64.652.843,09	71.134.694,56	79.205.298,46	97.232.271,51	120.564.549,29
13 - Obrigações Patronais	3.795.099,75	419,84	7.191.791,14	13.915.374,69	16.604.262,64	18.870.366,25	22.141.187,07
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	3.457.810,82	309.337,33	392.819,99	142.197,26	0,00	114.512,32	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	372.837,18	80.575,16	215.601,44	360.111,02	376.641,56	185.589,55	2.389.802,44
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	183,28	0,00	0,00	0,00	4.659,94
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	24.610,30	0,00	0,00	96.469,27	29.591,42	30.762,43	30.050,07
Outras Despesas Correntes	30.990.773,13	31.343.526,27	32.353.406,78	39.242.392,49	41.793.092,81	48.972.929,10	55.099.300,09
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	10.053,09	4.558,12	32.554,02	16.915,86	25.306,78	16.674,34	76.861,91
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	38.285,00	0,00	126.520,56	916.619,69	1.370.619,20
14 - Diárias - Civil	1.278.316,07	1.010.022,14	878.416,90	1.183.688,10	1.319.983,83	1.411.705,83	1.534.108,48
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	412.318,29	1.260.007,65	1.021.348,72	1.296.302,93	1.374.977,49
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	23.295,44	33.964,00	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	2.996.782,33	2.321.250,27	2.364.499,73	4.730.007,42	5.621.381,86	5.202.254,32	6.698.898,21
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	5.415,08	5.700,00	12.100,00	12.950,00	40.612,91	42.160,00	103.230,50
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	854.383,13	867.076,63	950.427,31	1.570.264,28	2.194.019,68	1.650.424,54	1.464.204,14
35 - Serviços de Consultoria	14.761,76	52.112,00	7.994,00	0,00	8.000,00	0,00	19.200,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.733.657,12	4.968.894,31	4.715.178,63	5.092.111,37	4.974.857,10	5.948.169,10	7.125.628,25
37 - Locação de Mão-de-Obra	4.254.152,29	5.452.943,54	6.113.540,76	6.790.821,16	7.428.269,52	8.245.035,28	9.727.476,06
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.310.992,30	6.001.440,55	8.290.440,25	7.735.761,27	9.261.023,52	11.686.549,59	13.047.223,81
46 - Auxílio-Alimentação	7.473.375,90	6.913.165,86	5.753.718,33	5.115.225,50	4.995.033,40	5.363.441,90	6.348.414,53
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	185.491,46	173.489,73	179.619,12	236.113,28	1.061.758,10	1.510.090,77	1.474.745,70
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	43.717,33	0,00	56.087,65	397.376,13	700.000,00	2.431.439,71	3.164.080,96
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.829.675,27	3.572.873,12	2.524.931,35	5.043.294,29	3.014.976,83	2.981.451,15	1.080.127,74
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	23.892,18	0,00	270.609,95	489.503,11
DESPESAS DE CAPITAL	11.318.161,86	6.937.532,56	6.459.707,66	11.560.085,02	30.903.631,25	21.375.261,80	26.493.998,16
Investimentos	11.318.161,86	6.937.532,56	6.459.707,66	11.560.085,02	30.903.631,25	21.375.261,80	26.493.998,16
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.101,62	224.479,82
51 - Obras e Instalações	6.141.421,53	4.138.317,70	3.709.548,76	2.268.965,08	4.275.278,11	3.505.433,28	4.922.030,90
52 - Equipamentos e Material Permanente	4.914.546,39	2.799.214,86	2.744.411,90	9.092.450,93	23.522.442,34	13.137.995,34	15.096.524,50
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	86.000,00	3.094.342,20	3.385.952,41	6.087.660,63
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	262.193,94	0,00	5.747,00	112.669,01	11.568,60	1.270.779,15	163.302,31
Inversões Financeiras	0,00						
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	114.214.991,33	101.995.400,06	120.777.813,32	147.004.591,70	185.375.411,68	204.172.886,12	245.770.948,64

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Anos-Base: 2005 a 2011 (UDESC, 2005 a 2011) e nas Tabelas 13 a 19.

Tabela 5: Despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	457.068.991,19	576.197.679,34	611.450.196,80	686.854.967,29	819.362.812,13	1.008.920.307,00	1.052.754.555,84
Pessoal e Encargos Sociais	355.133.285,67	456.761.542,00	470.072.895,00	510.429.278,58	601.791.151,59	713.622.577,12	770.998.417,97
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	81.651.190,01	97.696.650,32	98.409.689,63	115.168.874,03	128.766.829,17	157.426.810,07	177.492.162,15
03 - Pensões	12.265.360,00	14.075.262,68	15.460.450,13	18.663.998,84	22.481.742,54	25.646.325,78	28.703.988,11
04 - Contratação por Tempo Determinado	4.913.799,49	5.317.147,85	5.705.466,19	9.534.102,82	15.432.719,52	12.814.938,12	9.283.694,28
08 - Outros Benefícios Assistenciais	102.434,00	169.308,58	217.254,52	146.145,19	219.300,56	231.982,39	164.723,67
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	197.042.560,95	225.981.691,32	230.687.360,76	268.000.759,30	328.217.158,65	394.578.412,43	427.178.739,56
13 - Obrigações Patronais	1.208.876,54	59.632.247,78	55.271.419,10	58.727.002,48	73.585.503,11	85.984.635,13	92.290.096,55
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	631.496,85	845.114,21	942.439,39	1.117.418,42	1.526.632,16	3.999.853,73	4.566.716,72
91 - Sentenças Judiciais	49.747.112,18	52.378.698,09	52.990.377,37	33.399.202,27	31.335.735,82	30.460.518,12	30.182.202,66
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	7.570.455,65	665.421,17	10.388.437,91	5.671.775,23	225.530,06	2.225.144,84	1.252,77
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.956,51	1.134.841,50
Outras Despesas Correntes	101.935.705,52	119.436.137,34	141.377.301,80	176.425.688,71	217.571.660,54	295.297.729,88	281.756.137,87
04 - Contratação por Tempo Determinado	977.382,97	1.064.365,18	1.548.491,60	1.701.807,60	1.782.643,10	2.002.690,25	3.278.734,07
08 - Outros Benefícios Assistenciais	554.852,70	517.525,55	486.369,00	395.186,85	423.438,34	448.962,81	460.115,10
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	805.115,17	935.562,90	1.212.579,18	1.306.409,65	1.922.990,41	2.645.869,96	2.490.450,01
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	10.431.378,85	12.576.088,85	14.096.001,91	17.561.514,22	22.020.407,11	15.488.643,92	18.924.229,23
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	198.021,60	198.021,60	206.647,60	307.807,17	8.853,38	101.246,56	23.500,41
30 - Material de Consumo	15.792.888,37	16.050.654,11	17.272.766,92	23.182.407,03	23.184.327,27	22.176.722,86	30.039.635,55
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	20.144,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	32.012,55	43.520,52	49.664,62	62.835,54	141.264,09	143.180,31	229.551,61

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.412.925,52	2.194.539,93	2.756.066,89	3.702.010,91	5.565.230,85	4.483.797,29	4.925.395,72
35 - Serviços de Consultoria	0,00	6.000,00	0,00	49.700,00	0,00	11.808,48	40.904,88
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.176.124,21	2.066.368,58	5.206.720,80	2.538.874,43	3.260.037,08	3.187.236,01	3.204.010,75
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	900.535,81	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	59.658.584,30	73.880.518,65	88.913.578,78	115.882.807,06	148.227.737,08	223.055.388,09	187.076.551,35
46 - Auxílio -Alimentação	6.978.754,95	6.918.275,25	6.879.240,00	6.825.812,63	7.015.540,53	18.109.043,33	17.901.956,83
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	594.504,02	570.153,46	670.205,68	982.668,44	1.104.833,81	1.449.419,82	1.323.130,48
49 - Auxílio-Transporte	2.329.720,91	1.960.382,90	1.758.277,00	1.681.165,56	1.577.858,22	1.309.108,60	1.400.643,39
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	898.361,34	312.113,38	155.348,06	22.933,61	236.181,28	242.388,69	400.765,97
93 - Indenizações e Restituições	95.078,06	142.046,48	165.343,76	221.748,01	199.782,18	436.322,90	10.016.418,52
DESPESAS DE CAPITAL	11.933.298,97	10.982.031,55	21.566.842,13	16.130.472,86	48.108.433,53	84.355.698,38	74.302.307,18
Investimentos	11.933.298,97	10.982.031,55	21.566.842,13	21.566.842,13	46.738.433,53	82.985.698,38	74.302.307,18
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.393.422,80	5.773.232,54
51 - Obras e Instalações	2.859.922,83	4.582.109,12	10.925.452,44	5.301.585,76	19.004.847,79	45.297.254,29	36.315.129,16
52 - Equipamentos e Material Permanente	9.073.376,14	6.399.922,43	10.641.389,69	10.828.887,10	27.733.585,74	26.295.021,29	32.213.945,48
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	1.370.000,00	1.370.000,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	1.370.000,00	1.370.000,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	469.002.290,16	587.179.710,89	633.017.038,93	702.985.440,15	867.471.245,66	1.093.276.005,38	1.127.056.863,02

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Anos-Base: 2005 a 2011 (UFSC, 2005 a 2011) e nas Tabelas 20 a 26.

Ressalta-se que, optou-se por somar as despesas empenhadas nas modalidades de aplicação encontradas, pois conforme mencionado no Capítulo 2, subseção 2.4.3, este nível de classificação objetiva identificar e evitar dupla contagem de recursos transferidos ou descentralizados por órgão ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades. Desta forma, considerando que esta é uma análise individualizada, que não contempla toda a esfera de governo nas quais a UFSC e a UDESC estão inseridas, infere-se a necessidade de analisar o total das despesas empenhadas.

Além disso, com relação à diferença de valores encontrada e mencionada na seção anterior, correspondente a R\$ 47.399.306,00, referente às despesas com encargos sociais da UFSC em 2005, optou-se por acrescentar este valor ao total das despesas classificadas como Obrigações Patronais, no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Tal decisão fundamentou-se, principalmente, com base na análise do relatório de execução orçamentária disponível na página da internet da Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO) da UFSC, de forma que a não inclusão destes dados poderia apresentar distorções significativas nesta análise. Também optou-se por consolidar as despesas do Hospital Universitário.

Na sequência, após a tabulação padronizada dos dados coletados, efetuou-se o ajuste monetário para cada ano analisado, conforme fator de ajuste para o final de 2011 correspondente, com base na Tabela 6.

Tabela 6: IPCA e fator para ajuste monetário para o período entre 2005 e 2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IPCA	5,69%	3,14%	4,46%	5,90%	4,31%	5,91%	6,50%
Fator Médio de Cada Ano	1,0281	1,0156	1,0221	1,0291	1,0213	1,0291	1,0320
Fator Cheio de Cada Ano	1,0569	1,0314	1,0446	1,0590	1,0431	1,0591	1,0650
Fator de Ajuste para o Final de 2011	1,3801	1,3218	1,2735	1,2108	1,1520	1,0960	1,0320

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2012).

Conforme os dados constantes na Tabela 6, observa-se que entre os anos de 2005 e 2011 houve uma inflação acumulada de 38,01%. Tanto as tabelas individualizadas quanto as consolidadas, foram corrigidas monetariamente pelo índice escolhido, originando novas tabelas, com valores ajustados.

Outra alternativa, seria realizar o ajuste dos dados utilizando Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Conforme consta no endereço eletrônico da FVG, este índice, além de indicador econômico, é diretamente empregado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e é utilizado como indexador das

dívidas dos Estados com a União e como referência para correções de preços e valores contratuais (FVG, 2012). Observou-se pelo IGP-DI uma inflação acumulada de 41,64 % entre os anos de 2005 e 2011, uma diferença de 3,63 p.p. em relação ao IPCA, representando uma variação de aproximadamente 9,55%, não considerada relevante por parte da pesquisadora.

Quanto às tabelas, observa-se que também foram acrescentados campos específicos que evidenciassem a representação em termos percentuais de cada item em relação ao total de despesas executadas e de cada item em relação ao grupo a que pertence (categoria econômica), permitindo visualizar a expressividade das despesas executadas.

Independente de apresentar determinado item de despesa na composição da execução orçamentária, as tabelas foram padronizadas com todos os grupos de natureza e elementos de despesa encontrados com a finalidade de facilitar a visualização e comparação. A Tabela 7 apresenta os dados individualizados, padronizados e ajustados monetariamente pelo IPCA, da UDESC, referente ao ano de 2011.

Tabela 7: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	226.291.263,15	89,22%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	169.429.426,15	66,80%	74,87%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	19.656.655,34	7,75%	8,69%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	41,61	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	124.421.212,95	49,06%	54,98%
13 - Obrigações Patronais	22.849.447,60	9,01%	10,10%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.466.248,33	0,97%	1,09%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.809,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	31.011,32	0,01%	0,01%
Outras Despesas Correntes	56.861.837,00	22,42%	25,13%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	79.320,60	0,03%	0,04%
13 - Obrigações Patronais	1.414.463,08	0,56%	0,63%
14 - Diárias - Civil	1.583.182,11	0,62%	0,70%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.418.960,78	0,56%	0,63%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	6.913.185,06	2,73%	3,05%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	106.532,68	0,04%	0,05%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.511.041,65	0,60%	0,67%
35 - Serviços de Consultoria	19.814,18	0,01%	0,01%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.353.565,50	2,90%	3,25%
37 - Locação de Mão-de-Obra	10.038.642,18	3,96%	4,44%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	13.464.583,26	5,31%	5,95%
46 - Auxílio-Alimentação	6.551.489,98	2,58%	2,90%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.521.920,41	0,60%	0,67%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	3.265.294,76	1,29%	1,44%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.114.679,27	0,44%	0,49%
93 - Indenizações e Restituições	505.161,52	0,20%	0,22%
DESPESAS DE CAPITAL	27.341.498,03	10,78%	100,00%
Investimentos	27.341.498,03	10,78%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	231.660,56	0,09%	0,85%
51 - Obras e Instalações	5.079.478,66	2,00%	18,58%
52 - Equipamentos e Material Permanente	15.579.437,74	6,14%	56,98%
61 - Aquisição de Imóveis	6.282.394,98	2,48%	22,98%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	168.526,09	0,07%	0,62%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	253.632.761,18	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2011 (UDESC, 2011) e Tabelas 6 e 22.

As demais tabelas individualizadas contendo os dados ajustados monetariamente pelo IPCA, da UDESC, referente aos anos 2005 a 2010, encontram-se no Apêndice C, e as tabelas individuais ajustadas, da UFSC, referente a todos os anos analisados, constam no Apêndice D.

As Tabelas 8 e 9 evidenciam os dados reunidos, conforme o modelo padronizado e com valores corrigidos, relativos às despesas orçamentárias executadas entre 2005 e 2011 da UDESC e da UFSC, respectivamente.

Tabela 8: Despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	142.005.306,00	125.649.317,40	145.578.926,08	163.991.710,97	177.950.290,26	200.349.673,51	226.291.263,15
Pessoal e Encargos Sociais	99.235.725,60	84.218.841,58	104.378.328,97	116.478.325,27	129.804.972,22	146.674.411,63	169.429.426,15
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	17.200.017,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	17.952.653,76	12.031.485,40	12.112.361,78	12.777.496,89	18.965.078,93	19.061.034,33	19.656.655,34
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	236,49	88,83	51,35	48,82	46,45	44,19	41,61
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	53.524.752,19	71.671.318,57	82.332.465,28	86.127.526,00	91.243.888,12	106.568.419,17	124.421.212,95
13 - Obrigações Patronais	5.237.520,96	554,95	9.158.420,05	16.848.273,59	19.127.981,49	20.682.280,37	22.849.447,60
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	4.772.037,06	408.888,03	500.238,45	172.167,72	0,00	125.507,68	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	514.543,14	106.505,80	274.558,66	436.010,46	433.888,15	203.409,68	2.466.248,33
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	233,40	0,00	0,00	0,00	4.809,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	33.964,05	0,00	0,00	116.801,79	34.089,09	33.716,21	31.011,32
Outras Despesas Correntes	42.769.580,41	41.430.475,82	41.200.597,11	47.513.385,70	48.145.318,04	53.675.261,88	56.861.837,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	13.874,01	6.025,01	41.456,07	20.481,16	29.153,21	18.275,39	79.320,60
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	48.754,21	0,00	145.750,70	1.004.632,62	1.414.463,08
14 - Diárias - Civil	1.764.171,60	1.335.066,69	1.118.624,11	1.433.170,24	1.520.611,11	1.547.256,44	1.583.182,11
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	525.068,65	1.525.575,42	1.176.585,79	1.420.772,67	1.418.960,78
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	29.665,69	41.122,48	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	4.135.783,33	3.068.273,25	3.011.083,24	5.726.935,91	6.475.788,20	5.701.769,69	6.913.185,06
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	7.473,21	7.534,37	15.408,80	15.679,43	46.785,76	46.208,16	106.532,68
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.179.112,50	1.146.118,57	1.210.326,10	1.901.223,85	2.527.493,62	1.808.896,69	1.511.041,65
35 - Serviços de Consultoria	20.372,33	68.882,64	10.180,00	0,00	9.215,94	0,00	19.814,18

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.532.800,20	6.567.980,06	6.004.566,27	6.165.359,35	5.730.996,71	6.519.306,48	7.353.565,50
37 - Locação de Mão-de-Obra	5.871.047,74	7.207.805,64	7.785.317,06	8.222.100,76	8.557.308,74	9.036.715,51	10.038.642,18
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.329.565,84	7.932.819,54	10.557.499,89	9.366.202,86	10.668.627,10	12.808.680,66	13.464.583,26
46 - Auxílio-Alimentação	10.313.816,64	9.137.955,59	7.327.099,51	6.193.345,17	5.754.239,65	5.878.434,35	6.551.489,98
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	255.992,06	229.322,06	228.736,81	285.878,12	1.223.137,08	1.655.088,21	1.521.920,41
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	60.333,18	0,00	71.425,08	481.129,82	806.394,56	2.664.904,17	3.265.294,76
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.285.237,76	4.722.692,40	3.215.385,63	6.106.253,25	3.473.229,87	3.267.727,17	1.114.679,27
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	28.927,86	0,00	296.593,65	505.161,52
DESPESAS DE CAPITAL	15.619.908,28	9.170.163,96	8.226.144,92	13.996.567,07	35.598.984,63	23.427.693,54	27.341.498,03
Investimentos	15.619.908,28	9.170.163,96	8.226.144,92	13.996.567,07	35.598.984,63	23.427.693,54	27.341.498,03
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.312,80	231.660,56
51 - Obras e Instalações	8.475.620,17	5.470.107,92	4.723.942,21	2.747.187,57	4.925.087,15	3.842.021,56	5.079.478,66
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.782.440,89	3.700.056,04	3.494.884,16	11.008.837,65	27.097.670,72	14.399.492,81	15.579.437,74
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	104.125,94	3.564.658,16	3.711.068,25	6.282.394,98
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	361.847,21	0,00	7.318,54	136.415,90	11.568,60	1.392.798,12	168.526,09
Inversões Financeiras	0,00						
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	157.625.214,28	134.819.481,36	153.805.071,00	177.988.278,03	213.549.274,89	223.777.367,05	253.632.761,18

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Anos-Base: 2005 a 2011 (UDESC, 2005 a 2011) e nas Tabelas 4, 6, 7, 16 a 22 e 30 a 35.

Tabela 9: Despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	696.203.909,11	761.629.173,89	778.654.111,60	831.621.185,93	943.899.590,22	1.105.795.848,57	1.086.430.460,23
Pessoal e Encargos Sociais	555.525.025,90	603.756.190,58	598.616.525,70	618.010.820,63	693.258.728,58	782.143.919,35	795.661.402,20
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	112.684.737,54	129.137.311,28	125.320.279,32	139.442.648,25	148.338.386,23	172.542.778,48	183.169.847,46
03 - Pensões	16.927.112,42	18.604.952,90	19.688.182,49	22.597.750,02	25.898.792,64	28.108.860,91	29.622.181,96
04 - Contratação por Tempo Determinado	6.781.410,12	7.028.308,29	7.265.652,59	11.543.575,09	17.778.372,92	14.045.415,95	9.580.664,55
08 - Outros Benefícios Assistenciais	141.366,57	223.795,34	276.663,78	176.947,74	252.632,54	254.257,11	169.992,91
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	271.933.443,50	298.706.945,63	293.769.898,01	324.486.419,83	378.103.615,35	432.465.445,86	440.843.492,00
13 - Obrigações Patronais	67.082.920,55	78.823.051,95	70.385.647,04	71.104.704,45	84.769.927,56	94.240.795,74	95.242.306,49
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	871.512,79	1.117.088,22	1.200.153,85	1.352.933,12	1.758.668,38	4.383.915,77	4.712.798,55
91 - Sentenças Judiciais	68.654.728,47	69.235.170,47	67.480.843,79	40.438.645,02	36.098.524,07	33.385.307,29	31.147.682,19
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.447.793,94	879.566,50	13.229.204,82	6.867.197,11	259.808,88	2.438.801,07	1.292,84
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278.341,17	1.171.143,23
Outras Despesas Correntes	140.678.883,20	157.872.983,31	180.037.585,91	213.610.365,30	250.640.861,64	323.651.929,23	290.769.058,03
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.348.861,46	1.406.898,36	1.971.933,87	2.060.492,13	2.053.590,99	2.194.986,61	3.383.615,44
08 - Outros Benefícios Assistenciais	765.738,15	684.075,22	619.368,88	478.479,11	487.797,68	492.071,78	474.833,43
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	1.111.119,04	1.236.645,03	1.544.164,63	1.581.757,42	2.215.270,00	2.899.923,81	2.570.115,45
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	14.396.081,52	16.623.316,10	17.950.619,53	21.262.898,25	25.367.337,81	16.975.848,37	19.529.584,51
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	273.284,59	261.748,76	263.156,35	372.682,70	10.199,02	110.968,16	24.252,15
30 - Material de Consumo	21.795.364,90	21.216.063,29	21.996.085,78	28.068.488,61	26.708.164,79	24.306.110,11	31.000.554,59
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.466,51	20.788,37
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	44.179,71	57.526,26	63.245,64	76.079,19	162.735,13	156.928,34	236.894,59
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.949.942,69	2.900.785,08	3.509.726,27	4.482.271,88	6.411.102,68	4.914.327,12	5.082.951,11
35 - Serviços de Consultoria	0,00	7.930,92	0,00	60.175,11	0,00	12.942,32	42.213,36

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.623.139,21	2.731.365,73	6.630.522,94	3.073.984,85	3.755.537,37	3.493.271,30	3.306.501,84
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	1.037.410,25	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	82.333.299,90	97.656.690,41	113.227.412,56	140.307.054,66	170.757.200,86	244.472.948,40	193.060.825,67
46 - Auxílio-Alimentação	9.631.202,80	9.144.709,28	8.760.400,34	8.264.467,27	8.081.848,15	19.847.855,97	18.474.611,29
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	820.459,93	753.639,81	853.476,56	1.189.782,32	1.272.759,96	1.588.591,69	1.365.455,27
49 - Auxílio-Transporte	3.215.188,77	2.591.271,82	2.239.086,07	2.035.499,43	1.817.680,40	1.434.807,93	1.445.447,69
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.239.805,71	412.557,47	197.828,71	27.767,25	272.079,00	265.662,62	413.585,82
93 - Indenizações e Restituições	131.214,82	187.759,77	210.557,78	268.485,13	230.147,52	478.218,20	10.336.827,44
DESPESAS DE CAPITAL	16.468.843,41	14.516.260,51	27.464.395,93	19.530.240,89	55.420.541,45	92.455.450,07	76.679.117,02
Investimentos	16.468.843,41	14.516.260,51	27.464.395,93	19.530.240,89	53.842.312,10	90.953.904,01	76.679.117,02
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.487.408,12	5.957.908,85
51 - Obras e Instalações	3.946.907,00	6.056.719,96	13.913.068,49	6.418.983,99	21.893.436,92	49.646.652,37	37.476.791,02
52 - Equipamentos e Material Permanente	12.521.936,41	8.459.540,55	13.551.327,45	13.111.256,90	31.948.875,18	28.819.843,53	33.244.417,15
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	1.578.229,35	1.501.546,06	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	1.578.229,35	1.501.546,06	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	712.672.752,51	776.145.434,40	806.118.507,54	851.151.426,83	999.320.131,67	1.198.251.298,65	1.163.109.577,25

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Anos-Base: 2005 a 2011 (UFSC, 2005 a 2011) e nas Tabelas 5, 6, 23 a 29 e 36 a 42.

Observa-se que após aplicação do ajuste para o final de 2011 em todos os dados coletados, inclusive aos relativos a 2011, obteve-se um novo conjunto de dados, com redução dos efeitos da inflação. Sendo assim, estes foram os dados utilizados neste trabalho, justamente por viabilizarem, de forma menos prejudicada, a comparação dos valores ao longo da série histórica analisada, bem como sua evolução. Na seção seguinte serão evidenciados os resultados obtidos com base na análise dos dados coletados, tabulados e ajustados.

3.4 ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Foi realizada análise das despesas orçamentárias executadas segundo as categorias econômicas, grupos de natureza de despesa e elementos de despesa com o objetivo de abordar aspectos relativos à sua composição em cada exercício social analisado. Da mesma forma, buscou-se evidenciar a expressividade de cada critério de classificação em relação ao montante de despesas relativas a estes períodos, bem como analisar a evolução entre o período de 2005 em relação aos demais (2006 a 2011).

3.4.1 Composição e expressividade das despesas

A análise da composição das despesas orçamentárias empenhadas das duas instituições estudadas objetiva identificar as categorias econômicas e os grupos de natureza das despesas e suas representatividades, bem como conhecer os elementos de despesa que compõem a execução orçamentária.

3.4.1.1 UDESC

A análise da composição das despesas orçamentárias executadas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) evidencia que em todos os anos analisados, com relação às categorias econômicas, houve predominância das despesas correntes.

O Gráfico 1 permite observa-se que durante todo o período analisado, as despesas empenhadas classificadas como Despesas Correntes predominaram com relação às Despesas de Capital, com expressividade superior a 80%, sendo obtida em 2007 sua maior representatividade (94,65%) e em 2009 a menor (83,33%).

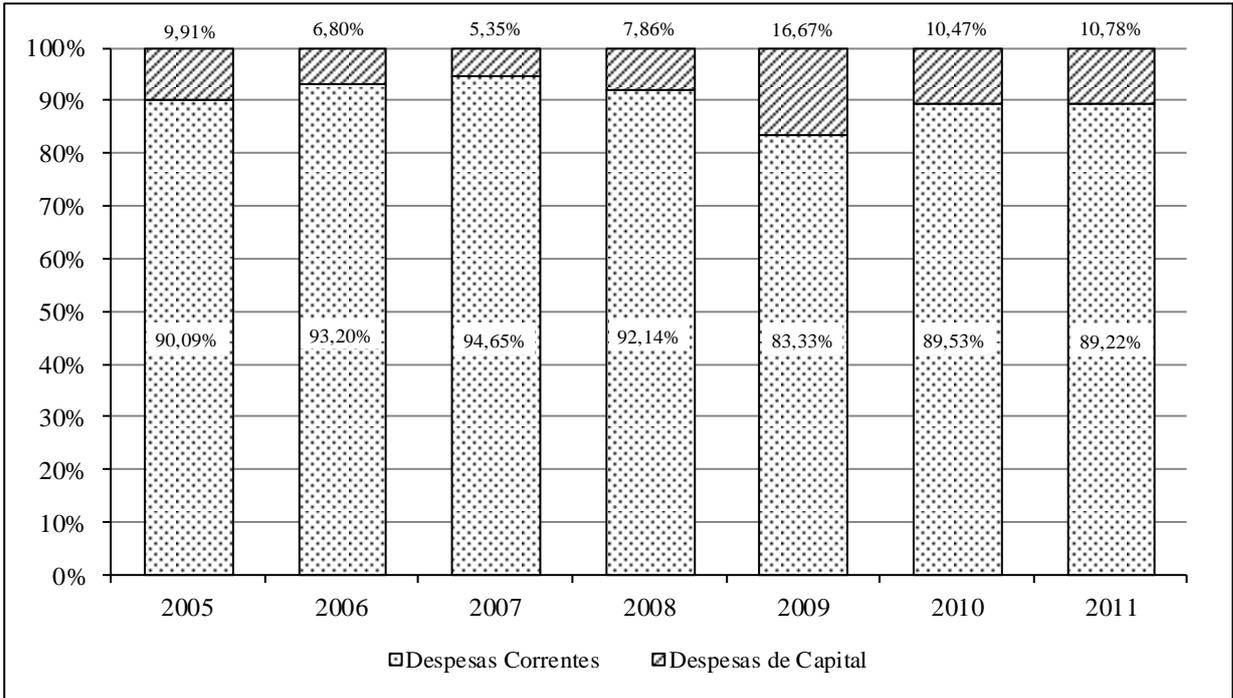


Gráfico 1: Composição das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

Com relação aos grupos de natureza de despesa, as despesas correntes foram classificadas em Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, conforme demonstrado no Gráfico 2.

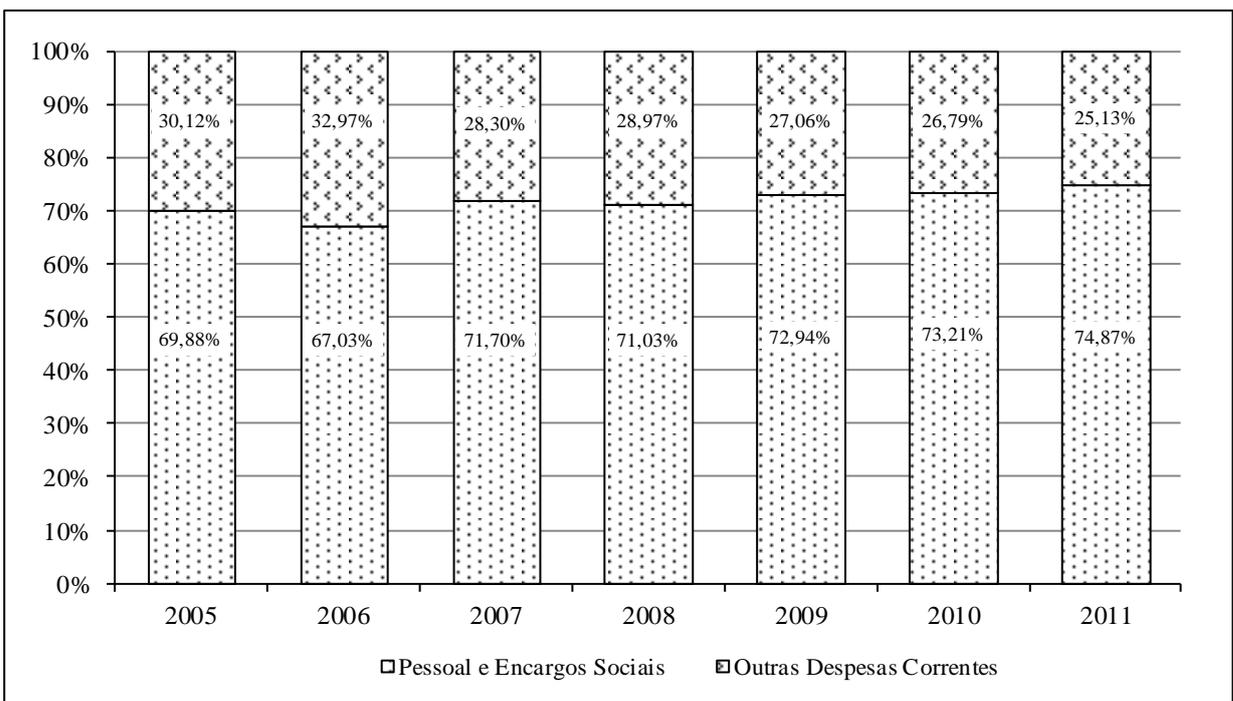


Gráfico 2: Composição das despesas correntes empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

O Gráfico 2 evidencia a composição das despesas correntes por grupo de natureza de despesa em todos os anos analisados. Observa-se que, em toda a série, predominam as despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, bem como o aumento da representatividade destas despesas ao longo dos anos, com exceção apenas de 2008, que apresentou uma queda de 0,67 p.p. em relação a 2007.

Contudo, ressalta-se que algumas despesas classificadas como Outras Despesas Correntes podem agregar despesas relacionadas com gastos com pessoal, tais como diárias, auxílio-alimentação e vale transporte, bem como outras despesas classificadas nesta categoria econômica e que não podem ser classificadas nos demais grupos de natureza de despesa.

Observa-se que as despesas de capital foram classificadas, em sua totalidade, como Investimentos, motivo pelo qual não há evidenciação gráfica relativa à composição por grupo de natureza das despesas classificadas nesta categoria econômica.

O Gráfico 3 evidencia a representatividade de todos os grupos de natureza de despesa em que foram classificadas as despesas orçamentárias da UDESC, independente da categoria econômica.

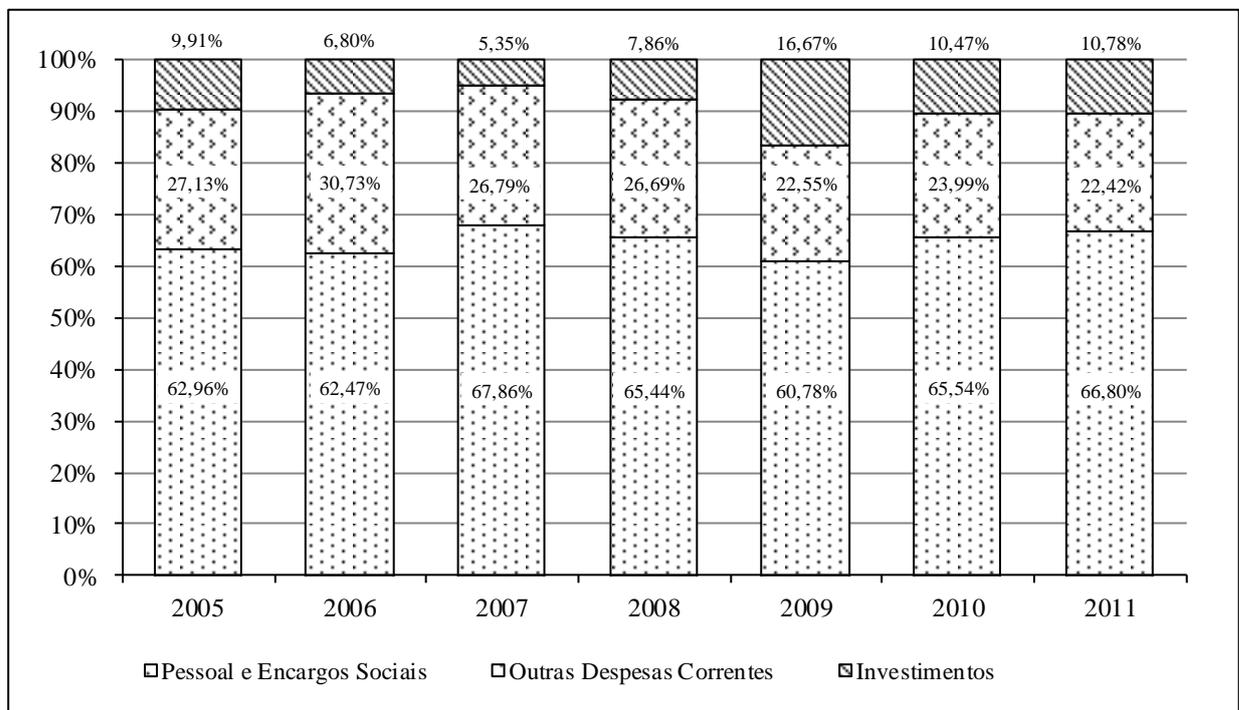


Gráfico 3: Composição das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

Conforme representado no Gráfico 3, em relação ao total de despesas empenhadas, as despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais foram as que tiveram maior

representatividade em toda a série, alcançando sua maior expressividade no ano de 2007 (67,86%). O ano de 2006 teve a maior representatividade das despesas classificadas como Outras Despesas Correntes (30,73%) e o de 2009 a maior marca das classificadas como Investimentos (16,67%).

Com o intuito de evidenciar a expressividade das despesas orçamentárias executadas da UDESC em todos os períodos analisados, foram calculadas as médias aritméticas para as classificações das despesas orçamentárias relativas à categoria econômica, grupo de natureza e elemento de despesa.

O Gráfico 4 apresenta a expressividade média das despesas orçamentárias empenhadas da UDESC, por categoria econômica, que permite observar que entre 2005 e 2011, a média de despesas empenhadas como despesa corrente é de R\$ 168,83 milhões por ano, o que corresponde em média a 89,86% do total de despesas empenhadas. As despesas empenhadas como despesas de capital obtiveram uma média de R\$ 19,05 milhões e expressividade média de 10,14% do total das despesas executadas.

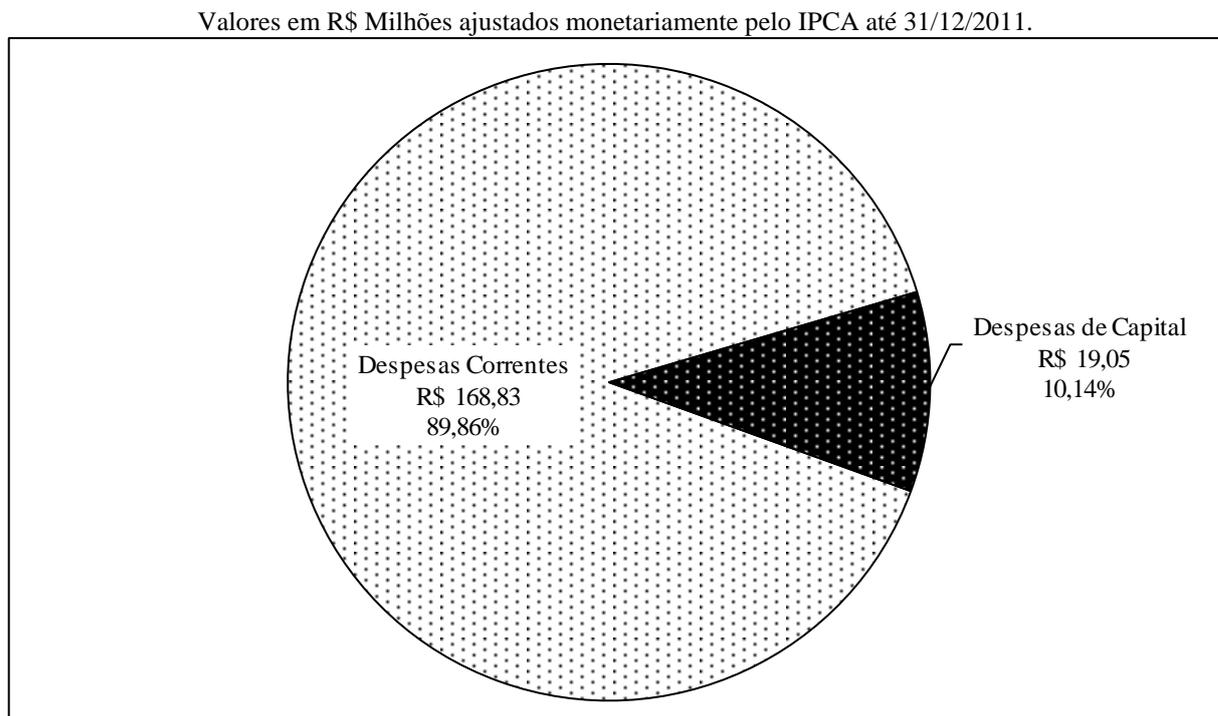


Gráfico 4: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

O Gráfico 5 apresenta a expressividade média das despesas orçamentárias empenhadas da UDESC, por grupo de natureza de despesa, evidenciando que entre 2005 a 2011, média de despesas empenhadas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 121,46

milhões por ano, o que corresponde a 64,65 % do total médio de despesas empenhadas. As despesas empenhadas classificadas como Outras Despesas Correntes representaram uma média de R\$ 47,37 milhões, ou seja, aproximadamente 25,21%, enquanto as classificadas como Investimentos corresponderam a R\$ 19,05 milhões (representando a totalidade das despesas de capital da UDESC), ou seja, 10,14%.

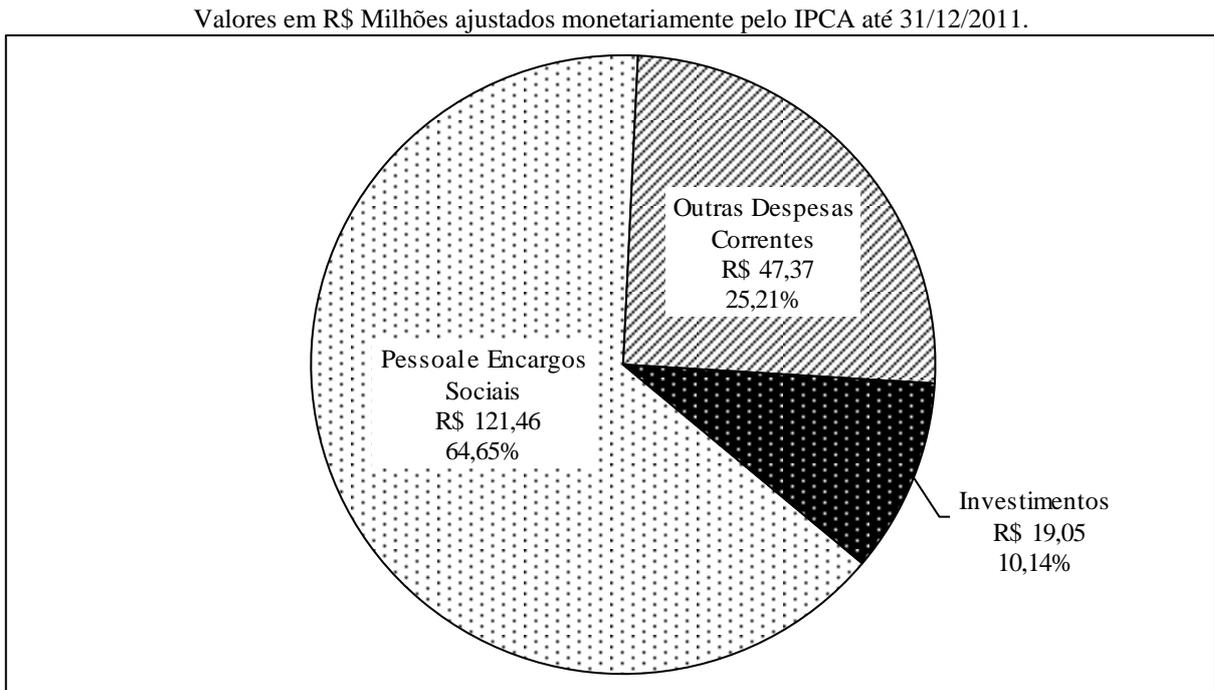


Gráfico 5: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

Para representar os elementos de despesa com maior representatividade em relação ao total das despesas empenhadas, independente da classificação por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, foram escolhidas as 10 classificações com as médias mais expressivas, agrupando as restantes como Demais Elementos.

Ressalta-se que também foram efetuados os cálculos com o mesmo critério, porém pela mediana, constatando-se pouca variação quanto à ordem de expressividade. Pela mediana o nono e do décimo elemento mais representativos foram Material de Consumo e Obras e Instalações, respectivamente.

Devido a pouca variação com relação à ordem de elementos de despesa mais expressivos, optou-se pela demonstração pela média com o intuito de considerar todos os valores apresentados em todos os períodos analisados, conforme apresentado no Gráfico 6.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011.

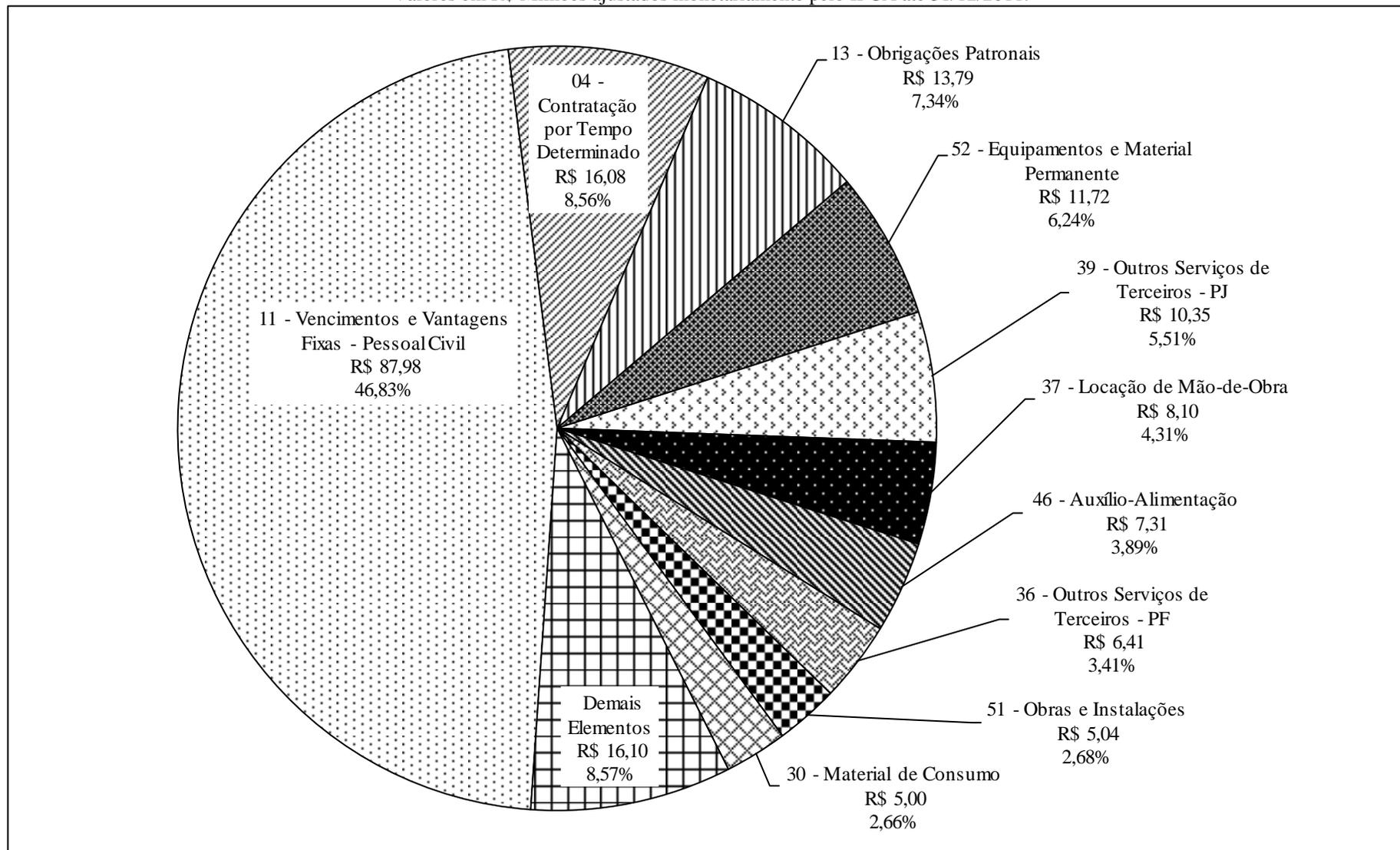


Gráfico 6: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

O Gráfico 6 evidencia que as despesas classificadas como Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil obtiveram a média mais representativa, aproximadamente R\$ 87,98 milhões (46,83%), seguidas das classificadas como Contratação por Tempo Determinado (8,56%) com uma média de R\$ 16,08 milhões.

Com a terceira maior expressividade (7,34%), as despesas com encargos que a UDESC tem pela condição de empregadora, classificadas como Obrigações Patronais, obtiveram uma média de R\$ 13,79 milhões.

As despesas com aquisição de equipamentos e material permanente representaram em média 6,24% (R\$ 11,72 milhões). As despesas decorrentes de serviços prestados por pessoas jurídicas corresponderam em média a R\$ 10,35 milhões (5,51%).

As despesas decorrentes da contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços como limpeza, conservação, vigilância e outros, com especificação contratual de quantitativo físico de pessoal a ser utilizado, classificadas como Locação de Mão-de-Obra, representaram em média R\$ 8,10 milhões entre 2005 e 2011, aproximadamente 4,31%.

O auxílio-alimentação, pago em pecúnia diretamente aos servidores, correspondeu em média a 7,31 milhões (3,89%). As despesas médias relativas a serviços prestados por pessoas físicas e não enquadradas em elementos de despesa específico foram de aproximadamente R\$ 6,41 milhões (3,41%).

Foram empenhados em média R\$ 5,04 milhões em despesas classificadas como Obras e Instalações (2,68%). As despesas classificadas como Material de Consumo, que englobam material de expediente, combustíveis, peças, suprimentos, bem como outros materiais de uso não duradouro, representaram em média 2,66% das despesas empenhadas, aproximadamente R\$ 5,00 milhões.

Os demais elementos de despesas obtiveram representatividade média de 8,57% (aproximadamente R\$ 16,10 milhões) e compreendem despesas classificadas em Despesas de Exercício Anteriores, Aposentadorias e Reformas, Aquisição de Imóveis, Sentenças Judiciais, Passagens e Despesas com Locomoção, dentre outras.

3.4.1.2 UFSC

Na composição das despesas orçamentárias executadas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com relação às categorias econômicas, houve predominância das despesas correntes, sendo possível observar, conforme Gráfico 7, que em todos os anos analisados estas despesas representaram mais de 90% do total de despesas empenhadas.

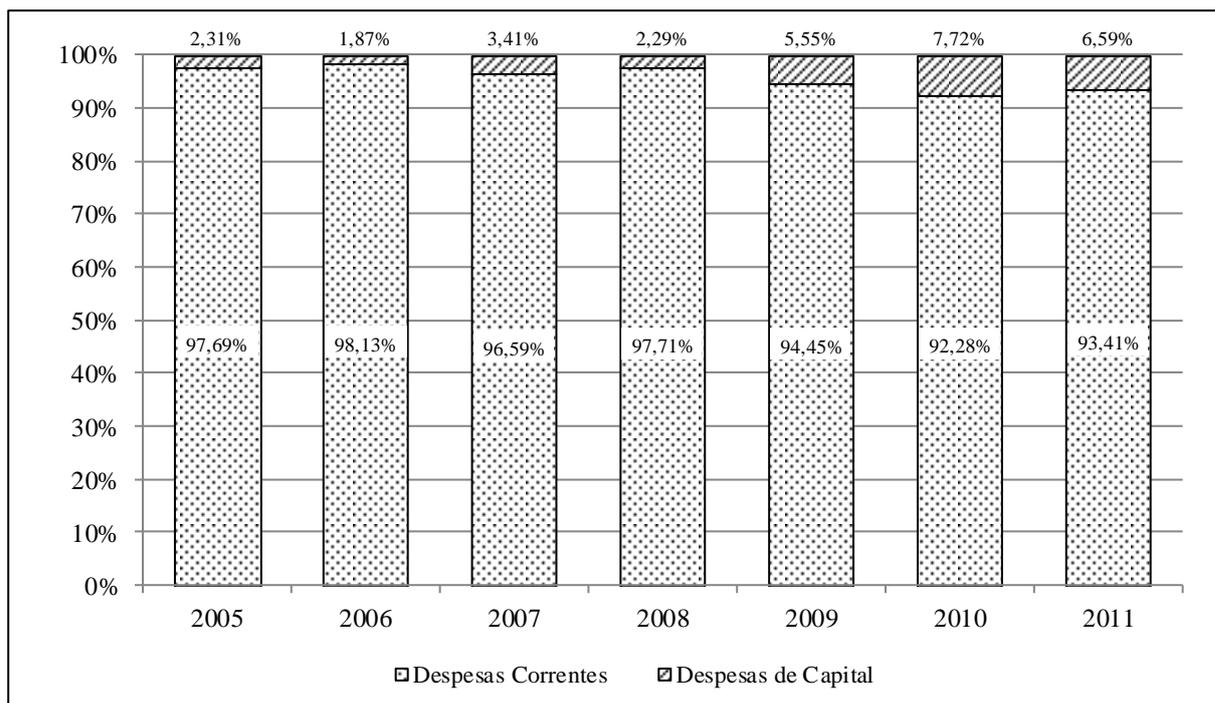


Gráfico 7: Composição das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Ressalta-se que em 2006 as despesas correntes obtiveram sua marca mais expressiva (98,13%) e em 2010 a menor (92,28%). Observa-se que as despesas de capital tiveram uma representatividade inferior a 8% durante todo o período analisado, contudo nos últimos anos da série (2009 a 2011) constatou-se um aumento significativo destas despesas.

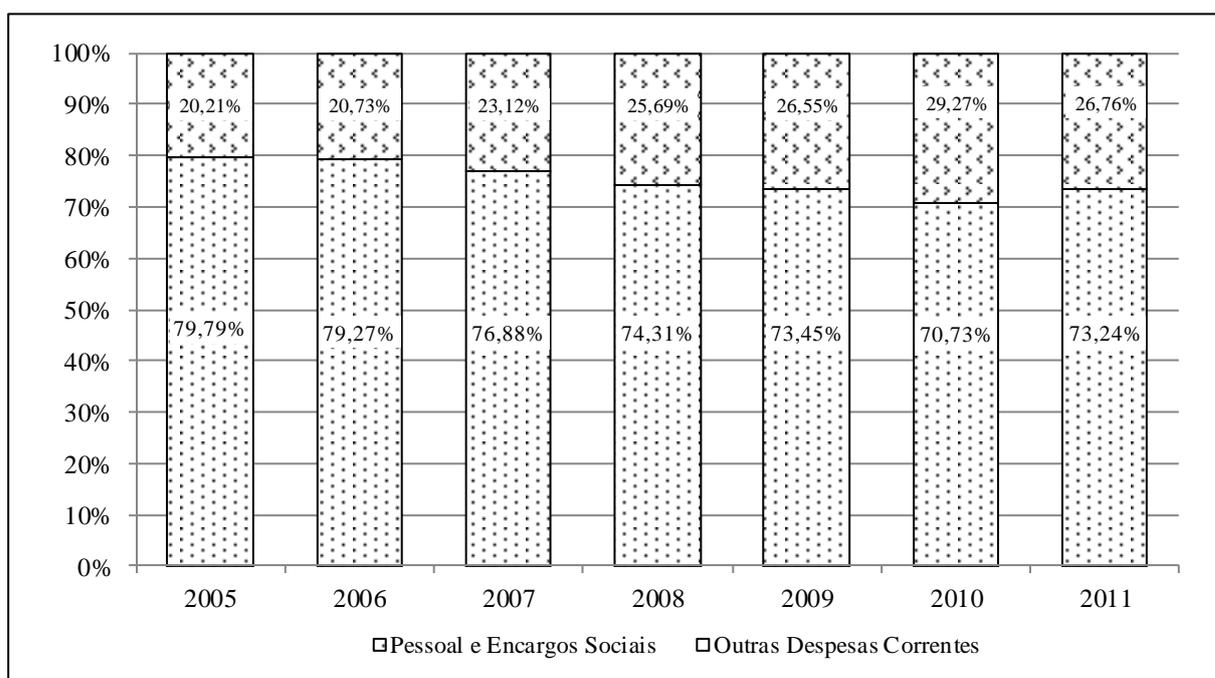


Gráfico 8: Composição das despesas correntes da UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

O Gráfico 8 evidencia a composição das despesas correntes da UFSC, conforme critério de classificação por grupos de natureza, entre 2005 e 2011. Permite observar que as despesas correntes classificadas como Pessoal e Encargos predominaram ao longo da série, com pouca oscilação (variação menor que 3 p.p. de um ano para outro), declinando de 2005 (maior expressividade) a 2010 (menor expressividade) e aumentando de 2010 a 2011.

Por sua vez, conforme Gráfico 8, as despesas correntes classificadas como Outras Despesas Correntes e que também podem agregar despesas com pessoal (diárias, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, etc.) dentre outras não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa, aumentaram de 2005 a 2010, e reduziram de 2010 para 2011.

Por meio do Gráfico 9 é possível verificar a representatividade de todos os grupos de natureza de despesa em que foram classificadas as despesas orçamentárias da UFSC, entre 2005 e 2011, independente da categoria econômica.

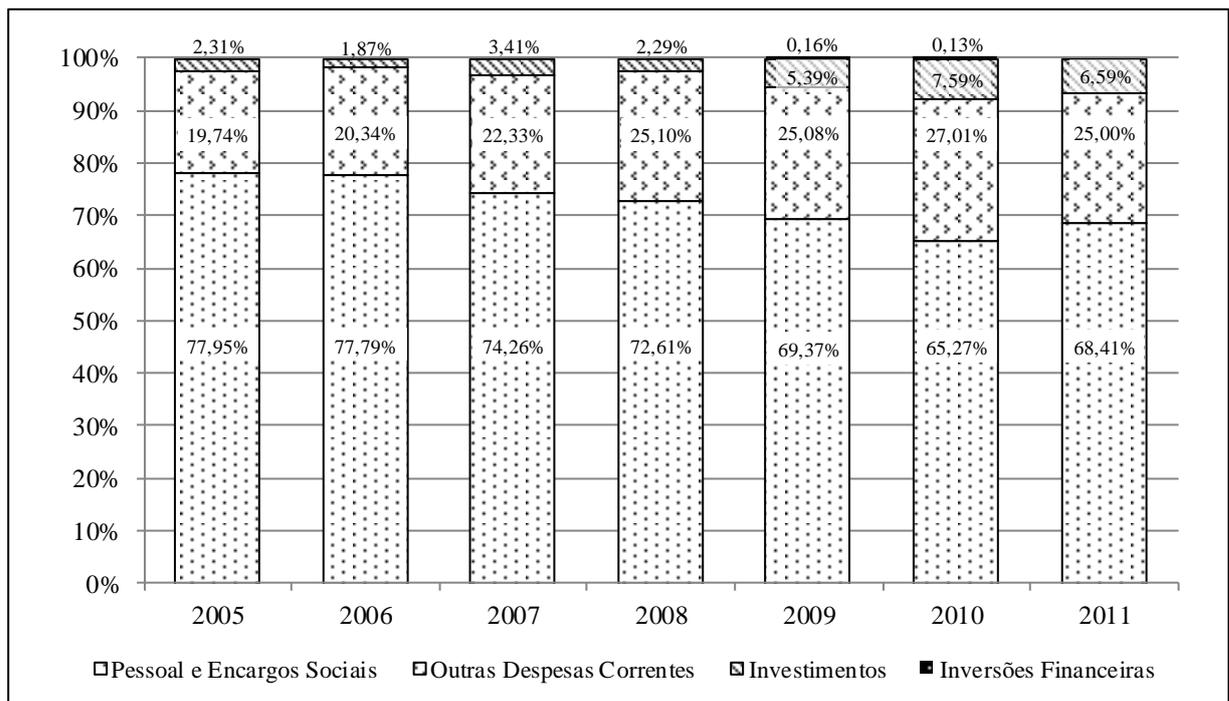


Gráfico 9: Composição das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Conforme representado no Gráfico 9, em relação ao total de despesas empenhadas, independente da categoria econômica em que foram classificadas, as despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais foram as que tiveram maior representatividade em toda a série, alcançando sua maior expressividade no ano de 2005 (77,95%). O ano de 2010

apresentou a maior representatividade das despesas classificadas como Outras Despesas Correntes (27,01%) e das classificadas como Investimentos (7,59%).

Destaca-se ainda, apesar da pouca representatividade, a presença de despesas classificadas no grupo de natureza de despesa denominado Inversões Financeiras em 2009 (0,16%) e 2010 (0,13%).

Para evidenciar a expressividade das despesas orçamentárias executadas da UFSC em todos os períodos analisados, assim como realizado com as despesas empenhadas da UDESC, foram calculadas as médias aritméticas para as classificações das despesas orçamentárias relativas à categoria econômica, grupo de natureza e elemento de despesa.

O Gráfico 10, apresenta a expressividade média das despesas orçamentárias empenhadas da UFSC, por categoria econômica, evidenciando que entre 2005 e 2011, a média de despesas empenhadas como despesa corrente é de R\$ 886,32 milhões por ano, o que corresponde em média a 95,35% do total de despesas empenhadas. As despesas empenhadas como despesas de capital obtiveram uma média de R\$ 43,22 milhões e expressividade média de 4,65% do total das despesas executadas.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011.

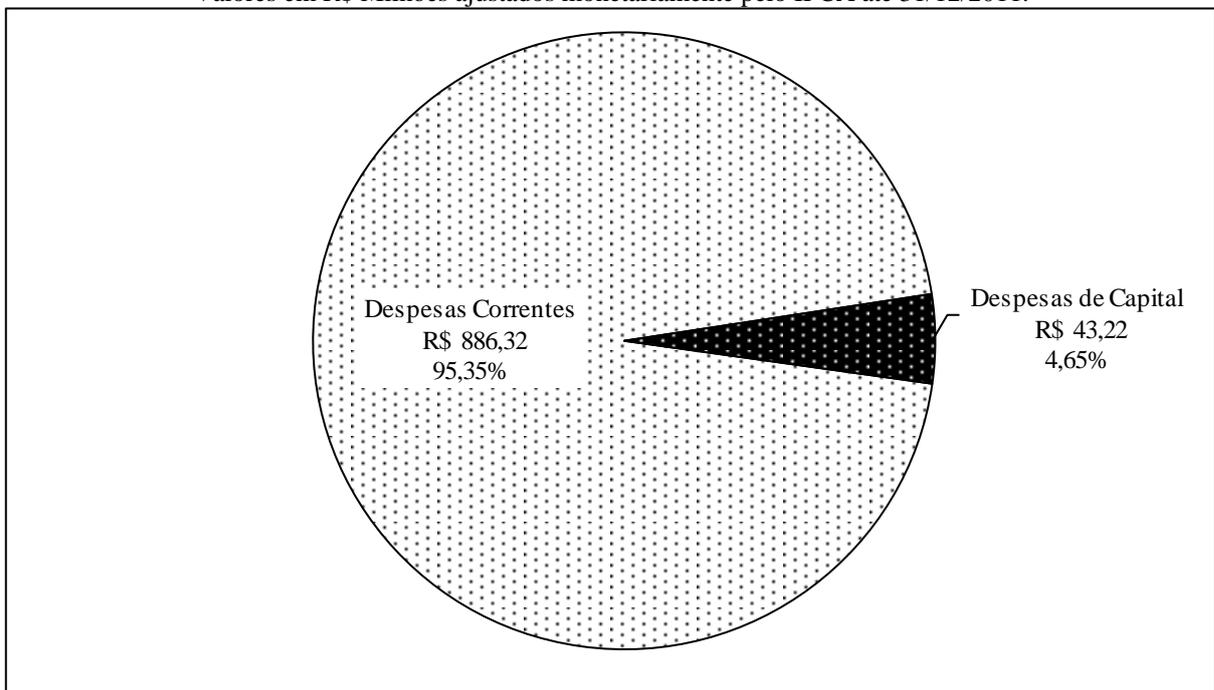


Gráfico 10: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

O Gráfico 11 apresenta a expressividade média das despesas orçamentárias empenhadas da UFSC, por grupo de natureza de despesa, independente de categoria econômica, evidenciando que entre 2005 e 2011, média de despesas empenhadas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 663,85 milhões por ano, o que corresponde a 71,42 % do total médio de despesas empenhadas. As despesas empenhadas classificadas como Outras Despesas Correntes representaram uma média de R\$ 222,47 milhões, ou seja, aproximadamente 23,93%. As despesas classificadas como Investimentos corresponderam a R\$ 42,78 milhões (aproximadamente 10,14%), sendo que a menor média foi das despesas empenhadas classificadas como Inversões Financeiras, R\$ 0,44 milhões (0,05%).

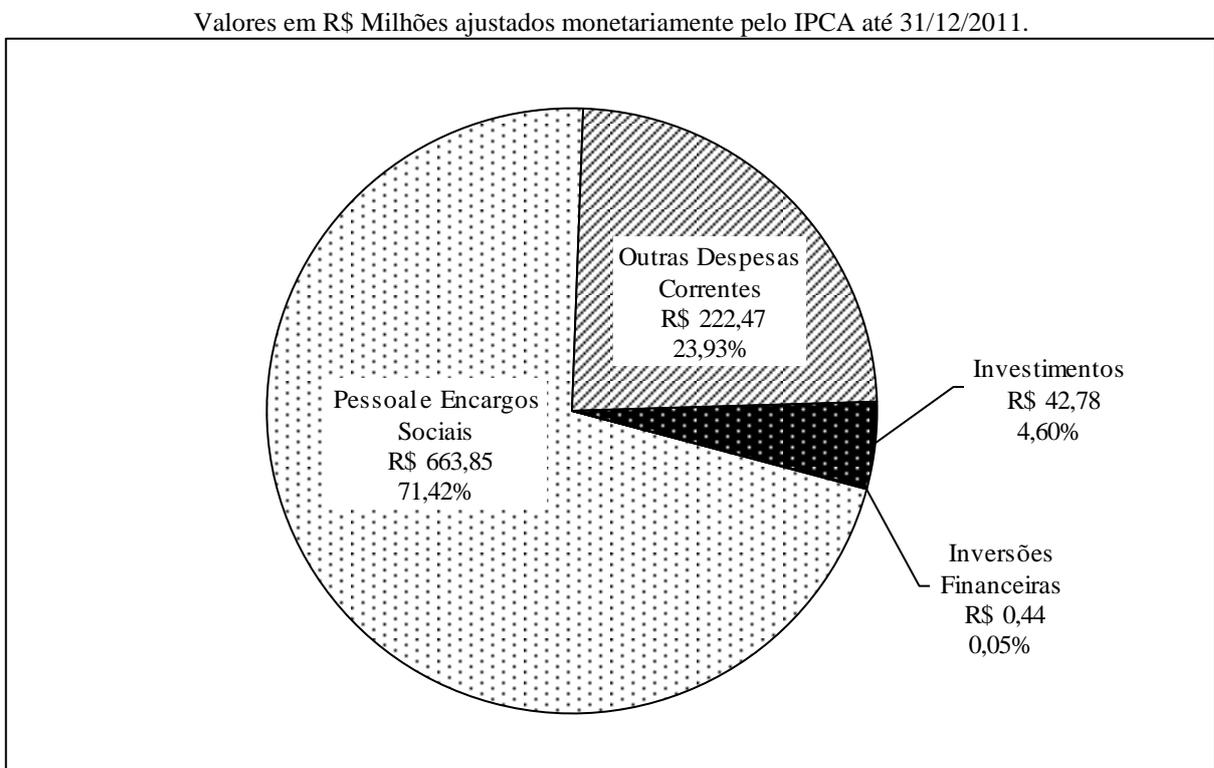


Gráfico 11: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Assim como realizado com as despesas da UDESC, para representar os elementos de despesa com maior representatividade em relação ao total das despesas empenhadas da UFSC, independente da classificação por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, também foram escolhidas as 10 classificações com as médias mais expressivas, agrupando as restantes como Demais Elementos, conforme apresentado no Gráfico 12.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011.

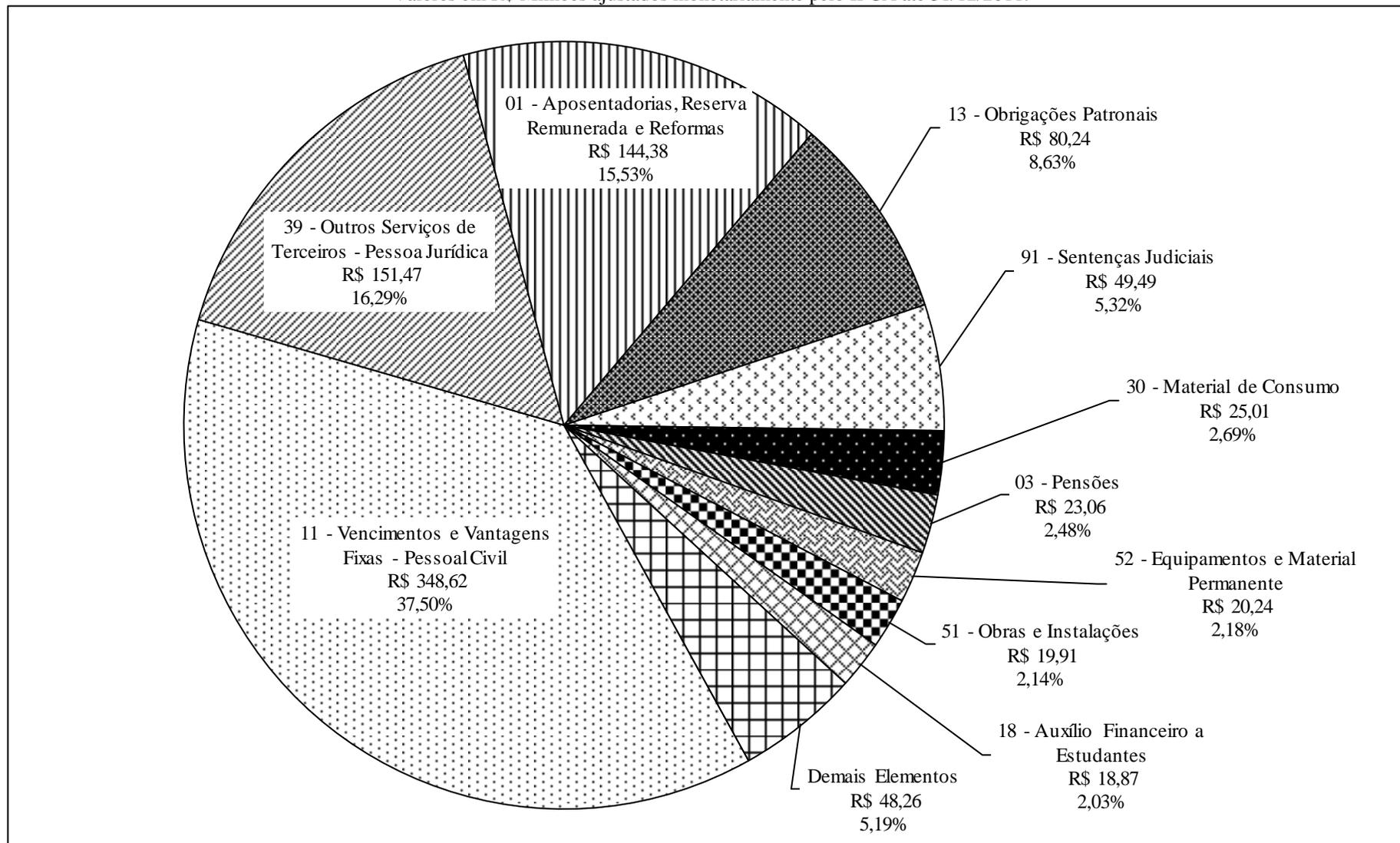


Gráfico 12: Expressividade das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Ressalta-se que da mesma forma, foram realizados os cálculos como o mesmo critério (10 elementos de despesa mais expressivos), porém pela mediana, constatando-se pouca variação quanto à ordem de expressividade. Pela mediana o oitavo e do décimo elemento mais representativos eram Auxílio Financeiro a Estudantes e Equipamentos e Material Permanente, respectivamente. Devido a pouca variação, e para manter os mesmos critérios utilizados na representação dos elementos de despesas mais expressivos da UDESC, optou-se por utilizar a média do período.

Conforme Gráfico 12 observa-se que o elemento de despesa mais expressivo corresponde às despesas classificadas como Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (37,5%), aproximadamente R\$ 348,62 milhões. Em segundo lugar, aparecem as despesas decorrentes de serviços prestados por pessoas jurídicas, totalizando em média R\$151,47 milhões (16,29%).

As despesas classificadas como Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas, apresentam a terceira média mais expressiva (15,53%), correspondendo a aproximadamente R\$ 144,38 milhões. Cabe ressaltar que até 2010 este elemento era denominado Aposentadorias e Reformas, tendo sido sua nomenclatura e especificação alterada por força da Portaria Conjunta n.º 1/2010, que altera o Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 com vigência a partir de 2011 (BRASIL, 2010), contudo, tal alteração não interfere na classificação nas despesas da UFSC por referir-se a inclusão dos militares da reserva remunerada, tendo sido adotada a nomenclatura vigente em 2011 para evidencição.

As despesas com encargos que a UFSC tem pela condição de empregadora, classificadas como Obrigações Patronais, obtiveram uma média de R\$ 80,24 milhões (8,63%). As despesas classificadas como Sentenças Judiciais representaram em média 5,32% do total das despesas empenhadas (R\$ 49,49 milhões) e as classificadas como Material de Consumo corresponderam em média a R\$ 25,01 milhões (2,69%).

As despesas com pensionistas (R\$ 23,06 milhões) representaram em média 2,48% do total das despesas empenhadas, as destinadas à aquisição de equipamentos e material permanente (R\$ 20,24 milhões) aproximadamente 2,18%. No mesmo período, as classificadas como Obras e Instalações (R\$ 19,91 milhões) e Auxílio Financeiro a Estudantes (R\$ 18,87 milhões), representaram em média aproximadamente 2,14% e 2,03%, respectivamente, do total de despesas empenhadas.

Os demais elementos de despesas obtiveram representatividade média de 5,19% (aproximadamente R\$ 48,26 milhões) e compreendem despesas classificadas Contratação por

Tempo Determinado, Auxílio-Alimentação, Despesas de Exercício Anteriores, Passagens e Despesas com Locomoção, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, dentre outras.

3.4.2 Evolução das despesas

3.4.2.1 UDESC

A análise da composição das despesas orçamentárias executadas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) evidencia que entre todos os anos analisados, com exceção de 2006, houve crescimento do montante de despesas empenhadas, conforme é possível observar no Gráfico 13.

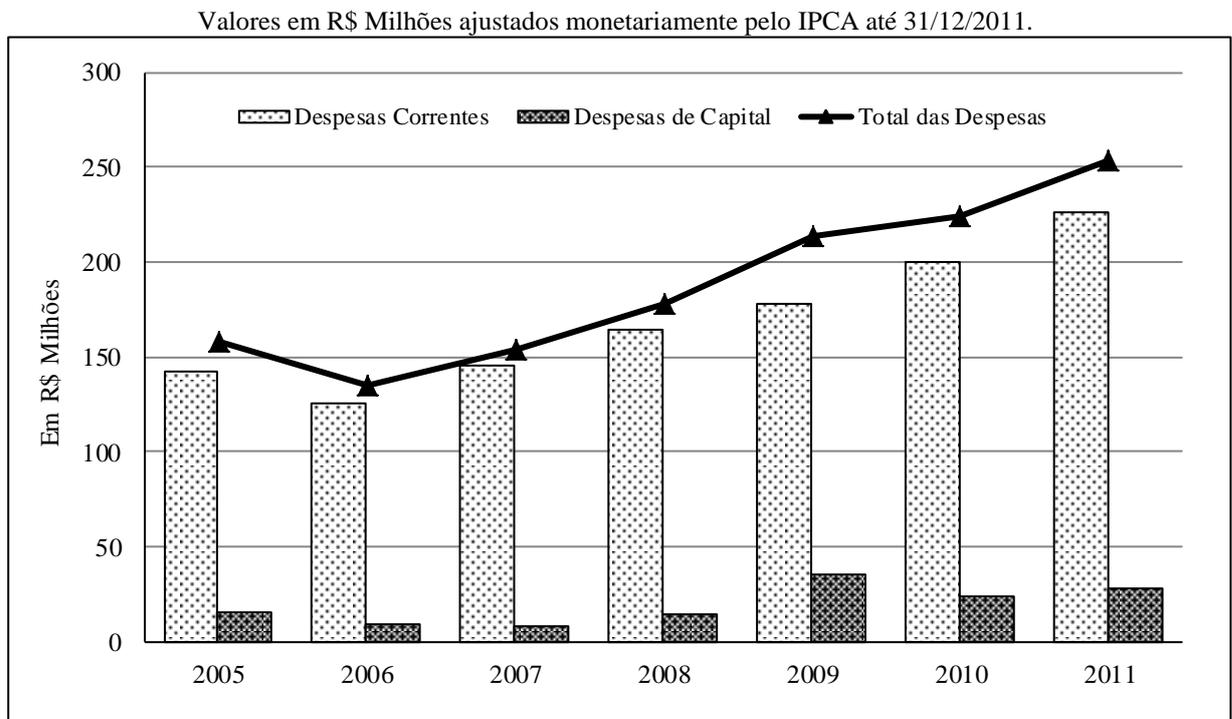


Gráfico 13: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

O Gráfico 13 permite observar que as despesas correntes estão em constante crescimento, com redução apenas no ano de 2006. As despesas de capital oscilaram mais, sendo mais representativas nos três últimos anos da série, de 2009 a 2011.

Ressalta-se que o crescimento das despesas correntes foi decorrente do aumento das despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, pois conforme evidenciado no Gráfico 14, as despesas correntes classificadas neste grupo de natureza de despesa foram as

que obtiveram maior crescimento, enquanto as classificadas como Outras Despesas Correntes tiveram pouca variação.

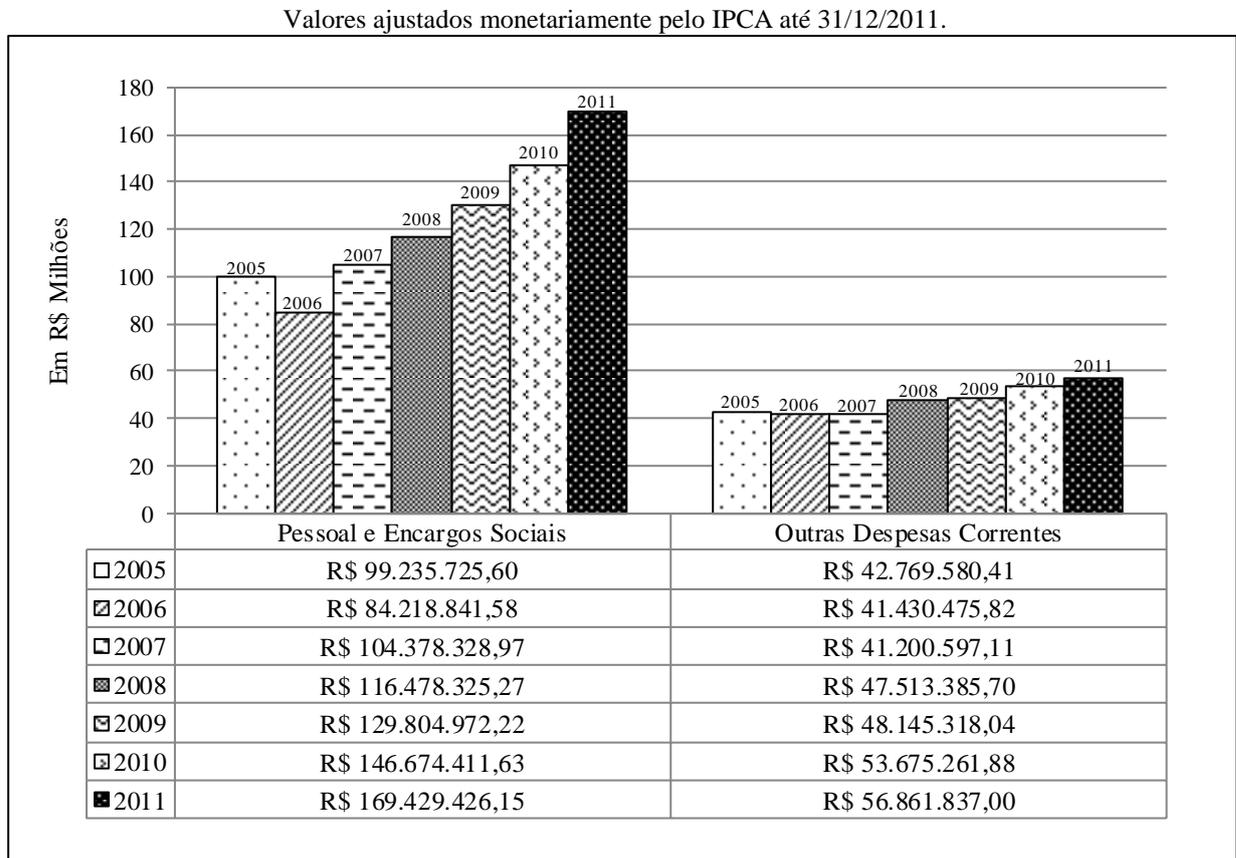


Gráfico 14: Evolução das despesas correntes empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

O Gráfico 15 representa a evolução das despesas de capital empenhadas pela UDESC por elemento de despesa e permite observar que nos primeiros anos da série analisado, de 2005 a 2006, predominaram as despesas classificadas como Obras e Instalações.

Contudo, de 2007 a 2011, a maioria dos investimentos foi destinada a aquisição de equipamentos e material permanente, com aumento significativo destas despesas no ano de 2009.

No mesmo período, de 2007 a 2011, constatou-se o aumento de investimentos decorrentes da aquisição de imóveis. Em 2010 houve a maior representatividade das despesas classificadas como Despesas de Exercícios Anteriores, possivelmente decorrente do aumento das despesas de capital do exercício anterior.

Na sequência, após o Gráfico 15, é apresentada a Tabela 10 com a evolução das despesas empenhadas pela UDESC, entre 2005 e 2011, com base em 2005.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011.

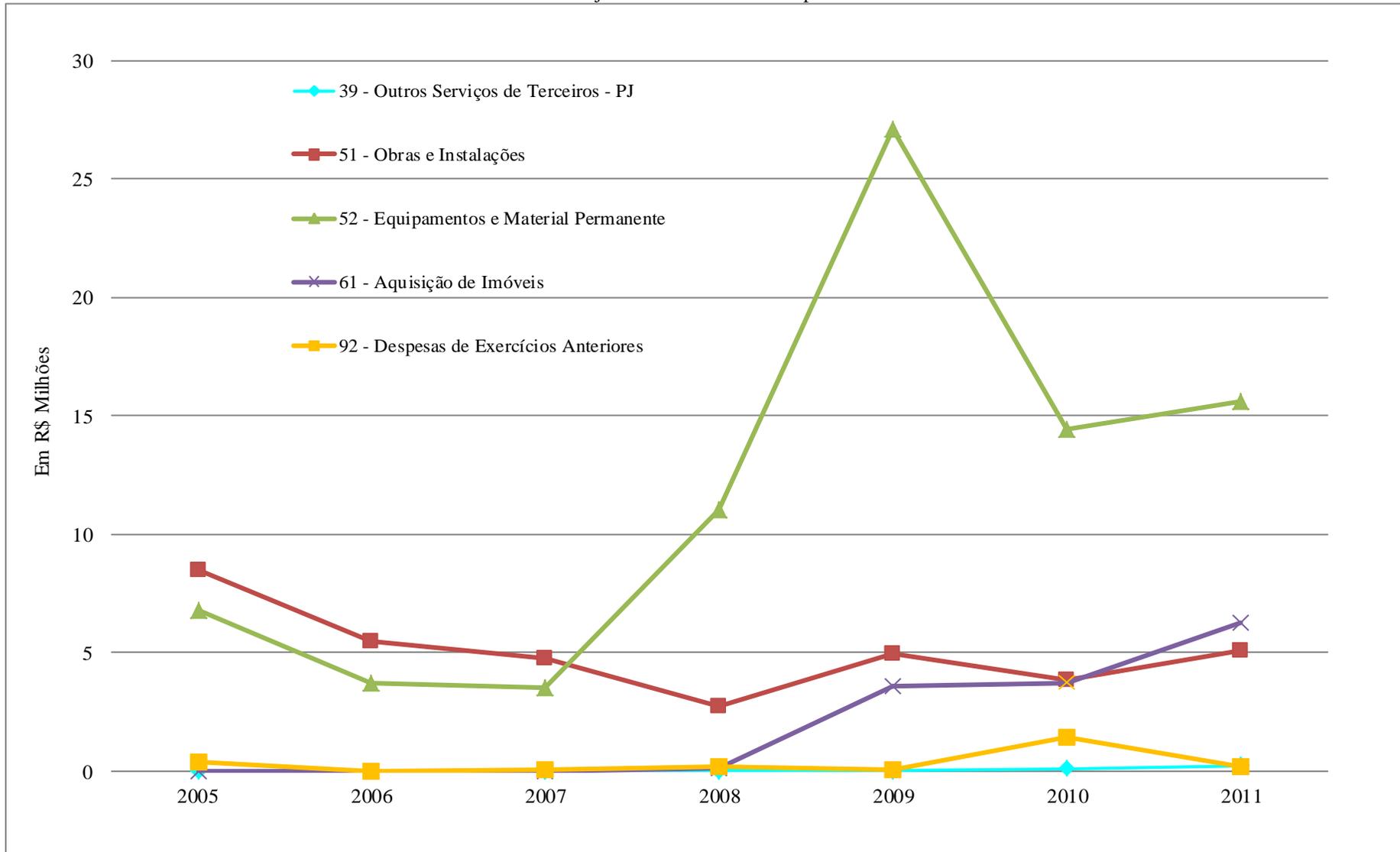


Gráfico 15: Evolução das despesas de capital empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por elementos de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

Tabela 10: Evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC, entre 2005 e 2011, com base em 2005

Percentuais apurados a partir de valores ajustados pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Valor (R\$)	Evolução					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	142.005.306,00	-11,52%	2,52%	15,48%	25,31%	41,09%	59,35%
Pessoal e Encargos Sociais	99.235.725,60	-15,13%	5,18%	17,38%	30,80%	47,80%	70,73%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	17.200.017,94	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%
03 - Pensões	0,00	-	-	-	-	-	-
04 - Contratação por Tempo Determinado	17.952.653,76	-32,98%	-32,53%	-28,83%	5,64%	6,17%	9,49%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	-	-	-	-	-	-
09 - Salário Família	236,49	-62,44%	-78,29%	-79,36%	-80,36%	-81,31%	-82,41%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	53.524.752,19	33,90%	53,82%	60,91%	70,47%	99,10%	132,46%
13 - Obrigações Patronais	5.237.520,96	-99,99%	74,86%	221,68%	265,21%	294,89%	336,26%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	-	-	-	-	-	-
91 - Sentenças Judiciais	4.772.037,06	-91,43%	-89,52%	-96,39%	-100,00%	-97,37%	-100,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	514.543,14	-79,30%	-46,64%	-15,26%	-15,68%	-60,47%	379,31%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	-	-	-	-	-	-
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	33.964,05	-100,00%	-100,00%	243,90%	0,37%	-0,73%	-8,69%
Outras Despesas Correntes	42.769.580,41	-3,13%	-3,67%	11,09%	12,57%	25,50%	32,95%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	-	-	-	-	-	-
08 - Outros Benefícios Assistenciais	13.874,01	-56,57%	198,80%	47,62%	110,13%	31,72%	471,72%
13 - Obrigações Patronais	0,00	-	-	-	-	-	-
14 - Diárias - Civil	1.764.171,60	-24,32%	-36,59%	-18,76%	-13,81%	-12,30%	-10,26%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	-	-	-	-	-	-
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	-	-	-	-	-	-
30 - Material de Consumo	4.135.783,33	-25,81%	-27,19%	38,47%	56,58%	37,86%	67,16%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	7.473,21	0,82%	106,19%	109,81%	526,05%	518,32%	1325,53%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	-	-	-	-	-	-
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.179.112,50	-2,80%	2,65%	61,24%	114,36%	53,41%	28,15%

Continua

Continuação

Percentuais apurados a partir de valores ajustados pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Valor (R\$)	Evolução					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
35 - Serviços de Consultoria	20.372,33	238,12%	-50,03%	-100,00%	-54,76%	-100,00%	-2,74%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.532.800,20	0,54%	-8,09%	-5,62%	-12,27%	-0,21%	12,56%
37 - Locação de Mão-de-Obra	5.871.047,74	22,77%	32,61%	40,04%	45,75%	53,92%	70,99%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.329.565,84	8,23%	44,04%	27,79%	45,56%	74,75%	83,70%
46 - Auxílio-Alimentação	10.313.816,64	-11,40%	-28,96%	-39,95%	-44,21%	-43,00%	-36,48%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	255.992,06	-10,42%	-10,65%	11,67%	377,80%	546,54%	494,52%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	-	-	-	-	-	-
91 - Sentenças Judiciais	60.333,18	-100,00%	18,38%	697,45%	1236,57%	4316,98%	5312,10%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.285.237,76	-10,64%	-39,16%	15,53%	-34,28%	-38,17%	-78,91%
93 - Indenizações e Restituições	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	15.619.908,28	-41,29%	-47,34%	-10,39%	127,91%	49,99%	75,04%
Investimentos	15.619.908,28	-41,29%	-47,34%	-10,39%	127,91%	49,99%	75,04%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	-	-	-	-	-
51 - Obras e Instalações	8.475.620,17	-35,46%	-44,26%	-67,59%	-41,89%	-54,67%	-40,07%
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.782.440,89	-45,45%	-48,47%	62,31%	299,53%	112,31%	129,70%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	-	-	-	-	-	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	361.847,21	-100,00%	-97,98%	-62,30%	-96,80%	284,91%	-53,43%
Inversões Financeiras	0,00	-	-	-	-	-	-
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	157.625.214,28	-14,47%	-2,42%	12,92%	35,48%	41,97%	60,91%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 35.

A Tabela 10 representa a evolução das despesas empenhadas pela UDESC ao longo da série analisada, em comparação ao ano inicial, 2005. Observa-se que no período, as despesas correntes cresceram 59,35% e as despesas de capital 75,04%.

O grupo de natureza de despesas com maior variação foi Investimentos, apresentando um crescimento de 75,04%, seguido das despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais que obtiveram uma variação de 70,73%. As despesas classificadas como Outras Despesas Correntes representam o grupo com a menor variação (30,95%). Observa-se que embora não represente a maior variação em termos percentuais, o grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais representa o maior impacto no montante das despesas empenhadas.

Quanto aos elementos de despesa mais expressivos no início da série, as despesas mais representativas em 2005 classificadas no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais como Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil tiveram uma variação de 132,46%. Houve redução de 100% das despesas classificadas como Aposentadorias e Reformas e crescimento de 9,49% das classificadas como Contratação por Tempo Determinado.

As despesas correntes destinadas ao pagamento de auxílio-alimentação e as despesas de capital relativas ao investimento em obras e instalações registraram queda de 36,48% e 40,07% respectivamente.

3.4.2.2 UFSC

A análise da composição das despesas orçamentárias executadas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) evidencia que entre todos os anos analisados, com exceção de 2011, registrou-se o crescimento do montante de despesas empenhadas, conforme é possível observar no Gráfico 16.

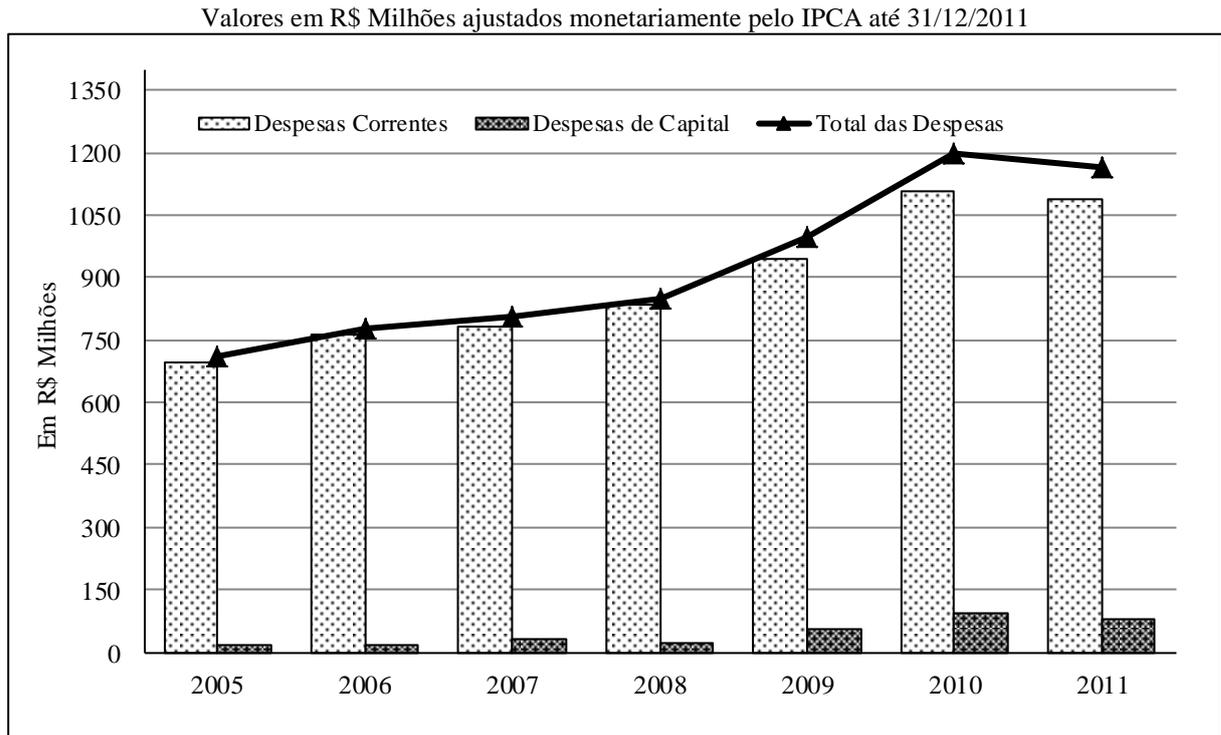


Gráfico 16: Evolução das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Conforme representado no Gráfico 16, observa-se o crescimento das despesas correntes ao longo da série, com pequena redução no ano de 2011. Observa-se que a maior representatividade das despesas de capital ocorreu de 2009 a 2011.

O Gráfico 17 permite observar que a de 2009 a 2011 houve o maior crescimento das despesas correntes classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, registrando-se em 2007 uma pequena redução destas despesas. Ao longo da série, as despesas correntes classificadas como Outras Despesas Correntes estiveram em constante crescimento, obtendo em 2010 a marca mais expressiva (R\$ 323,7 milhões), com redução apenas em 2011.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

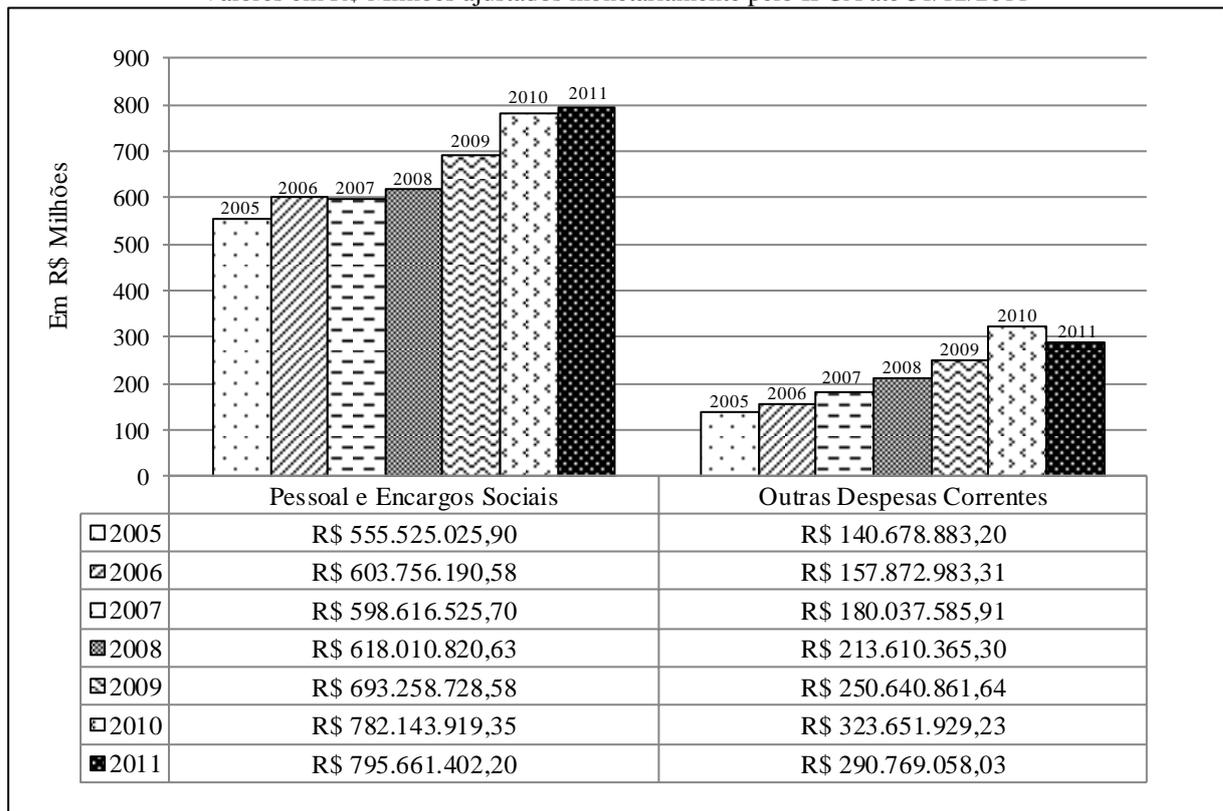


Gráfico 17: Evolução das despesas correntes empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Com relação à evolução das despesas de capital empenhadas pela UFSC por elemento de despesa, o Gráfico 18 permite observar que em 2005, 2006, 2008 e 2009 predominaram as despesas classificadas como Equipamentos e Material Permanente. Em 2007, estes investimentos foram superados, com pequena diferença, pelos classificados como Obras e Instalações, que predominaram em 2010 e 2011.

Em 2009 e 2010, foram registradas despesas de capital decorrentes da aquisição de imóveis e em 2010 e 2011 despesas de capital decorrentes de serviços prestados por pessoa jurídica.

Neste contexto, o Gráfico 18 evidencia ao aumento expressivo das despesas de capital no final da séria analisada, de 2009 a 2011. Na sequência, após o Gráfico 18, é apresentada a Tabela 11 com a evolução das despesas empenhadas pela UFSC, entre 2005 a 2011, com base em 2005.

Valores em R\$ Milhões ajustados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

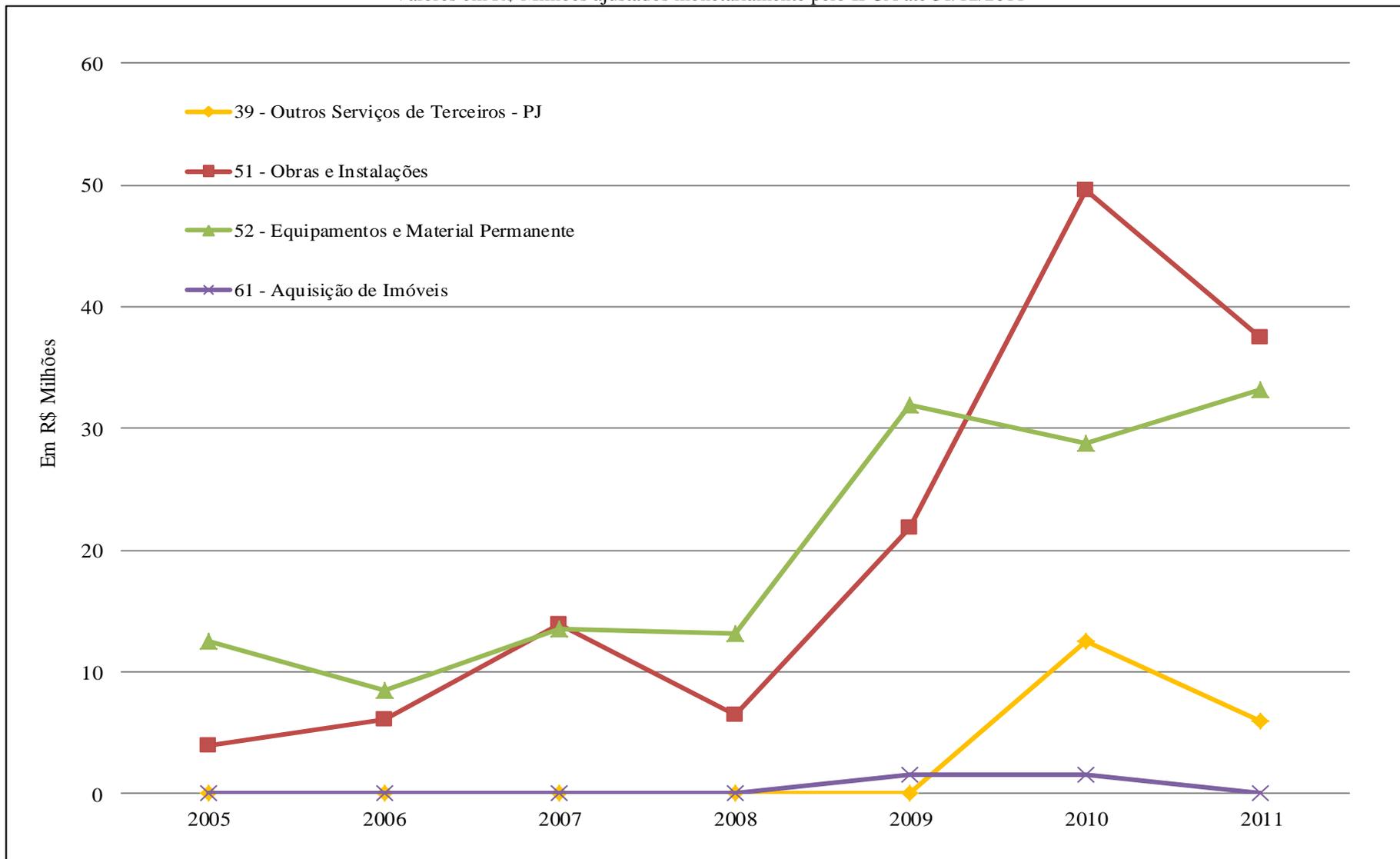


Gráfico 18: Evolução das despesas de capital empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por elementos de despesa

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

Tabela 11: Evolução das despesas orçamentárias executadas da UFSC, entre 2005 e 2011, com base em 2005

Percentuais apurados a partir de valores ajustados pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Valor (R\$)	Evolução					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES	696.203.909,11	9,40%	11,84%	19,45%	35,58%	58,83%	56,05%
Pessoal e Encargos Sociais	555.525.025,90	8,68%	7,76%	11,25%	24,79%	40,79%	43,23%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	112.684.737,54	14,60%	11,21%	23,75%	31,64%	53,12%	62,55%
03 - Pensões	16.927.112,42	9,91%	16,31%	33,50%	53,00%	66,06%	75,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	6.781.410,12	3,64%	7,14%	70,22%	162,16%	107,12%	41,28%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	141.366,57	58,31%	95,71%	25,17%	78,71%	79,86%	20,25%
09 - Salário Família	0,00	-	-	-	-	-	-
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	271.933.443,50	9,85%	8,03%	19,33%	39,04%	59,03%	62,11%
13 - Obrigações Patronais	67.082.920,55	17,50%	4,92%	6,00%	26,37%	40,48%	41,98%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	871.512,79	28,18%	37,71%	55,24%	101,79%	403,02%	440,76%
91 - Sentenças Judiciais	68.654.728,47	0,85%	-1,71%	-41,10%	-47,42%	-51,37%	-54,63%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.447.793,94	-91,58%	26,62%	-34,27%	-97,51%	-76,66%	-99,99%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	-	-	-	-	-	-
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	140.678.883,20	12,22%	27,98%	51,84%	78,17%	130,06%	106,69%
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.348.861,46	4,30%	46,19%	52,76%	52,25%	62,73%	150,85%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	765.738,15	-10,66%	-19,11%	-37,51%	-36,30%	-35,74%	-37,99%
13 - Obrigações Patronais	0,00	-	-	-	-	-	-
14 - Diárias - Civil	1.111.119,04	11,30%	38,97%	42,36%	99,37%	160,99%	131,31%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	14.396.081,52	15,47%	24,69%	47,70%	76,21%	17,92%	35,66%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	273.284,59	-4,22%	-3,71%	36,37%	-96,27%	-59,39%	-91,13%
30 - Material de Consumo	21.795.364,90	-2,66%	0,92%	28,78%	22,54%	11,52%	42,23%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	-	-	-	-	-	-

Continua

Continuação

Percentuais apurados a partir de valores ajustados pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Valor (R\$)	Evolução					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	44.179,71	30,21%	43,16%	72,20%	268,35%	255,20%	436,21%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.949.942,69	48,76%	79,99%	129,87%	228,78%	152,02%	160,67%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	-	-	-	-	-	-
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.623.139,21	68,28%	308,50%	89,39%	131,37%	115,22%	103,71%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	-	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	82.333.299,90	18,61%	37,52%	70,41%	107,40%	196,93%	134,49%
46 - Auxílio-Alimentação	9.631.202,80	-5,05%	-9,04%	-14,19%	-16,09%	106,08%	91,82%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	820.459,93	-8,14%	4,02%	45,01%	55,13%	93,62%	66,43%
49 - Auxílio-Transporte	3.215.188,77	-19,41%	-30,36%	-36,69%	-43,47%	-55,37%	-55,04%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	-	-	-	-	-	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.239.805,71	-66,72%	-84,04%	-97,76%	-78,05%	-78,57%	-66,64%
93 - Indenizações e Restituições	131.214,82	43,09%	60,47%	104,61%	75,40%	264,45%	7777,79%
DESPESAS DE CAPITAL	16.468.843,41	-11,86%	66,77%	18,59%	236,52%	461,40%	365,60%
Investimentos	16.468.843,41	-11,86%	66,77%	18,59%	226,93%	452,28%	365,60%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	-	-	-	-	-	-
51 - Obras e Instalações	3.946.907,00	53,45%	252,51%	62,63%	454,70%	1157,86%	849,52%
52 - Equipamentos e Material Permanente	12.521.936,41	-32,44%	8,22%	4,71%	155,14%	130,15%	165,49%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	-	-	-	-	-	-
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	0,00	-	-	-	-	-	-
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	712.672.752,51	8,91%	13,11%	19,43%	40,22%	68,13%	63,20%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 36 a 42.

A Tabela 11 representa a evolução das despesas empenhadas pela UFSC ao longo da série analisada, em comparação ao ano inicial, 2005, permitindo observar um crescimento de 56,05% das despesas correntes e de 365,60% das despesas de capital, ao final do período.

Ressalta-se que a variação das despesas de capital foi decorrente das despesas classificadas como Investimentos (aumento de 365,60%). Registrou-se aumento significativo dos investimentos em obras e instalações (849,52%) e em aquisição de equipamentos e material permanente (165,49%).

Com relação às despesas correntes, as classificadas como Pessoal e Encargos Sociais obtiveram uma variação de 43,23%, enquanto as classificadas como Outras Despesas Correntes variaram 106,69%.

O grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais apesar de ser o grupo com a menor variação do período representa o maior impacto com relação ao montante das despesas empenhadas. Destaca-se o crescimento dos elementos de despesas classificados nesse grupo, tais como Vencimentos e Vantagens Fixa - Pessoal Civil (62,11%), Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas (62,55%) e Obrigações Patronais (41,98%), bem como a queda de 54,63% das despesas com sentenças judiciais.

As despesas decorrentes de serviços prestados por pessoas jurídicas, classificadas no grupo Outras Despesas correntes registram um aumento de 134,49%. Neste grupo, destaca-se ainda o aumento expressivo das despesas classificadas no elemento Indenizações e Restituições (7777,79%).

Após expostos aos aspectos relevantes quanto à composição e evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, na seção seguinte serão apresentadas aspectos comparativos relativos a execução orçamentária nas duas universidades.

3.5 COMPARAÇÕES ENTRE AS UNIVERSIDADES

Esta seção destina-se a apresentar indicações comparativas entre as duas Universidades analisadas com relação à execução das despesas orçamentárias. Inicialmente aborda-se aspectos comparativos quanto à composição das despesas, seguidos de uma abordagem comparativa quanto à evolução das despesas. Por fim, serão abordados alguns indicadores em caráter introdutório.

3.5.1 Comparação da composição e da evolução das despesas

Com a finalidade de evidenciar a evolução do montante das despesas empenhadas da UDESC e da UFSC, elaborou-se o Gráfico 19.

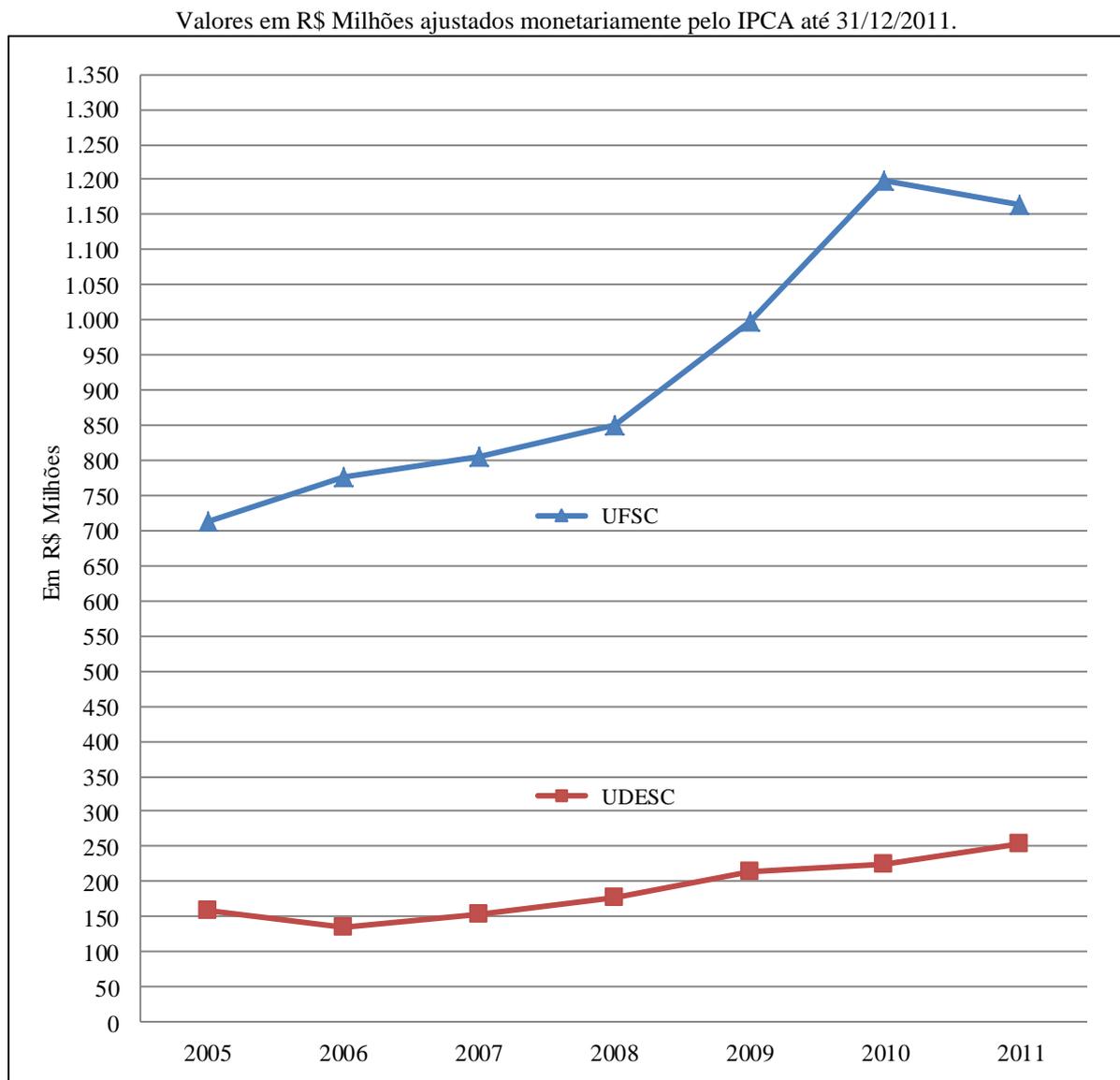


Gráfico 19: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 8 e 9.

No ano de 2005, início da série, considerando os valores ajustados monetariamente, o total de despesas empenhadas pela UDESC era de aproximadamente R\$ 157,6 milhões e de R\$ 712,7 milhões pela UFSC. Em 2011, ao final da série, a UDESC apresentou um total de aproximadamente R\$ 253,6 milhões de despesas empenhadas, no mesmo período a UFSC empenhou aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

Conforme mencionado anteriormente nas análises individuais da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as despesas correntes representaram a maior expressividade na composição das despesas empenhadas nas duas Universidades em toda a série analisada. As despesas de capital tanto na UDESC quanto na UFSC foram mais expressivas entre 2009 e 2011.

A Tabela 12 evidencia a composição das despesas empenhadas entre 2005 e 2011, na UDESC e na UFSC, por categoria Econômica.

Tabela 12: Composição das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por categoria econômica

Categoria Econômica	Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Despesas Correntes	UDESC	90,09%	93,20%	94,65%	92,14%	83,33%	89,53%	89,22%	89,86%
	UFSC	97,69%	98,13%	96,59%	97,71%	94,45%	92,28%	93,41%	95,35%
Despesas de Capital	UDESC	9,91%	6,80%	5,35%	7,86%	16,67%	10,47%	10,78%	10,14%
	UFSC	2,31%	1,87%	3,41%	2,29%	5,55%	7,72%	6,59%	4,65%
Totais	UDESC	100%							
	UFSC	100%							

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Com base na Tabela 12 observa-se que a representativamente as despesas correntes foram superiores na UFSC em todo o período analisado e, conseqüentemente na UDESC, as despesas de capital empenhadas foram superiores em termos percentuais. Entre 2005 e 2011 a UDESC empenhou em média R\$ 168,83 milhões por ano em despesas correntes e R\$19,05 milhões em despesas de capital. No mesmo período a UFSC empenhou em média R\$ 886,32 milhões e R\$ 43,22 milhões por ano em despesas correntes e de capital, respectivamente.

O Gráfico 20 permite a visualização da evolução quanto composição e expressividade das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC, por categorias econômicas.

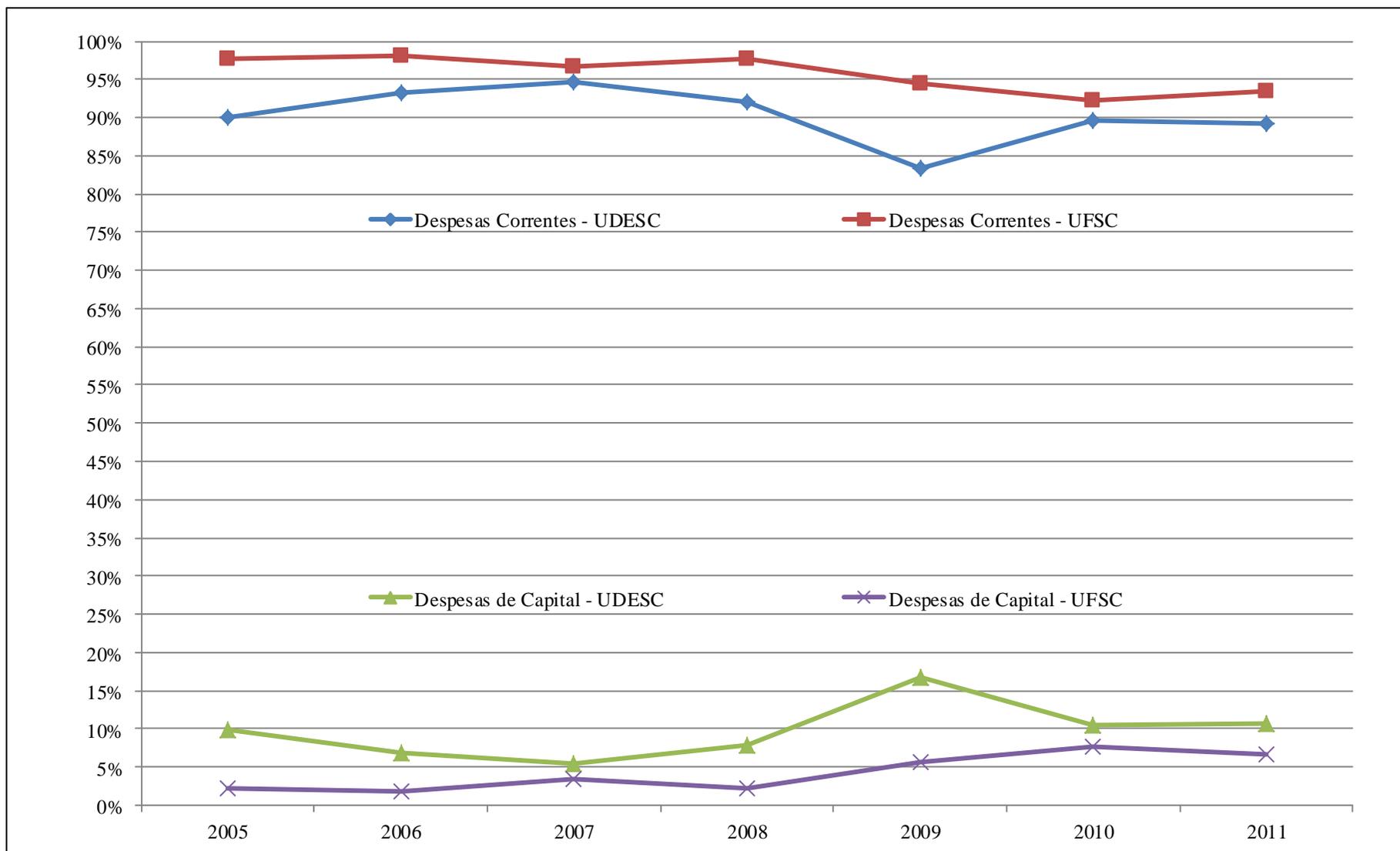


Gráfico 20: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por categorias econômicas

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Quanto aos grupos de natureza de despesas, nas duas Universidades, as despesas empenhadas mais expressivas na composição da execução orçamentária foram aquelas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, seguidas de Outras Despesas Correntes e Investimentos. Somente na UFSC foram identificadas despesas de capital classificadas como Inversões Financeiras. A Tabela 13 evidencia a expressividade de todos os grupos de natureza de despesas encontrados e sua representatividade em relação ao total das despesas empenhadas na UDESC e na UFSC.

Tabela 13: Composição das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Grupos de Natureza de Despesa	Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Pessoal e Encargos Sociais	UDESC	62,96%	62,47%	67,86%	65,44%	60,78%	65,54%	66,80%	64,65%
	UFSC	77,95%	77,79%	74,26%	72,61%	69,37%	65,27%	68,41%	71,42%
Outras Despesas Correntes	UDESC	27,13%	30,73%	26,79%	26,69%	22,55%	23,99%	22,42%	25,21%
	UFSC	19,74%	20,34%	22,33%	25,10%	25,08%	27,01%	25,00%	23,93%
Investimentos	UDESC	9,91%	6,80%	5,35%	7,86%	16,67%	10,47%	10,78%	10,14%
	UFSC	2,31%	1,87%	3,41%	2,29%	5,39%	7,59%	6,59%	4,60%
Inversões Financeiras	UDESC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	UFSC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%	0,13%	0,00%	0,05%
Totais	UDESC	100%							
	UFSC	100%							

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Após realização de ajuste monetário, observou-se que entre 2005 e 2011, a UDESC destinou anualmente em média R\$ 121,46 milhões em despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais. No mesmo período, a UFSC empenhou, em média, R\$ 663,85 milhões por ano nesta mesma classificação.

As despesas empenhadas como Outras Despesas Correntes corresponderam em média a R\$ 47,37 milhões por ano na UDESC e a R\$ 222,47 milhões na UFSC. Nas duas Universidades predominaram as despesas de capital classificadas como Investimentos, sendo empenhado em média no período aproximadamente R\$ 19,05 milhões na UDESC e R\$ 42,78 milhões na UFSC, nesta classificação.

Os Gráficos 21 e 22 permitem visualizar a evolução das despesas empenhadas pela UDESC e UFSC, respectivamente, entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa. Observa-se que, representativamente as despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais foram superiores na UFSC e na UDESC em todos os períodos analisados.

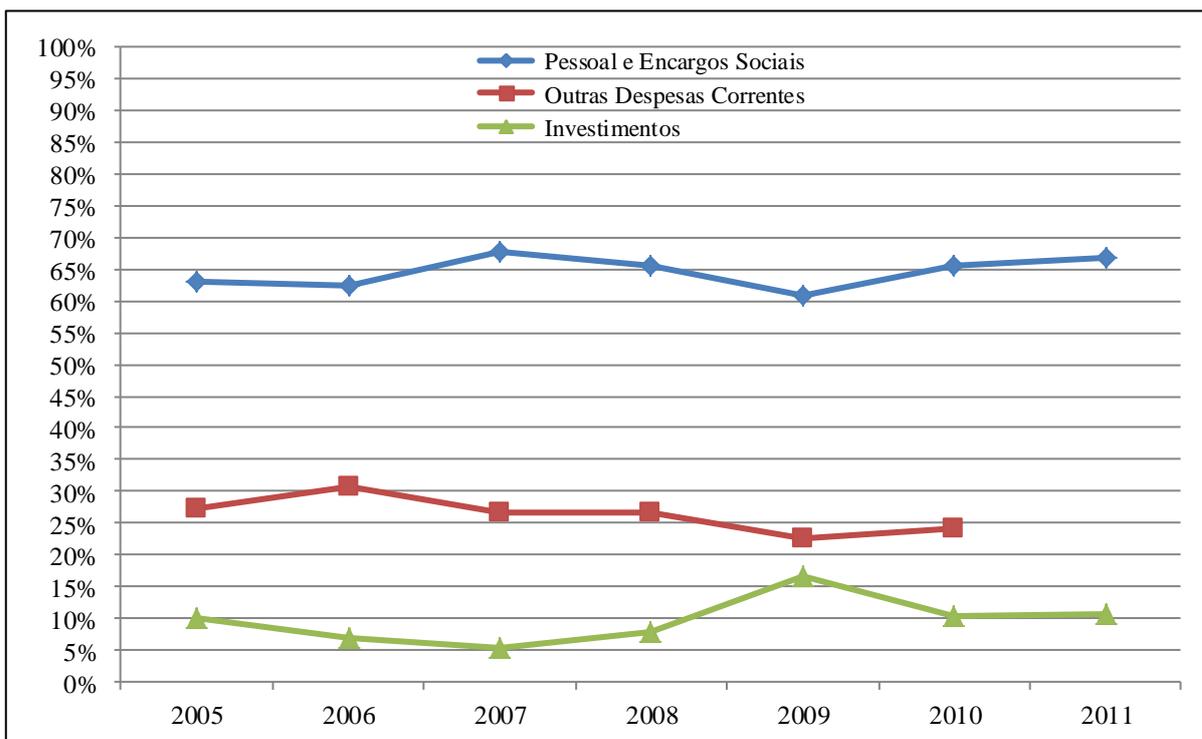


Gráfico 21: Evolução das despesas empenhadas pela UDESC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

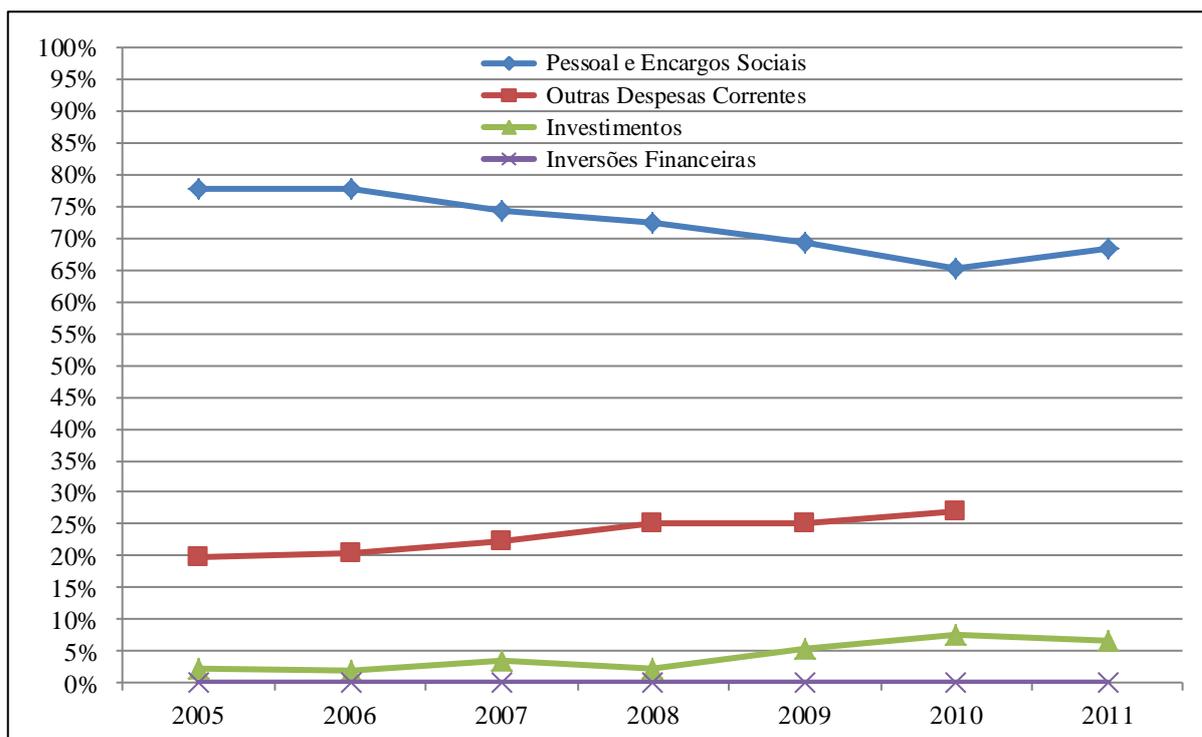


Gráfico 22: Evolução das despesas empenhadas pela UFSC entre 2005 e 2011, por grupos de natureza de despesa

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Com relação aos elementos de despesa mais representativos na composição das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011 encontrou-se algumas diferenças quanto à ordem dos elementos mais expressivos. A Tabela 14 evidencia os 10 elementos mais expressivos na composição da execução orçamentária das despesas da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011, independente da categoria econômica ou grupo de natureza de despesa em que foram empenhados.

Tabela 14: Expressividade das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa

UDESC		UFSC	
Elemento de Despesa	%	Elemento de Despesa	%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	46,83%	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	37,50%
04 - Contratação por Tempo Determinado	8,56%	39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	16,29%
13 - Obrigações Patronais	7,34%	01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	15,53%
52 - Equipamentos e Material Permanente	6,24%	13 - Obrigações Patronais	8,63%
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	5,51%	91 - Sentenças Judiciais	5,32%
37 - Locação de Mão-de-Obra	4,31%	30 - Material de Consumo	2,69%
46 - Auxílio-Alimentação	3,89%	03 - Pensões	2,48%
36 - Outros Serviços de Terceiros - PF	3,41%	52 - Equipamentos e Material Permanente	2,18%
51 - Obras e Instalações	2,68%	51 - Obras e Instalações	2,14%
30 - Material de Consumo	2,66%	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	2,03%
Demais Elementos	8,57%	Demais Elementos	5,19%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Conforme Tabela 14, observa-se que as despesas classificadas como Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil foram as mais expressivas tanto na UDESC (46,83%) quanto na UFSC (37,50%). Destaca-se a representatividade de algumas despesas somente na composição da execução orçamentária na UFSC, como as classificadas em Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas (15,53%) e Pensões (2,48%) evidenciando diferença quanto aos seus regimes previdenciários.

Ressalta-se ainda que alguns elementos, embora estejam em ordens diferentes quanto à representatividade na composição dos elementos mais representativos, apresentam proximidade quanto ao seu percentual na composição das despesas empenhadas, como por exemplo, as despesas classificadas como Obrigações Patronais (8,56% na UDESC e 8,63% na UFSC), Material de Consumo (2,66% na UDESC e 2,69% na UFSC) e Obras e Instalações (2,68% na UDESC e 2,14% na UFSC).

Na Tabela 15 apresenta de forma consolidada os elementos de despesa mais expressivos na composição das despesas empenhadas das duas Universidades.

Tabela 15: Consolidação das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC entre 2005 e 2011, pela média, por elementos de despesa

Elemento de Despesa	UDESC	UFSC
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1,31%	15,53%
03 - Pensões	0,00%	2,48%
04 - Contratação por Tempo Determinado	8,56%	1,36%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	46,83%	37,50%
13 - Obrigações Patronais	7,34%	8,63%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,46%	2,03%
30 - Material de Consumo	2,66%	2,69%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3,41%	0,38%
37 - Locação de Mão-de-Obra	4,31%	0,02%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5,51%	16,29%
46 - Auxílio Alimentação	3,89%	1,26%
51 - Obras e Instalações	2,68%	2,14%
52 - Equipamentos e Material Permanente	6,24%	2,18%
91 - Sentenças Judiciais	1,01%	5,32%
Demais Elementos	5,79%	2,19%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 7 e 30 a 42.

Ressalta-se, com base na Tabela 15, a diferença quando aos regimes previdenciários na UDESC e UFSC. Observa-se que na UFSC as despesas com inativos (aposentadorias e pensões) foram significativas na composição da execução orçamentária.

Na UDESC não foram registradas despesas com pensões no período analisado, sendo que foram identificadas despesas empenhadas destinadas a aposentadorias apenas no primeiro ano da série, 2005, resultando em uma expressividade média 1,31% entre 2005 e 2011.

Observou-se que a partir de 2006 as despesas relativas ao pagamento de aposentadorias dos servidores inativos da UDESC deixaram de constituir despesas orçamentárias desta Universidade.

A unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), uma autarquia estadual, que foi instituído pelo Decreto n.º 3.138/1962, adotando até 2007 a sigla IPESC (SANTA CATARINA, 1962).

Conforme Lei Complementar n.º 412/2008, passou a adotar a sigla IPREV, sendo criados os fundos especiais (financeiro e previdenciário) que passaram a constituir as suas unidades orçamentárias (SANTA CATARINA, 2008).

Ressalta-se que os recursos necessários ao pagamento de benefícios previdenciários, integram a dotação orçamentária do IPREV, constituindo despesas orçamentárias deste órgão e não mais da UDESC.

Após expostos alguns aspectos comparativos com relação a composição e evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC, na sequência serão apresentados, em caráter introdutório, alguns indicadores comparativos.

3.5.2 Análise introdutória de indicadores

Com a finalidade de permitir algumas comparações entre as Universidades analisadas quanto à execução orçamentária, efetuou-se, em caráter introdutório, o cálculo de alguns indicadores que utilizassem os dados coletados para este trabalho.

Para tanto, foram escolhidos três indicadores do portfólio elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), adotados por instituições públicas, no Brasil e no exterior, para mensuração de desempenho, disponível na página da *internet* deste órgão, e que evidenciassem aspectos que pudessem ser relacionados às despesas orçamentárias, conforme Quadro 5.

Indicador	Descrição	Fonte
Índice da aplicação de recursos em investimento	Percentual da despesa orçamentária (exceto pessoal) aplicada em investimento.	TCU
Índice de despesas diretas com investimentos	Avalia participação dos investimentos diretos no total das despesas do exercício	Ministério da Educação (MEC)
Índices de despesas diretas com pessoal	Avalia a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal no total das despesas do exercício	Ministério da Educação (MEC)

Quadro 5: Indicadores comparativos escolhidos

Fonte: Elaborado pela autora com base no portfólio de indicadores do TCU (2012).

Tendo em vista que após visita ao sítio eletrônico duas instituições indicadas como fonte dos indicadores, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Educação (MEC), não foram encontradas as metodologias de cálculo para tais indicadores e considerando as limitações de algumas informações, visto que o foco deste trabalho são as despesas empenhadas, foi preciso definir e adaptar alguns parâmetros para os cálculos destes indicadores.

Além dos indicadores mencionados no Quadro 5, com a finalidade de destacar outros aspectos comparativos em relação às despesas empenhadas pelas duas Universidades entre

2005 e 2011, propõe-se o cálculo de outros dois indicadores, utilizando dados institucionais da UDESC e da UFSC, definidos no Quadro 6.

Indicador	Descrição
Índice de despesa com pessoal por trabalhador	Evidencia o montante de despesa com pessoal por trabalhador (docentes e técnicos administrativos)
Índice de despesas correntes não previdenciárias por aluno de educação superior matriculado	Evidencia o montante das despesas correntes não previdenciárias por aluno de educação superior matriculado (graduação, especialização, mestrado e doutorado)

Quadro 6: Indicadores comparativos propostos

Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência encontram-se descritas as metodologias utilizadas para o cálculo dos indicadores mencionados nos Quadros 5 e 6, bem como apresentação dos resultados obtidos.

A) Índice de aplicação de recursos em investimentos

Para cálculo deste índice, considerou-se o total das despesas de capital empenhadas como investimentos nas duas instituições e total das despesas empenhadas no exercício com exceção das despesas classificadas no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, conforme Quadro 7.

Fórmula								
$\text{Índice da aplicação de recursos em investimento} = \frac{\text{Investimentos}}{\text{Total das Despesas (exceto Despesas com Pessoal)}}$								
Variáveis								
<i>Investimentos</i> = total das despesas de capital empenhadas classificadas como Investimentos; <i>Total das Despesas</i> = total das despesas empenhadas no exercício; e <i>Despesas com Pessoal</i> = total das despesas correntes empenhadas como Pessoal e Encargos Sociais.								
Resultados								
Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
UDESC	26,75%	18,12%	16,64%	22,75%	42,51%	30,38%	32,47%	28,69%
UFSC	10,48%	8,42%	13,24%	8,38%	17,59%	21,86%	20,87%	16,10%

Quadro 7: Índice de aplicação de recursos em investimentos da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base no portfólio de indicadores do TCU (2012) e nas Tabelas 8 e 9.

Com base no Quadro 7, observa-se que na UDESC as despesas empenhadas como Investimentos, entre 2005 e 2011, representam em média 28,69% do total das despesas

empenhadas (com exceção das classificadas como Pessoal e Encargos Sociais). Na UFSC, a representatividade foi de 16,10%.

Desta forma, é possível verificar com base na média do período que a cada R\$ 100,00 de despesa empenhada, exceto as classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, enquanto UDESC empenhou R\$ 29,00 em investimentos, a UFSC empenhou R\$ 16,00.

B) Índice de despesas diretas com investimentos

Para cálculo deste índice, considerou-se o total das despesas empenhadas classificadas como Investimentos nas duas Instituições e o total das despesas empenhadas no exercício, conforme representando a seguir.

Fórmula								
$\text{Índice de despesas diretas com investimento} = \frac{\text{Investimentos}}{\text{Total das Despesas}}$								
Variáveis								
<i>Investimentos</i> = total das despesas de capital empenhadas classificadas como Investimentos; e <i>Total das Despesas</i> = total das despesas empenhadas no exercício.								
Resultados								
Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
UDESC	9,91%	6,80%	5,35%	7,86%	16,67%	10,47%	10,78%	10,14%
UFSC	2,31%	1,87%	3,41%	2,29%	5,39%	7,59%	6,59%	4,60%

Quadro 8: Índice de despesas diretas com investimentos da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base no portfólio de indicadores do TCU (2012) e nas Tabelas 8 e 9.

Conforme apresentado no Quadro 8, com relação ao total das despesas empenhadas de 2005 a 2011, a UDESC empenhou em média 10,14% em investimentos e a UFSC 4,60%.

Com base na expressividade média apresentada no período, é possível estabelecer a relação de que na UDESC, para cada R\$ 100,00 de despesa empenhada, em média, aproximadamente R\$ 10,00 eram destinados para despesas classificadas como Investimentos. Na UFSC, os investimentos representaram em média R\$ 5,00 a cada R\$ 100,00 de despesa empenhada.

C) Índice de despesas diretas com pessoal

Para cálculo deste índice foram considerados o total das despesas empenhadas classificadas no grupo de natureza de despesa denominado Pessoal e Encargos Sociais e o total das despesas empenhadas no exercício, conforme evidenciado no Quadro 9.

Fórmula								
$\text{Índice de despesas diretas com pessoal} = \frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Total das Despesas}}$								
Variáveis								
<i>Despesas com Pessoal</i> = total das despesas correntes empenhadas como Pessoal e Encargos Sociais; e <i>Total das Despesas</i> = total das despesas empenhadas no exercício.								
Resultados								
Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
UDESC	62,96%	62,47%	67,86%	65,44%	60,78%	65,54%	66,80%	64,65%
UFSC	77,95%	77,79%	74,26%	72,61%	69,37%	65,27%	68,41%	71,42%

Quadro 9: Índice de despesas diretas com pessoal da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base no portfólio de indicadores do TCU (2012) e nas Tabelas 8 e 9.

Conforme Quadro 9, as despesas com pessoal em cada exercício de 2005 a 2011 representaram em média 64,65% do total de despesas empenhadas da UDESC e 71,42% das da UFSC. Desta forma, a cada R\$ 100,00 de despesa empenhada pela UDESC, aproximadamente R\$ 65,00 eram destinados às despesas com pessoal. No mesmo período, a UFSC destinou em média R\$ 71,00 para esta finalidade a cada R\$ 100,00 de despesa empenhada.

D) Índice de despesas com pessoal por trabalhador

Para cálculo do índice de despesa por trabalhador considerou-se o total das despesas empenhadas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais, com exceção das despesas com aposentadorias, pensões e despesas de exercícios anteriores empenhadas neste grupo, e o número do total de trabalhadores da instituição, na condição de servidores.

As despesas classificadas nos elementos Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas e Pensões foram excluídas das despesas com pessoal a fim de evitar distorções nos resultados considerando a existência de diferenças quanto aos regimes previdenciários das duas Universidades.

As despesas empenhadas no grupo Pessoal e Encargos Sociais classificadas no elemento Despesa de Exercícios Anteriores foram excluídas, objetivando reduzir distorções nos valores anuais do índice, bem como da média do período, tendo em vista que não representam despesas do exercício analisado, além de não ser possível verificar a que exercício se referem. O Quadro 10 apresenta a metodologia de cálculo e os resultados encontrados.

Fórmula								
Índice de despesas com pessoal por trabalhador	=	$\frac{\text{Despesas com Pessoal - Aposentadorias, Pensões e Desp. de Exercícios Anteriores}}{\text{Total de Trabalhadores}}$						
Variáveis								
<p><i>Despesas com Pessoal</i> = total das despesas correntes empenhadas como Pessoal e Encargos Sociais; <i>Aposentadorias</i> = despesas empenhadas no elemento 01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas; <i>Pensões</i> = despesas empenhadas no elemento 03 - Pensões; <i>Despesas de Exercícios Anteriores</i> = despesas empenhadas no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores (somente as do grupo Pessoal e Encargos Sociais); e <i>Total de Trabalhadores</i> = total servidores docentes (efetivos, substitutos e visitantes) e servidores técnicos administrativos.</p>								
Resultados (valores em R\$ Mil ajustados pelo IPCA até 31/12/2011)								
Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
UDESC	46.932	60.426	72.647	80.362	85.676	88.663	86.241	74.620
UFSC	82.173	89.646	87.550	88.371	101.818	113.674	108.683	96.119

Quadro 10: Índice de despesas com pessoal por trabalhador da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 1, 3, 8 e 9.

Desta forma, com base no Quadro 10, observa-se que a UDESC destinou em média R\$ 74,6 mil das despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais para cada trabalhador, enquanto a UFSC destinou em média R\$ 96,1 mil por trabalhador no período.

E) Índice de despesas correntes não previdenciárias por aluno de educação superior matriculado

Para cálculo do índice de despesas correntes por aluno de educação superior considerou-se o total das despesas correntes empenhadas não previdenciárias e o número total de alunos matriculados na educação superior, nas duas instituições, entre 2005 e 2011.

As despesas previdenciárias, classificadas nos elementos Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas e Pensões, foram excluídas das despesas com pessoal a fim de evitar

distorções nos resultados considerando a existência de diferenças quanto aos regimes previdenciários das duas Universidades.

Optou-se pela exclusão das despesas correntes empenhadas no elemento Despesa de Exercícios Anteriores nos grupo Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, objetivando reduzir distorções nos valores anuais do índice, bem como da média do período, tendo em vista que não representam despesas do exercício analisado, além de não ser possível verificar a que exercício se referem.

Ressalta-se que o cálculo deste índice apresenta limitações, visto que a UFSC também possui alunos da educação básica, aos quais também são destinadas as despesas correntes para manutenção das atividades relacionadas a esta área de ensino.

Além disso, visto que a maioria dos dados divulgados relativos aos alunos matriculados da UDESC não apresentavam valores anuais e sim semestrais, nestes casos o total de alunos matriculados foi calculado com base na média de matrículas semestrais de cada modalidade (graduação, especialização, mestrado e doutorado).

O Quadro 11 apresenta a metodologia para cálculo deste indicador e os resultados obtidos.

Fórmula								
Índice de despesas correntes não previdenciárias por aluno de educação superior matriculado	=	$\frac{\text{Despesas Correntes - Aposentadorias, Pensões e Desp. de Exerc. Anteriores}}{\text{Total de Alunos Matriculados}}$						
Variáveis								
<p><i>Despesas Correntes</i> = total das despesas empenhadas como Despesas Correntes; <i>Aposentadorias</i> = despesas empenhadas no elemento 01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas; <i>Pensões</i> = despesas empenhadas no elemento 03 - Pensões; <i>Despesas de Exercícios Anteriores</i> = total das despesas empenhadas no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores ; e <i>Total de Alunos Matriculados</i> = total de alunos de educação superior matriculados (graduação, especialização, mestrado e doutorado).</p>								
Resultados (valores em R\$ Mil ajustados pelo IPCA até 31/12/2011)								
Universidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
UDESC	5.822	7.001	10.146	14.369	15.286	16.657	17.657	11.505
UFSC	20.139	22.037	18.077	19.928	21.723	21.139	20.287	20.467

Quadro 11: Índice de despesas correntes não previdenciárias por aluno matriculado na educação superior da UDESC e da UFSC, entre 2005 e 2011

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Tabelas 2, 3, 8 e 9.

Conforme Quadro 11, a UDESC destinou em média R\$ 11,5 mil do total das despesas correntes não previdenciárias por aluno da educação superior (graduação, especialização,

mestrado e doutorado) matriculado. No mesmo período, essa relação na UFSC correspondeu em média a R\$ 20,5 mil.

Ressalta-se, novamente, a existência de várias limitações quando da realização do cálculo dos indicadores e que podem compreender distorções quanto aos resultados obtidos, inclusive instigar opiniões diferentes quanto às metodologias e aos dados utilizados.

Contudo, esclarece-se que neste trabalho a intenção foi a de realizar uma análise introdutória de indicadores, e tal análise não esgota o rol de indicadores existentes, o aprimoramento destes e tampouco limita a criação de outros que possam evidenciar aspectos relativos às despesas orçamentárias destas universidades.

Por fim, após expostos neste capítulo os resultados da pesquisa, o capítulo a seguir destina-se às considerações finais sobre este trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as considerações finais deste trabalho, iniciando com avaliação quanto ao cumprimento dos objetivos definidos (geral e específicos) e a evidenciação das seções demonstram o atendimento destes. Na sequência, são apresentados, de forma sintetizada, os resultados obtidos a partir desta pesquisa. Ao final deste capítulo são apresentadas as sugestões para pesquisas e trabalhos futuros.

4.1 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Considera-se que foi alcançado o objetivo geral deste trabalho: “apresentar os valores, a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os anos de 2005 e 2011”, visto que estes dados foram apresentados, demonstrados e analisados ao longo do capítulo 3 deste trabalho.

O objetivo específico “a” (identificar conceitos de orçamento público, expor as finalidades e descrever as classificações das despesas públicas, sistematizados pela Contabilidade Pública em demonstrativos e relatórios contábeis) foi alcançado, tendo em vista que foram apresentados, na seção 2.3, os conceitos de Contabilidade Pública e orçamento público, bem como definições legais relacionadas. Foram explicitadas, na seção 2.4, além dos princípios e estágios das despesas públicas, as suas classificações.

O segundo objetivo específico “b”, (coletar e organizar dados relativos à execução das despesas orçamentárias da UDESC e da UFSC, referentes aos anos de 2005 a 2011) foi atendido, visto que, na seção 3.2, foram especificados os procedimentos utilizados para coleta e organização, e apresentação dos dados.

O terceiro objetivo “c” (realizar o ajuste dos dados, a fim de permitir comparações entre as entidades e ao longo dos anos, em séries históricas, com valores atualizados) foi alcançado na seção 3.3, tendo sido explicados os procedimentos e critérios adotados para tabular e ajustar monetariamente os dados coletados.

O quarto objetivo “d” (apresentar a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas nas duas Universidades) foi atendido na seção 3.4, com análise e representação gráfica individual da composição e evolução das despesas empenhadas pela UDESC e pela UFSC.

O quinto objetivo “e” (realizar, em caráter introdutório, um comparativo entre a UDESC e a UFSC com relação à composição e à evolução das despesas orçamentárias executadas) foi alcançado, visto que, na seção 3.5, foi realizada exposição comparativa quanto aos aspectos relacionados às despesas empenhadas na UDESC e na UFSC, bem como análise introdutória de indicadores.

Desta forma, o presente trabalho permitiu responder a pergunta (problema de pesquisa) - Qual a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC e da UFSC entre os anos de 2005 e 2011? - conforme os resultados que serão sintetizados na próxima seção.

Ressaltam-se as limitações encontradas para realização deste trabalho, tais como a divergências encontradas com relação ao montante das despesas empenhas pela UFSC no ano de 2005 em comparação ao relatório publicado pela Diretoria de Gestão Orçamentária desta Instituição, e que acarretaram na decisão, por parte da pesquisadora, pela inclusão do valor, na tentativa de não distorcer a análise. Além disso, foram encontradas algumas dificuldades quanto ao padrão dos dados institucionais informados pelas duas Universidades, como por exemplo, os dados dos alunos matriculados da UDESC, utilizados no cálculo de um indicador, acarretando novamente em adoção de critério por parte da pesquisadora.

4.2 CONSIDERAÇÕES QUANTO AOS RESULTADOS

Com a realização deste trabalho foi possível apresentar os valores, a composição e a evolução das despesas orçamentárias executadas da UDESC e da UFSC, entre os anos de 2005 e 2011.

Ao analisar os dados coletadas, antes da realização do ajuste monetário, constatou-se que nas duas Instituições houve o aumento do montante das despesas empenhadas entre 2005 e 2011, com exceção, apenas, do ano de 2006 na UDESC. Após ajuste monetário, realizado com o objetivo de minimizar os efeitos da inflação, observou o aumento no total das despesas empenhadas, com execução do ano de 2006 (na UDESC) e 2011 (na UFSC), onde se constatou redução.

No início da série, em 2005, considerando os valores ajustados monetariamente, o total de despesas empenhadas pela UDESC era de aproximadamente R\$ 157, 6 milhões e de R\$ 712,7 milhões pela UFSC. Ao final da série, em 2011, a UDESC apresentou um total de

aproximadamente R\$ 253,6 milhões de despesas empenhadas, no mesmo período a UFSC empenhou aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

Tanto na UDESC, quanto na UFSC, predominam as despesas correntes, classificadas no grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais, tendo sido empenhado neste grupo uma média R\$ 121,46 milhões na UDESC e R\$ 663,85 milhões na UFSC, o que representa 64,65% e 71,42%, respectivamente, do total médio empenhado pelas duas Universidades.

Ainda neste grupo de despesas, foi evidenciado o elemento de despesa Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil como o mais expressivo. Na UDESC foram empenhados em média, R\$ 87,98 milhões neste elemento e 348,62 milhões na UFSC. Destaca-se ainda, que este é o elemento mais expressivo de todos os elementos nas duas Universidades, representando em média 46,83% do total das despesas empenhadas pela UDESC e 37,50% das da UFSC.

Quanto às despesas classificadas no grupo de despesa Outras Despesas Correntes, o segundo grupo mais expressivo, constatou-se que na UDESC foram empenhadas em média R\$ 47,37 milhões nesta classificação, e R\$ 222,47 milhões na UFSC. Destaca-se o ano de 2011, em que estas despesas alcançaram sua marca mais expressiva, na UDESC de R\$ 56,8 milhões. Na UFSC a marca mais expressiva destas despesas foi registrada em 2010, R\$ 323,6 milhões.

Observou-se, ainda, o aumento das despesas de capital nas duas Universidades ao final da série analisada, entre 2009 e 2011, inclusive no total das despesas empenhadas, sendo que em todos os anos analisados predominaram os investimentos classificados como Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente.

Reconhecendo as divergências que podem surgir por parte de outros pesquisadores, bem como as limitações existentes, com o cálculo de indicadores comparativos escolhidos foi possível estabelecer algumas relações comparativas entre as Universidades com relação à composição das despesas empenhadas destinadas aos investimentos e às despesas com pessoal, entre 2005 e 2011 e pela média do período.

Com as mesmas ressalvas, o cálculo dos indicadores comparativos propostos permitiu observar o índice de destinação das despesas classificadas como Pessoal e Encargos Sociais por trabalhador e as despesas correntes não previdenciárias por aluno matriculado da educação superior.

Novamente, ressalta-se que este trabalho não objetivava analisar o desempenho das UDESC e da UFSC na consecução de suas atividades, tampouco comparar o desempenho de ambas, e sim apresentar os valores, a composição e a evolução de suas despesas empenhadas

entre 2005 e 2011. Desta forma, após apresentadas as considerações quanto aos resultados, na próxima seção são apresentadas algumas sugestões para pesquisas futuras.

4.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A partir da realização deste trabalho, observou-se que existem outras análises possíveis acerca das despesas orçamentárias das duas universidades analisadas, UDESC e UFSC, conforme sugestões relacionadas a seguir.

a) análise comparativa entre as despesas fixadas e empenhadas, com o intuito de verificar quanto das despesas previstas foram empenhadas;

b) análise comparativa das despesas executadas e despesas liquidadas com o intuito de acompanhar a realização das despesas empenhadas, bem como o cancelamento das mesmas, e assim, possibilitar uma análise da efetiva execução orçamentária;

c) aprimoramento da análise com base em indicadores comparativos, com a finalidade de evidenciar aspectos envolvendo as despesas orçamentárias e os dados institucionais das duas Universidades, na expectativa de evidenciar a aplicação de recursos em suas atividades fim;

d) estudo dos efeitos das despesas envolvendo aspectos previdenciários no orçamento e na execução orçamentária; e

e) estudo com relação à intervenção do Tesouro do Estado, enquanto órgão central do sistema de gestão financeira, na estratégia de alocação quanto aos grupos de natureza de despesa típicos da entidade dependente e o grau de autonomia da Universidade.

Sugere-se ainda, além da continuidade desta pesquisa, considerando novas séries históricas, que este estudo seja aplicado em outras instituições públicas de ensino superior a fim de abordar aspectos como os abordados neste trabalho e outros que demandem interesse público.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 271 p.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Resolução n.º 2.615**, de 30 de junho de 1999. Fixa as metas para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, bem como o índice de preços a que se aplicam, para os anos de 2001, 2000 e 1999. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=099145783>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 11 out. 2010.

_____. **Decreto n.º 64.824**, de 15 de Julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64824-15-julho-1969-406147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. **Decreto n.º 3.088**, de 21 de junho de 1999. Estabelece a sistemática de “metas para a inflação” como diretriz para fixação do regime de política monetária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3088.htm>. Acesso em: 11 fev. 2012.

_____. **Decreto-lei n.º 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-lei n.º/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-lei%20n.º%20200.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. **Lei Complementar n.º 101**, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. **Lei n.º 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4320.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. **Lei n.º 3.849**, de 18 de Dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm >. Acesso em: 11 out. 2010.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n.º 1.135**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001135>. Acesso em: 10 abr. 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162p.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: edição do autor, 1988. 230 p. Disponível em: <http://www.flaviodacruz.cse.ufsc.br/Conteudo/cmpsp_definitivo_1_2mar2009.doc>. Acesso em: 10 abr. 2011.

DEODATO, Alberto. **Manual de ciência das finanças**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. 333p.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FGV – Fundação Getúlio. **Instituto Brasileiro de Economia (BRE)**. Indicadores de Preços: Índices Gerais de Preços. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>>. Acesso em: 31 mai.2012.

_____. **Instituto Brasileiro de Economia (BRE)**. Outras Publicações: Metodologias e Notas Técnicas. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D9CCC6A177934&contentId=40288081229A67AB0122A3D6F65C441F> >. Acesso em: 31 mai. 2012.

_____. **Instituto Brasileiro de Economia (BRE)**. Catálogo FGVDados. Disponível em: <http://www14.fgv.br/novo_fgvdados/default.aspx>. Acesso em: 31 mai. 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 365 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Séries Históricas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**: Métodos de Cálculos. 5 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 12 fev. 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e pratica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 347p.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice Geral de Cursos - IGC**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Robison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, estados e municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 230 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 839 p.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer CFE n.º 632**, de 09 de outubro de 1985. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd009534.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Portaria Ministerial n.º 893**, de 11 de novembro de 1985. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/portaria_mec_893_1985.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

MOG - Ministério do Orçamento e Gestão. **Portaria n.º 42**, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências. Secretaria de Orçamento Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2011.

MUSGRAVE, Richard A. **Teoria das finanças públicas: um estudo da economia governamental**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1976. 383 p.

NECKEL, Roselane; KUCHLER, Alita Diana Corrêa kuchler. **Ufsc 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 477 p.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11. ed. rev. ampl. e atual São Paulo: Atlas, 2010. 452p.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Construção de um modelo para avaliação da transparência da gestão da dívida pública municipal com vistas a favorecer o controle social**. Florianópolis: Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2005. 348 p.

_____. **Contabilidade Contabilidade Pública II**. Livro didático da Disciplina Contabilidade Pública II do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 8. ed. (rev. e atual. - semestre 2012/2). Florianópolis: Edição do autor, 2012.

_____. **Orientações preventivas: Para trabalhos de conclusão de curso (TCCs), artigos e monografias**. Material didático dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC). 8. ed. Versão E. Florianópolis: edição do autor, 2012.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 391p.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989** (Atualizada até a EC/058). Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicao_Estadual/CESC_2011_58_emds.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

_____. **Lei n.º 4.394**, de 20 de novembro de 1969. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/.../..%5C1969%5C4394_1969_Lei.doc>. Acesso em: 04 jun. 2012.

_____. **Lei n.º 8.092**, de 1º de outubro de 1990. Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e dá outras providências. Disponível em: <http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1990/8092_1990_Lei.doc>. Acesso em: 04 jun. 2012.

_____. **Lei Complementar n.º 412**, de 26 de junho de 2008. Dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Disponível em: <200.192.66.20/alesc/docs/2008/412_2008_lei_complementar.doc>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Decreto n.º 3.138**, de 11 de dezembro de 1962. Reorganiza o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado para Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC) e dá outras providências. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1962/3138_1962_Lei.doc>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Decreto n.º 2.802**, de 20 de maio de 1965. Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina, outorga-lhe o encargo de constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Faculdade de Agronomia de Lages, a Faculdade de Veterinária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_2.802_1965___fundacao_educacional_de_sc.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

_____. **Decreto n.º 6.401**, de 28 de dezembro de 1990. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_6.401_1990___aprova_estatuto.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

_____. **Decreto n.º 4.184**, de 6 de abril de 2006. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_4.184_2006___aprova_estatuto.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 366 p.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 385 p.

STN / SOF – Secretaria do Tesouro Nacional e Secretária de Orçamento Federal / Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Portaria Conjunta n.º 3**, de 14 de outubro de 2008. Aprova os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortariaConjunta3.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

_____. **Manual de Despesa Nacional**: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 1ª ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. 120 p. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualDespesaNacional.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2009.

_____. **Portaria Interministerial n.º 163**, de 04 de maio de 2001 (atualizada até 23/12/2011). Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Portaria Conjunta STN/SOF n.º 2**, de 06 de agosto de 2009. Aprova o Volume I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Conjunta_2_2009_Volume_I_PCO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1**, de 18 de junho de 2010. Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/Port_Conjunta_1_STN_SOF_20100618.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

TCU - Tribunal de Contas da União. **Portfólio de Indicadores**. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/PortfolioIndicadores/relatoriogeral.asp>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. **Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquida e Paga** - 2005 a 2011. Fornecido pelo Departamento de Contabilidade. Acesso em: 06 mar. 2012.

_____. **Plano 20** : planejamento estratégico 2010-2030 . Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis : UDESC, 2010. 64 p. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/429/vers_o_ioesc_final_corrigida.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Relatório de Gestão 2008 – 2012**. 322 p. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/relatorio_de_gestao_12_06_2012.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Relatório de Gestão 2004 – 2012**. Universidade do Estado de Santa Catarina - Florianópolis : UDESC, 2008. 343 p. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/relatorio_de_gestao_udesc_2004_2008.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. **Balancete Contábil – SIAFI – 2005 a 2011**. Fornecido pelo Departamento de Contabilidade e Finanças. Acesso em: 31 mai. 2012.

_____. **UFSC em Números – 2002 a 2011.** 8 p. Disponível em: <http://dig.seplan.ufsc.br/files/2012/06/UFSC_EM_NUMEROS_2002_2011.pdf> Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Orçamento executado de 2000 a 2012.** 2012. 2 p. Disponível em: <http://www.reitoria.ufsc.br/dgo/comparativo_orcamento.PDF> Acesso em: 31 mai. 2012.

_____. **Relatório 4 Anos de Gestão: 2008 /2012. 2012. 44 p.** Disponível em: <http://agecom.ufsc.br/files/2012/05/Relatorio_Gestao_UFSC_2012_WEB.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Regimento Geral.** Disponível em: <http://antiga.ufsc.br/paginas/downloads/regimento_ufsc.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Estatuto.** Disponível em: <http://antiga.ufsc.br/paginas/legislacao_estatuto.php>. Acesso em: 18 jun. 2012.

APÊNDICE

Apêndice A

Tabela 16: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2005

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	102.896.829,47	0,00	102.896.829,47
Pessoal e Encargos Sociais	71.906.056,34	0,00	71.906.056,34
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	12.463.106,93	0,00	12.463.106,93
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	13.008.465,70	0,00	13.008.465,70
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	171,36	0,00	171,36
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	38.783.954,30	0,00	38.783.954,30
13 - Obrigações Patronais	3.795.099,75	0,00	3.795.099,75
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	3.457.810,82	0,00	3.457.810,82
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	372.837,18	0,00	372.837,18
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	24.610,30	0,00	24.610,30
Outras Despesas Correntes	30.990.773,13	0,00	30.990.773,13
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	10.053,09	0,00	10.053,09
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	1.278.316,07	0,00	1.278.316,07
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	2.996.782,33	0,00	2.996.782,33
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	5.415,08	0,00	5.415,08
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	854.383,13	0,00	854.383,13
35 - Serviços de Consultoria	14.761,76	0,00	14.761,76
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.733.657,12	0,00	4.733.657,12
37 - Locação de Mão-de-Obra	4.254.152,29	0,00	4.254.152,29
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.310.992,30	0,00	5.310.992,30
46 - Auxílio-Alimentação	7.473.375,90	0,00	7.473.375,90
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	185.491,46	0,00	185.491,46
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	43.717,33	0,00	43.717,33
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.829.675,27	0,00	3.829.675,27
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.318.161,86	0,00	11.318.161,86
Investimentos	11.318.161,86	0,00	11.318.161,86
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	6.141.421,53	0,00	6.141.421,53
52 - Equipamentos e Material Permanente	4.914.546,39	0,00	4.914.546,39
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	262.193,94	0,00	262.193,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	114.214.991,33	0,00	114.214.991,33

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2005 (UDESC, 2005).

Tabela 17: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2006

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	95.057.867,50	0,00	95.057.867,50
Pessoal e Encargos Sociais	63.714.341,23	0,00	63.714.341,23
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	9.102.216,94	0,00	9.102.216,94
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	67,20	0,00	67,20
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54.221.724,76	0,00	54.221.724,76
13 - Obrigações Patronais	419,84	0,00	419,84
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	309.337,33	0,00	309.337,33
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	80.575,16	0,00	80.575,16
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	31.343.526,27	0,00	31.343.526,27
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	4.558,12	0,00	4.558,12
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	1.010.022,14	0,00	1.010.022,14
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	2.321.250,27	0,00	2.321.250,27
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	5.700,00	0,00	5.700,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	867.076,63	0,00	867.076,63
35 - Serviços de Consultoria	52.112,00	0,00	52.112,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.968.894,31	0,00	4.968.894,31
37 - Locação de Mão-de-Obra	5.452.943,54	0,00	5.452.943,54
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.001.440,55	0,00	6.001.440,55
46 - Auxílio-Alimentação	6.913.165,86	0,00	6.913.165,86
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	173.489,73	0,00	173.489,73
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.572.873,12	0,00	3.572.873,12
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS DE CAPITAL	6.937.532,56	0,00	6.937.532,56
Investimentos	6.937.532,56	0,00	6.937.532,56
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	4.138.317,70	0,00	4.138.317,70
52 - Equipamentos e Material Permanente	2.799.214,86	0,00	2.799.214,86
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	101.995.400,06	0,00	101.995.400,06

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2006 (UDESC, 2006).

Tabela 18: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2007

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	104.946.824,53	9.371.281,13	114.318.105,66
Pessoal e Encargos Sociais	74.772.907,74	7.191.791,14	81.964.698,88
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	9.511.419,62	0,00	9.511.419,62
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	40,32	0,00	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	64.652.843,09	0,00	64.652.843,09
13 - Obrigações Patronais	0,00	7.191.791,14	7.191.791,14
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	392.819,99	0,00	392.819,99
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	215.601,44	0,00	215.601,44
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	183,28	0,00	183,28
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	30.173.916,79	2.179.489,99	32.353.406,78
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	32.554,02	0,00	32.554,02
13 - Obrigações Patronais	0,00	38.285,00	38.285,00
14 - Diárias - Civil	878.416,90	0,00	878.416,90
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	412.318,29	0,00	412.318,29
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	23.295,44	0,00	23.295,44
30 - Material de Consumo	2.364.499,73	0,00	2.364.499,73
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	12.100,00	0,00	12.100,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	950.427,31	0,00	950.427,31
35 - Serviços de Consultoria	7.994,00	0,00	7.994,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.715.178,63	0,00	4.715.178,63
37 - Locação de Mão-de-Obra	6.113.540,76	0,00	6.113.540,76
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.172.829,95	117.610,30	8.290.440,25

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
46 - Auxílio-Alimentação	5.753.718,33	0,00	5.753.718,33
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	179.619,12	0,00	179.619,12
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	56.087,65	0,00	56.087,65
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	501.336,66	2.023.594,69	2.524.931,35
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.459.707,66	0,00	6.459.707,66
Investimentos	6.459.707,66	0,00	6.459.707,66
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	3.709.548,76	0,00	3.709.548,76
52 - Equipamentos e Material Permanente	2.744.411,90	0,00	2.744.411,90
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.747,00	0,00	5.747,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	111.406.532,19	9.371.281,13	120.777.813,32

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2007 (UDESC, 2007).

Tabela 19: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2008

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	119.070.392,05	16.374.114,63	135.444.506,68
Pessoal e Encargos Sociais	82.286.739,50	13.915.374,69	96.202.114,19
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	10.553.227,07	0,00	10.553.227,07
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	40,32	0,00	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	71.134.694,56	0,00	71.134.694,56
13 - Obrigações Patronais	0,00	13.915.374,69	13.915.374,69
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	142.197,26	0,00	142.197,26
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	360.111,02	0,00	360.111,02
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	96.469,27	0,00	96.469,27
Outras Despesas Correntes	36.783.652,55	2.458.739,94	39.242.392,49
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	16.915,86	0,00	16.915,86
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	1.183.688,10	0,00	1.183.688,10
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.260.007,65	0,00	1.260.007,65
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	33.964,00	0,00	33.964,00
30 - Material de Consumo	4.633.927,42	96.080,00	4.730.007,42

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	12.950,00	0,00	12.950,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.570.264,28	0,00	1.570.264,28
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.092.111,37	0,00	5.092.111,37
37 - Locação de Mão-de-Obra	6.790.821,16	0,00	6.790.821,16
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.597.441,69	138.319,58	7.735.761,27
46 - Auxílio-Alimentação	5.115.225,50	0,00	5.115.225,50
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	236.113,28	0,00	236.113,28
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	397.376,13	0,00	397.376,13
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.818.953,93	2.224.340,36	5.043.294,29
93 - Indenizações e Restituições	23.892,18		23.892,18
DESPESAS DE CAPITAL	11.560.085,02	0,00	11.560.085,02
Investimentos	11.560.085,02	0,00	11.560.085,02
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	2.268.965,08	0,00	2.268.965,08
52 - Equipamentos e Material Permanente	9.092.450,93	0,00	9.092.450,93
61 - Aquisição de Imóveis	86.000,00	0,00	86.000,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	112.669,01	0,00	112.669,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	130.630.477,07	16.374.114,63	147.004.591,70

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2008 (UDESC, 2008).

Tabela 20: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2009

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	134.840.699,70	19.631.080,73	154.471.780,43
Pessoal e Encargos Sociais	96.074.424,98	16.604.262,64	112.678.687,62
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	16.462.853,22	0,00	16.462.853,22
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	40,32	0,00	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	79.205.298,46	0,00	79.205.298,46
13 - Obrigações Patronais	0,00	16.604.262,64	16.604.262,64
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	376.641,56	0,00	376.641,56
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	29.591,42	0,00	29.591,42

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
Outras Despesas Correntes	38.766.274,72	3.026.818,09	41.793.092,81
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	25.306,78	0,00	25.306,78
13 - Obrigações Patronais	0,00	126.520,56	126.520,56
14 - Diárias - Civil	1.319.983,83	0,00	1.319.983,83
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.021.348,72	0,00	1.021.348,72
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	5.413.929,86	207.452,00	5.621.381,86
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	40.612,91	0,00	40.612,91
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.194.019,68	0,00	2.194.019,68
35 - Serviços de Consultoria	8.000,00	0,00	8.000,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.974.857,10	0,00	4.974.857,10
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.428.269,52	0,00	7.428.269,52
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.941.869,38	319.154,14	9.261.023,52
46 - Auxílio-Alimentação	4.995.033,40	0,00	4.995.033,40
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.061.758,10	0,00	1.061.758,10
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	700.000,00	0,00	700.000,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	641.285,44	2.373.691,39	3.014.976,83
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	30.903.631,25	0,00	30.903.631,25
Investimentos	30.903.631,25	0,00	30.903.631,25
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	4.275.278,11	0,00	4.275.278,11
52 - Equipamentos e Material Permanente	23.522.442,34	0,00	23.522.442,34
61 - Aquisição de Imóveis	3.094.342,20	0,00	3.094.342,20
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	11.568,60	0,00	11.568,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	165.744.330,95	19.631.080,73	185.375.411,68

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2009 (UDESC, 2009).

Tabela 21: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2010

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	162.495.148,76	20.302.475,56	182.797.624,32
Pessoal e Encargos Sociais	114.954.328,97	18.870.366,25	133.824.695,22
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	17.391.152,84	0,00	17.391.152,84
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	40,32	0,00	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	97.232.271,51	0,00	97.232.271,51

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
13 - Obrigações Patronais	0,00	18.870.366,25	18.870.366,25
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	114.512,32	0,00	114.512,32
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	185.589,55	0,00	185.589,55
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	30.762,43	0,00	30.762,43
Outras Despesas Correntes	47.540.819,79	1.432.109,31	48.972.929,10
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	16.674,34	0,00	16.674,34
13 - Obrigações Patronais	0,00	916.619,69	916.619,69
14 - Diárias - Civil	1.411.705,83	0,00	1.411.705,83
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.296.302,93	0,00	1.296.302,93
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	5.079.981,32	122.273,00	5.202.254,32
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	42.160,00	0,00	42.160,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.650.424,54	0,00	1.650.424,54
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.948.169,10	0,00	5.948.169,10
37 - Locação de Mão-de-Obra	8.245.035,28	0,00	8.245.035,28
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.293.332,97	393.216,62	11.686.549,59
46 - Auxílio-Alimentação	5.363.441,90	0,00	5.363.441,90
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.510.090,77	0,00	1.510.090,77
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	2.431.439,71	0,00	2.431.439,71
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.981.451,15	0,00	2.981.451,15
93 - Indenizações e Restituições	270.609,95	0,00	270.609,95
DESPESAS DE CAPITAL	21.375.261,80	0,00	21.375.261,80
Investimentos	21.375.261,80	0,00	21.375.261,80
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	75.101,62	0,00	75.101,62
51 - Obras e Instalações	3.505.433,28	0,00	3.505.433,28
52 - Equipamentos e Material Permanente	13.137.995,34	0,00	13.137.995,34
61 - Aquisição de Imóveis	3.385.952,41	0,00	3.385.952,41
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.270.779,15	0,00	1.270.779,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	183.870.410,56	20.302.475,56	204.172.886,12

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2010 (UDESC, 2010).

Tabela 22: Despesas empenhadas pela UDESC ano de 2011

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação		Total no Ano (R\$)
	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	192.837.858,52	26.439.091,96	219.276.950,48
Pessoal e Encargos Sociais	140.001.464,68	24.176.185,71	164.177.650,39
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00
03 - Pensões	0,00	0,00	0,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	19.047.361,26	0,00	19.047.361,26
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
09 - Salário Família	40,32	0,00	40,32
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	120.564.549,29	0,00	120.564.549,29
13 - Obrigações Patronais	0,00	22.141.187,07	22.141.187,07
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	354.803,80	2.034.998,64	2.389.802,44
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.659,94	0,00	4.659,94
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	30.050,07	0,00	30.050,07
Outras Despesas Correntes	52.836.393,84	2.262.906,25	55.099.300,09
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
08 - Outros Benefícios Assistenciais	76.861,91	0,00	76.861,91
13 - Obrigações Patronais	0,00	1.370.619,20	1.370.619,20
14 - Diárias - Civil	1.534.108,48	0,00	1.534.108,48
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.374.977,49	0,00	1.374.977,49
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00
30 - Material de Consumo	6.644.594,21	54.304,00	6.698.898,21
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	103.230,50	0,00	103.230,50
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.464.204,14	0,00	1.464.204,14
35 - Serviços de Consultoria	19.200,00	0,00	19.200,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.125.628,25	0,00	7.125.628,25
37 - Locação de Mão-de-Obra	9.727.476,06	0,00	9.727.476,06
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.217.170,71	830.053,10	13.047.223,81
46 - Auxílio-Alimentação	6.348.414,53	0,00	6.348.414,53
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.474.745,70	0,00	1.474.745,70
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	0,00
91 - Sentenças Judiciais	3.164.080,96	0,00	3.164.080,96
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.072.197,79	7.929,95	1.080.127,74
93 - Indenizações e Restituições	489.503,11	0,00	489.503,11
DESPESAS DE CAPITAL	26.493.998,16	0,00	26.493.998,16
Investimentos	26.493.998,16	0,00	26.493.998,16
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	224.479,82	0,00	224.479,82
51 - Obras e Instalações	4.922.030,90	0,00	4.922.030,90
52 - Equipamentos e Material Permanente	15.096.524,50	0,00	15.096.524,50
61 - Aquisição de Imóveis	6.087.660,63	0,00	6.087.660,63
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	163.302,31	0,00	163.302,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	219.331.856,68	26.439.091,96	245.770.948,64

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidadada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2011 (UDESC, 2011).

Apêndice B

Tabela 23: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2005

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	2.921.087,04	32.797,90	454.115.106,25	0,00	457.068.991,19
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	355.133.285,67	0,00	355.133.285,67
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	81.651.190,01	0,00	81.651.190,01
03 - Pensões	0,00	0,00	12.265.360,00	0,00	12.265.360,00
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	4.913.799,49	0,00	4.913.799,49
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	102.434,00	0,00	102.434,00
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	197.042.560,95	0,00	197.042.560,95
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	1.208.876,54	0,00	1.208.876,54
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	631.496,85	0,00	631.496,85
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	49.747.112,18	0,00	49.747.112,18
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	7.570.455,65	0,00	7.570.455,65
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.921.087,04	32.797,90	98.981.820,58	0,00	101.935.705,52
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	977.382,97	0,00	977.382,97
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	554.852,70	0,00	554.852,70
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	805.115,17	0,00	805.115,17
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	10.431.378,85	0,00	10.431.378,85
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	198.021,60	0,00	198.021,60
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	15.792.888,37	0,00	15.792.888,37
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	32.012,55	0,00	32.012,55

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	1.412.925,52	0,00	1.412.925,52
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	1.176.124,21	0,00	1.176.124,21
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.921.087,04	32.797,90	56.704.699,36	0,00	59.658.584,30
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	6.978.754,95	0,00	6.978.754,95
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	594.504,02	0,00	594.504,02
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	2.329.720,91	0,00	2.329.720,91
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	898.361,34	0,00	898.361,34
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	95.078,06	0,00	95.078,06
DESPESAS DE CAPITAL	357.876,33	0,00	11.575.422,64	0,00	11.933.298,97
Investimentos	357.876,33	0,00	11.575.422,64	0,00	11.933.298,97
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	2.859.922,83	0,00	2.859.922,83
52 - Equipamentos e Material Permanente	357.876,33	0,00	8.715.499,81	0,00	9.073.376,14
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	3.278.963,37	32.797,90	465.690.528,89	0,00	469.002.290,16

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2005 (UFSC, 2005).

Tabela 24: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2006

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	2.269.748,54	34.013,40	513.151.706,87	60.742.210,53	576.197.679,34
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	397.129.294,22	59.632.247,78	456.761.542,00
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	97.696.650,32	0,00	97.696.650,32
03 - Pensões	0,00	0,00	14.075.262,68	0,00	14.075.262,68
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	5.317.147,85	0,00	5.317.147,85
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	169.308,58	0,00	169.308,58
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	225.981.691,32	0,00	225.981.691,32
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	59.632.247,78	59.632.247,78
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	845.114,21	0,00	845.114,21
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	52.378.698,09	0,00	52.378.698,09
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	665.421,17	0,00	665.421,17
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.269.748,54	34.013,40	116.022.412,65	1.109.962,75	119.436.137,34
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	1.064.365,18	0,00	1.064.365,18
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	517.525,55	0,00	517.525,55
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	935.562,90	0,00	935.562,90
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	12.576.088,85	0,00	12.576.088,85
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	198.021,60	0,00	198.021,60
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	16.050.654,11	0,00	16.050.654,11
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	43.520,52	0,00	43.520,52
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	2.194.539,93	0,00	2.194.539,93
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	2.066.368,58	0,00	2.066.368,58

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.269.748,54	34.013,40	70.825.246,77	751.509,94	73.880.518,65
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	6.918.275,25	0,00	6.918.275,25
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	211.700,65	358.452,81	570.153,46
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.960.382,90	0,00	1.960.382,90
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	312.113,38	0,00	312.113,38
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	142.046,48	0,00	142.046,48
DESPESAS DE CAPITAL	345.876,33	0,00	10.636.155,22	0,00	10.982.031,55
Investimentos	345.876,33	0,00	10.636.155,22	0,00	10.982.031,55
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	4.582.109,12	0,00	4.582.109,12
52 - Equipamentos e Material Permanente	345.876,33	0,00	6.054.046,10	0,00	6.399.922,43
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.615.624,87	34.013,40	523.787.862,09	60.742.210,53	587.179.710,89

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2006 (UFSC, 2006).

Tabela 25: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2007

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	0,00	34.016,46	554.337.420,31	57.078.760,03	611.450.196,80
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	414.801.475,90	55.271.419,10	470.072.895,00
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	98.409.689,63	0,00	98.409.689,63
03 - Pensões	0,00	0,00	15.460.450,13	0,00	15.460.450,13
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	5.705.466,19	0,00	5.705.466,19
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	217.254,52	0,00	217.254,52
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	230.687.360,76	0,00	230.687.360,76
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	55.271.419,10	55.271.419,10
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	942.439,39	0,00	942.439,39
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	52.990.377,37	0,00	52.990.377,37
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	10.388.437,91	0,00	10.388.437,91
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	34.016,46	139.535.944,41	1.807.340,93	141.377.301,80
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	1.548.491,60	0,00	1.548.491,60
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	486.369,00	0,00	486.369,00
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	1.212.579,18	0,00	1.212.579,18
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	14.096.001,91	0,00	14.096.001,91
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	206.647,60	0,00	206.647,60
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	17.272.766,92	0,00	17.272.766,92
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	49.664,62	0,00	49.664,62
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	2.756.066,89	0,00	2.756.066,89
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	5.206.720,80	0,00	5.206.720,80

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	34.016,46	87.657.471,17	1.222.091,15	88.913.578,78
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	6.879.240,00	0,00	6.879.240,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	225.331,63	444.874,05	670.205,68
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.758.277,00	0,00	1.758.277,00
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	14.972,33	140.375,73	155.348,06
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	165.343,76	0,00	165.343,76
DESPESAS DE CAPITAL	48.249,80	0,00	21.518.592,33	0,00	21.566.842,13
Investimentos	48.249,80	0,00	21.518.592,33	0,00	21.566.842,13
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	10.925.452,44	0,00	10.925.452,44
52 - Equipamentos e Material Permanente	48.249,80	0,00	10.593.139,89	0,00	10.641.389,69
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	48.249,80	34.016,46	575.856.012,64	57.078.760,03	633.017.038,93

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2007 (UFSC, 2007).

Tabela 26: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2008

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	0,00	30.520,01	626.341.498,18	60.482.949,10	686.854.967,29
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	451.702.276,10	58.727.002,48	510.429.278,58
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	115.168.874,03	0,00	115.168.874,03
03 - Pensões	0,00	0,00	18.663.998,84	0,00	18.663.998,84
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	9.534.102,82	0,00	9.534.102,82
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	146.145,19	0,00	146.145,19
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	268.000.759,30	0,00	268.000.759,30
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	58.727.002,48	58.727.002,48
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	1.117.418,42	0,00	1.117.418,42
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	33.399.202,27	0,00	33.399.202,27
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	5.671.775,23	0,00	5.671.775,23
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	30.520,01	174.639.222,08	1.755.946,62	176.425.688,71
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	1.701.807,60		1.701.807,60
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	395.186,85		395.186,85
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00		0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	1.306.409,65		1.306.409,65
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	17.561.514,22		17.561.514,22
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	307.807,17		307.807,17
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	23.168.782,03	13.625,00	23.182.407,03
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	62.835,54	0,00	62.835,54
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	3.702.010,91	0,00	3.702.010,91
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	49.700,00	0,00	49.700,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	2.538.874,43	0,00	2.538.874,43

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	30.520,01	114.842.332,86	1.009.954,19	115.882.807,06
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	6.825.812,63	0,00	6.825.812,63
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	254.750,71	727.917,73	982.668,44
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.681.165,56	0,00	1.681.165,56
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	18.483,91	4.449,70	22.933,61
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	221.748,01	0,00	221.748,01
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	16.130.472,86	0,00	16.130.472,86
Investimentos	0,00	0,00	16.130.472,86	0,00	16.130.472,86
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	5.301.585,76	0,00	5.301.585,76
52 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	10.828.887,10	0,00	10.828.887,10
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	30.520,01	642.471.971,04	60.482.949,10	702.985.440,15

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2008 (UFSC, 2008).

Tabela 27: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2009

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	743.226.408,10	76.136.404,03	819.362.812,13
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	528.205.648,48	73.585.503,11	601.791.151,59
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	128.766.829,17	0,00	128.766.829,17
03 - Pensões	0,00	0,00	22.481.742,54	0,00	22.481.742,54
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	15.432.719,52	0,00	15.432.719,52
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	219.300,56	0,00	219.300,56
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	328.217.158,65	0,00	328.217.158,65
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	73.585.503,11	73.585.503,11
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	1.526.632,16	0,00	1.526.632,16
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	31.335.735,82	0,00	31.335.735,82
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	225.530,06	0,00	225.530,06
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	215.020.759,62	2.550.900,92	217.571.660,54
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	1.782.643,10	0,00	1.782.643,10
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	423.438,34	0,00	423.438,34
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	1.922.990,41	0,00	1.922.990,41
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	22.020.407,11	0,00	22.020.407,11
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	8.853,38	0,00	8.853,38
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	23.184.327,27	0,00	23.184.327,27
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	141.264,09	0,00	141.264,09
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	5.565.230,85	0,00	5.565.230,85
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	3.260.037,08	0,00	3.260.037,08

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	900.535,81	0,00	900.535,81
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	146.755.926,76	1.471.810,32	148.227.737,08
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	7.015.540,53	0,00	7.015.540,53
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	249.491,54	855.342,27	1.104.833,81
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.577.858,22	0,00	1.577.858,22
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	12.432,95	223.748,33	236.181,28
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	199.782,18	0,00	199.782,18
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	48.108.433,53	0,00	48.108.433,53
Investimentos	0,00	0,00	46.738.433,53	0,00	46.738.433,53
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	19.004.847,79	0,00	19.004.847,79
52 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	27.733.585,74	0,00	27.733.585,74
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	791.334.841,63	76.136.404,03	867.471.245,66

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2009 (UFSC, 2009).

Tabela 28: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2010

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	920.731.613,83	88.188.693,17	1.008.920.307,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	627.577.095,85	86.045.481,27	713.622.577,12
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	157.426.810,07	0,00	157.426.810,07
03 - Pensões	0,00	0,00	25.646.325,78	0,00	25.646.325,78
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	12.814.938,12	0,00	12.814.938,12
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	231.982,39	0,00	231.982,39
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	394.578.412,43	0,00	394.578.412,43
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	85.984.635,13	85.984.635,13
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	3.999.853,73	0,00	3.999.853,73
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	30.460.518,12	0,00	30.460.518,12
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	2.164.298,70	60.846,14	2.225.144,84
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	253.956,51	0,00	253.956,51
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	293.154.517,98	2.143.211,90	295.297.729,88
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	2.002.690,25	0,00	2.002.690,25
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	448.962,81	0,00	448.962,81
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	2.645.869,96	0,00	2.645.869,96
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	15.488.643,92	0,00	15.488.643,92
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	101.246,56	0,00	101.246,56
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	22.176.722,86	0,00	22.176.722,86
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	5.900,00	0,00	5.900,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	143.180,31	0,00	143.180,31
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	4.483.797,29	0,00	4.483.797,29
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	11.808,48	0,00	11.808,48
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	3.187.236,01	0,00	3.187.236,01

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	222.098.831,59	956.556,50	223.055.388,09
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	18.109.043,33	0,00	18.109.043,33
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	262.764,42	1.186.655,40	1.449.419,82
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.309.108,60	0,00	1.309.108,60
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	242.388,69	0,00	242.388,69
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	436.322,90	0,00	436.322,90
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	84.355.698,38	0,00	84.355.698,38
Investimentos	0,00	0,00	82.985.698,38	0,00	82.985.698,38
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	11.393.422,80	0,00	11.393.422,80
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	45.297.254,29	0,00	45.297.254,29
52 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	26.295.021,29	0,00	26.295.021,29
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	1.005.087.312,21	88.188.693,17	1.093.276.005,38

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2010 (UFSC, 2010).

Tabela 29: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2011

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	959.088.908,63	93.665.647,21	1.052.754.555,84
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	678.708.321,42	92.290.096,55	770.998.417,97
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	177.492.162,15	0,00	177.492.162,15
03 - Pensões	0,00	0,00	28.703.988,11	0,00	28.703.988,11
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	9.283.694,28	0,00	9.283.694,28
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	164.723,67	0,00	164.723,67
09 - Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	427.178.739,56	0,00	427.178.739,56
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	92.290.096,55	92.290.096,55
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	4.566.716,72	0,00	4.566.716,72
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	30.182.202,66	0,00	30.182.202,66
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	1.252,77	0,00	1.252,77
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	1.134.841,50	0,00	1.134.841,50
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	280.380.587,21	1.375.550,66	281.756.137,87
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	3.278.734,07		3.278.734,07
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	460.115,10		460.115,10
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00		0,00
14 - Diárias - Civil	0,00	0,00	2.490.450,01		2.490.450,01
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	18.924.229,23		18.924.229,23
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	23.500,41		23.500,41
30 - Material de Consumo	0,00	0,00	30.039.635,55		30.039.635,55
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00	20.144,00		20.144,00
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00	229.551,61		229.551,61
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	4.925.395,72		4.925.395,72
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00	40.904,88		40.904,88
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	3.204.010,75		3.204.010,75

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Modalidade de Aplicação				Total no Ano (R\$)
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	Transferências ao Exterior	Aplicações Diretas	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00		0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	186.731.963,22	344.588,13	187.076.551,35
46 - Auxílio -Alimentação	0,00	0,00	17.901.956,83	0,00	17.901.956,83
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	293.745,16	1.029.385,32	1.323.130,48
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00	1.400.643,39	0,00	1.400.643,39
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	399.188,76	1.577,21	400.765,97
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00	10.016.418,52	0,00	10.016.418,52
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	74.302.307,18	0,00	74.302.307,18
Investimentos	0,00	0,00	74.302.307,18	0,00	74.302.307,18
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	5.773.232,54	0,00	5.773.232,54
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	36.315.129,16	0,00	36.315.129,16
52 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	32.213.945,48	0,00	32.213.945,48
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	1.033.391.215,81	93.665.647,21	1.127.056.863,02

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2011 (UFSC, 2011).

Apêndice C

**Tabela 30: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2005,
ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011**

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	142.005.306,00	90,09%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	99.235.725,60	62,96%	69,88%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	17.200.017,94	10,91%	12,11%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	17.952.653,76	11,39%	12,64%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	236,49	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	53.524.752,19	33,96%	37,69%
13 - Obrigações Patronais	5.237.520,96	3,32%	3,69%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	4.772.037,06	3,03%	3,36%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	514.543,14	0,33%	0,36%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	33.964,05	0,02%	0,02%
Outras Despesas Correntes	42.769.580,41	27,13%	30,12%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	13.874,01	0,01%	0,01%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.764.171,60	1,12%	1,24%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00%	0,00%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	4.135.783,33	2,62%	2,91%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	7.473,21	0,00%	0,01%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.179.112,50	0,75%	0,83%
35 - Serviços de Consultoria	20.372,33	0,01%	0,01%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.532.800,20	4,14%	4,60%
37 - Locação de Mão-de-Obra	5.871.047,74	3,72%	4,13%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.329.565,84	4,65%	5,16%
46 - Auxílio-Alimentação	10.313.816,64	6,54%	7,26%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	255.992,06	0,16%	0,18%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	60.333,18	0,04%	0,04%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.285.237,76	3,35%	3,72%
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	15.619.908,28	9,91%	100,00%
Investimentos	15.619.908,28	9,91%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
51 - Obras e Instalações	8.475.620,17	5,38%	54,26%
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.782.440,89	4,30%	43,42%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	361.847,21	0,23%	2,32%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	157.625.214,28	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2005 (UDESC, 2005) e Tabelas 6 e 16.

Tabela 31: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2006, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	125.649.317,40	93,20%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	84.218.841,58	62,47%	67,03%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	12.031.485,40	8,92%	9,58%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	88,83	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	71.671.318,57	53,16%	57,04%
13 - Obrigações Patronais	554,95	0,00%	0,00%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	408.888,03	0,30%	0,33%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	106.505,80	0,08%	0,08%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	41.430.475,82	30,73%	32,97%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	6.025,01	0,00%	0,00%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.335.066,69	0,99%	1,06%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00%	0,00%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	3.068.273,25	2,28%	2,44%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	7.534,37	0,01%	0,01%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.146.118,57	0,85%	0,91%
35 - Serviços de Consultoria	68.882,64	0,05%	0,05%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.567.980,06	4,87%	5,23%
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.207.805,64	5,35%	5,74%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.932.819,54	5,88%	6,31%
46 - Auxílio-Alimentação	9.137.955,59	6,78%	7,27%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	229.322,06	0,17%	0,18%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	4.722.692,40	3,50%	3,76%
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	9.170.163,96	6,80%	100,00%
Investimentos	9.170.163,96	6,80%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	5.470.107,92	4,06%	59,65%
52 - Equipamentos e Material Permanente	3.700.056,04	2,74%	40,35%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	134.819.481,36	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2006 (UDESC, 2006) e Tabelas 6 e 17.

Tabela 32: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2007, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	145.578.926,08	94,65%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	104.378.328,97	67,86%	71,70%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	12.112.361,78	7,88%	8,32%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	51,35	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	82.332.465,28	53,53%	56,56%
13 - Obrigações Patronais	9.158.420,05	5,95%	6,29%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	500.238,45	0,33%	0,34%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	274.558,66	0,18%	0,19%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	233,40	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
Outras Despesas Correntes	41.200.597,11	26,79%	28,30%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	41.456,07	0,03%	0,03%
13 - Obrigações Patronais	48.754,21	0,03%	0,03%
14 - Diárias - Civil	1.118.624,11	0,73%	0,77%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	525.068,65	0,34%	0,36%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	29.665,69	0,02%	0,02%
30 - Material de Consumo	3.011.083,24	1,96%	2,07%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	15.408,80	0,01%	0,01%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.210.326,10	0,79%	0,83%
35 - Serviços de Consultoria	10.180,00	0,01%	0,01%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.004.566,27	3,90%	4,12%
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.785.317,06	5,06%	5,35%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.557.499,89	6,86%	7,25%
46 - Auxílio-Alimentação	7.327.099,51	4,76%	5,03%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	228.736,81	0,15%	0,16%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	71.425,08	0,05%	0,05%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.215.385,63	2,09%	2,21%
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	8.226.144,92	5,35%	100,00%
Investimentos	8.226.144,92	5,35%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	4.723.942,21	3,07%	57,43%
52 - Equipamentos e Material Permanente	3.494.884,16	2,27%	42,49%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	7.318,54	0,00%	0,09%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	153.805.071,00	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2007 (UDESC, 2007) e Tabelas 6 e 18.

Tabela 33: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2008, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	163.991.710,97	92,14%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	116.478.325,27	65,44%	71,03%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	12.777.496,89	7,18%	7,79%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	48,82	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	86.127.526,00	48,39%	52,52%
13 - Obrigações Patronais	16.848.273,59	9,47%	10,27%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	172.167,72	0,10%	0,10%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	436.010,46	0,24%	0,27%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	116.801,79	0,07%	0,07%
Outras Despesas Correntes	47.513.385,70	26,69%	28,97%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	20.481,16	0,01%	0,01%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.433.170,24	0,81%	0,87%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.525.575,42	0,86%	0,93%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	41.122,48	0,02%	0,03%
30 - Material de Consumo	5.726.935,91	3,22%	3,49%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	15.679,43	0,01%	0,01%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.901.223,85	1,07%	1,16%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.165.359,35	3,46%	3,76%
37 - Locação de Mão-de-Obra	8.222.100,76	4,62%	5,01%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.366.202,86	5,26%	5,71%
46 - Auxílio-Alimentação	6.193.345,17	3,48%	3,78%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	285.878,12	0,16%	0,17%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	481.129,82	0,27%	0,29%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.106.253,25	3,43%	3,72%
93 - Indenizações e Restituições	28.927,86	0,02%	0,02%
DESPESAS DE CAPITAL	13.996.567,07	7,86%	100,00%
Investimentos	13.996.567,07	7,86%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	2.747.187,57	1,54%	19,63%
52 - Equipamentos e Material Permanente	11.008.837,65	6,19%	78,65%
61 - Aquisição de Imóveis	104.125,94	0,06%	0,74%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	136.415,90	0,08%	0,97%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	177.988.278,03	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2008 (UDESC, 2008) e Tabelas 6 e 19.

Tabela 34: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2009, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	177.950.290,26	83,33%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	129.804.972,22	60,78%	72,94%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	18.965.078,93	8,88%	10,66%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	46,45	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	91.243.888,12	42,73%	51,27%
13 - Obrigações Patronais	19.127.981,49	8,96%	10,75%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	433.888,15	0,20%	0,24%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	34.089,09	0,02%	0,02%
Outras Despesas Correntes	48.145.318,04	22,55%	27,06%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	29.153,21	0,01%	0,02%
13 - Obrigações Patronais	145.750,70	0,07%	0,08%
14 - Diárias - Civil	1.520.611,11	0,71%	0,85%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.176.585,79	0,55%	0,66%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	6.475.788,20	3,03%	3,64%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	46.785,76	0,02%	0,03%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.527.493,62	1,18%	1,42%
35 - Serviços de Consultoria	9.215,94	0,00%	0,01%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.730.996,71	2,68%	3,22%
37 - Locação de Mão-de-Obra	8.557.308,74	4,01%	4,81%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.668.627,10	5,00%	6,00%
46 - Auxílio-Alimentação	5.754.239,65	2,69%	3,23%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.223.137,08	0,57%	0,69%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	806.394,56	0,38%	0,45%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.473.229,87	1,63%	1,95%
93 - Indenizações e Restituições	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	35.598.984,63	16,67%	100,00%
Investimentos	35.598.984,63	16,67%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	4.925.087,15	2,31%	13,83%
52 - Equipamentos e Material Permanente	27.097.670,72	12,69%	76,12%
61 - Aquisição de Imóveis	3.564.658,16	1,67%	10,01%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	11.568,60	0,01%	0,03%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	213.549.274,89	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2009 (UDESC, 2009) e Tabelas 6 e 20.

Tabela 35: Despesas empenhadas pela UDESC no ano de 2010, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	200.349.673,51	89,53%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	146.674.411,63	65,54%	73,21%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00%	0,00%
03 - Pensões	0,00	0,00%	0,00%
04 - Contratação por Tempo Determinado	19.061.034,33	8,52%	9,51%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00%	0,00%
09 - Salário Família	44,19	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	106.568.419,17	47,62%	53,19%
13 - Obrigações Patronais	20.682.280,37	9,24%	10,32%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	125.507,68	0,06%	0,06%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	203.409,68	0,09%	0,10%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	33.716,21	0,02%	0,02%
Outras Despesas Correntes	53.675.261,88	23,99%	26,79%
04 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00%	0,00%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	18.275,39	0,01%	0,01%
13 - Obrigações Patronais	1.004.632,62	0,45%	0,50%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
14 - Diárias - Civil	1.547.256,44	0,69%	0,77%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.420.772,67	0,63%	0,71%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	5.701.769,69	2,55%	2,85%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	46.208,16	0,02%	0,02%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	0,00	0,00%	0,00%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.808.896,69	0,81%	0,90%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.519.306,48	2,91%	3,25%
37 - Locação de Mão-de-Obra	9.036.715,51	4,04%	4,51%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.808.680,66	5,72%	6,39%
46 - Auxílio-Alimentação	5.878.434,35	2,63%	2,93%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.655.088,21	0,74%	0,83%
49 - Auxílio-Transporte	0,00	0,00%	0,00%
91 - Sentenças Judiciais	2.664.904,17	1,19%	1,33%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.267.727,17	1,46%	1,63%
93 - Indenizações e Restituições	296.593,65	0,13%	0,15%
DESPESAS DE CAPITAL	23.427.693,54	10,47%	100,00%
Investimentos	23.427.693,54	10,47%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	82.312,80	0,04%	0,35%
51 - Obras e Instalações	3.842.021,56	1,72%	16,40%
52 - Equipamentos e Material Permanente	14.399.492,81	6,43%	61,46%
61 - Aquisição de Imóveis	3.711.068,25	1,66%	15,84%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.392.798,12	0,62%	5,95%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	223.777.367,05	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do relatório Comparativo Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga da UDESC – Ano-Base: 2010 (UDESC, 2010) e Tabelas 6 e 21.

Apêndice D

**Tabela 36: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2005,
ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011**

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	696.203.909,11	97,69%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	555.525.025,90	77,95%	79,79%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	112.684.737,54	15,81%	16,19%
03 - Pensões	16.927.112,42	2,38%	2,43%
04 - Contratação por Tempo Determinado	6.781.410,12	0,95%	0,97%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	141.366,57	0,02%	0,02%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	271.933.443,50	38,16%	39,06%
13 - Obrigações Patronais	67.082.920,55	9,41%	9,64%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	871.512,79	0,12%	0,13%
91 - Sentenças Judiciais	68.654.728,47	9,63%	9,86%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.447.793,94	1,47%	1,50%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	140.678.883,20	19,74%	20,21%
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.348.861,46	0,19%	0,19%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	765.738,15	0,11%	0,11%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.111.119,04	0,16%	0,16%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	14.396.081,52	2,02%	2,07%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	273.284,59	0,04%	0,04%
30 - Material de Consumo	21.795.364,90	3,06%	3,13%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	44.179,71	0,01%	0,01%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.949.942,69	0,27%	0,28%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.623.139,21	0,23%	0,23%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	82.333.299,90	11,55%	11,83%
46 - Auxílio-Alimentação	9.631.202,80	1,35%	1,38%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	820.459,93	0,12%	0,12%
49 - Auxílio-Transporte	3.215.188,77	0,45%	0,46%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.239.805,71	0,17%	0,18%
93 - Indenizações e Restituições	131.214,82	0,02%	0,02%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS DE CAPITAL	16.468.843,41	2,31%	100,00%
Investimentos	16.468.843,41	2,31%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	3.946.907,00	0,55%	23,97%
52 - Equipamentos e Material Permanente	12.521.936,41	1,76%	76,03%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	712.672.752,51	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2005 (UFSC, 2005) e Tabelas 6 e 23.

Tabela 37: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2006, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	761.629.173,89	98,13%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	603.756.190,58	77,79%	79,27%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	129.137.311,28	16,64%	16,96%
03 - Pensões	18.604.952,90	2,40%	2,44%
04 - Contratação por Tempo Determinado	7.028.308,29	0,91%	0,92%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	223.795,34	0,03%	0,03%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	298.706.945,63	38,49%	39,22%
13 - Obrigações Patronais	78.823.051,95	10,16%	10,35%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.117.088,22	0,14%	0,15%
91 - Sentenças Judiciais	69.235.170,47	8,92%	9,09%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	879.566,50	0,11%	0,12%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	157.872.983,31	20,34%	20,73%
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.406.898,36	0,18%	0,18%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	684.075,22	0,09%	0,09%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.236.645,03	0,16%	0,16%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	16.623.316,10	2,14%	2,18%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	261.748,76	0,03%	0,03%
30 - Material de Consumo	21.216.063,29	2,73%	2,79%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	57.526,26	0,01%	0,01%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.900.785,08	0,37%	0,38%
35 - Serviços de Consultoria	7.930,92	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.731.365,73	0,35%	0,36%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	97.656.690,41	12,58%	12,82%
46 - Auxílio-Alimentação	9.144.709,28	1,18%	1,20%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	753.639,81	0,10%	0,10%
49 - Auxílio-Transporte	2.591.271,82	0,33%	0,34%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	412.557,47	0,05%	0,05%
93 - Indenizações e Restituições	187.759,77	0,02%	0,02%
DESPESAS DE CAPITAL	14.516.260,51	1,87%	100,00%
Investimentos	14.516.260,51	1,87%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	6.056.719,96	0,78%	41,72%
52 - Equipamentos e Material Permanente	8.459.540,55	1,09%	58,28%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	776.145.434,40	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2006 (UFSC, 2006) e Tabelas 6 e 24.

Tabela 38: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2007, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	778.654.111,60	96,59%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	598.616.525,70	74,26%	76,88%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	125.320.279,32	15,55%	16,09%
03 - Pensões	19.688.182,49	2,44%	2,53%
04 - Contratação por Tempo Determinado	7.265.652,59	0,90%	0,93%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	276.663,78	0,03%	0,04%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	293.769.898,01	36,44%	37,73%
13 - Obrigações Patronais	70.385.647,04	8,73%	9,04%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.200.153,85	0,15%	0,15%
91 - Sentenças Judiciais	67.480.843,79	8,37%	8,67%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	13.229.204,82	1,64%	1,70%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	180.037.585,91	22,33%	23,12%
04 - Contratação por Tempo Determinado	1.971.933,87	0,24%	0,25%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	619.368,88	0,08%	0,08%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.544.164,63	0,19%	0,20%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	17.950.619,53	2,23%	2,31%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	263.156,35	0,03%	0,03%
30 - Material de Consumo	21.996.085,78	2,73%	2,82%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	63.245,64	0,01%	0,01%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	3.509.726,27	0,44%	0,45%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.630.522,94	0,82%	0,85%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	113.227.412,56	14,05%	14,54%
46 - Auxílio-Alimentação	8.760.400,34	1,09%	1,13%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	853.476,56	0,11%	0,11%
49 - Auxílio-Transporte	2.239.086,07	0,28%	0,29%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	197.828,71	0,02%	0,03%
93 - Indenizações e Restituições	210.557,78	0,03%	0,03%
DESPESAS DE CAPITAL	27.464.395,93	3,41%	100,00%
Investimentos	27.464.395,93	3,41%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	13.913.068,49	1,73%	50,66%
52 - Equipamentos e Material Permanente	13.551.327,45	1,68%	49,34%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	806.118.507,54	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2007 (UFSC, 2007) e Tabelas 6 e 25.

**Tabela 39: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2008,
ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011**

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	831.621.185,93	97,71%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	618.010.820,63	72,61%	74,31%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	139.442.648,25	16,38%	16,77%
03 - Pensões	22.597.750,02	2,65%	2,72%
04 - Contratação por Tempo Determinado	11.543.575,09	1,36%	1,39%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	176.947,74	0,02%	0,02%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	324.486.419,83	38,12%	39,02%
13 - Obrigações Patronais	71.104.704,45	8,35%	8,55%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.352.933,12	0,16%	0,16%
91 - Sentenças Judiciais	40.438.645,02	4,75%	4,86%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.867.197,11	0,81%	0,83%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	213.610.365,30	25,10%	25,69%
04 - Contratação por Tempo Determinado	2.060.492,13	0,24%	0,25%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	478.479,11	0,06%	0,06%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	1.581.757,42	0,19%	0,19%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	21.262.898,25	2,50%	2,56%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	372.682,70	0,04%	0,04%
30 - Material de Consumo	28.068.488,61	3,30%	3,38%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	76.079,19	0,01%	0,01%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	4.482.271,88	0,53%	0,54%
35 - Serviços de Consultoria	60.175,11	0,01%	0,01%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.073.984,85	0,36%	0,37%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	140.307.054,66	16,48%	16,87%
46 - Auxílio-Alimentação	8.264.467,27	0,97%	0,99%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.189.782,32	0,14%	0,14%
49 - Auxílio-Transporte	2.035.499,43	0,24%	0,24%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	27.767,25	0,00%	0,00%
93 - Indenizações e Restituições	268.485,13	0,03%	0,03%
DESPESAS DE CAPITAL	19.530.240,89	2,29%	100,00%
Investimentos	19.530.240,89	2,29%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	6.418.983,99	0,75%	32,87%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
52 - Equipamentos e Material Permanente	13.111.256,90	1,54%	67,13%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	851.151.426,83	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2008 (UFSC, 2008) e Tabelas 6 e 26.

**Tabela 40: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2009,
ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011**

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	943.899.590,22	94,45%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	693.258.728,58	69,37%	73,45%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	148.338.386,23	14,84%	15,72%
03 - Pensões	25.898.792,64	2,59%	2,74%
04 - Contratação por Tempo Determinado	17.778.372,92	1,78%	1,88%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	252.632,54	0,03%	0,03%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	378.103.615,35	37,84%	40,06%
13 - Obrigações Patronais	84.769.927,56	8,48%	8,98%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.758.668,38	0,18%	0,19%
91 - Sentenças Judiciais	36.098.524,07	3,61%	3,82%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	259.808,88	0,03%	0,03%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	250.640.861,64	25,08%	26,55%
04 - Contratação por Tempo Determinado	2.053.590,99	0,21%	0,22%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	487.797,68	0,05%	0,05%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	2.215.270,00	0,22%	0,23%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	25.367.337,81	2,54%	2,69%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	10.199,02	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	26.708.164,79	2,67%	2,83%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	0,00	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	162.735,13	0,02%	0,02%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	6.411.102,68	0,64%	0,68%
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00%	0,00%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.755.537,37	0,38%	0,40%
37 - Locação de Mão-de-Obra	1.037.410,25	0,10%	0,11%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	170.757.200,86	17,09%	18,09%
46 - Auxílio-Alimentação	8.081.848,15	0,81%	0,86%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.272.759,96	0,13%	0,13%
49 - Auxílio-Transporte	1.817.680,40	0,18%	0,19%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	272.079,00	0,03%	0,03%
93 - Indenizações e Restituições	230.147,52	0,02%	0,02%
DESPESAS DE CAPITAL	55.420.541,45	5,55%	100,00%
Investimentos	53.842.312,10	5,39%	97,15%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00%	0,00%
51 - Obras e Instalações	21.893.436,92	2,19%	39,50%
52 - Equipamentos e Material Permanente	31.948.875,18	3,20%	57,65%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	1.578.229,35	0,16%	2,85%
61 - Aquisição de Imóveis	1.578.229,35	0,16%	2,85%
TOTAL DAS DESPESAS	999.320.131,67	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2009 (UFSC, 2009) e Tabelas 6 e 27.

Tabela 41: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2010, ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	1.105.795.848,57	92,28%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	782.143.919,35	65,27%	70,73%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	172.542.778,48	14,40%	15,60%
03 - Pensões	28.108.860,91	2,35%	2,54%
04 - Contratação por Tempo Determinado	14.045.415,95	1,17%	1,27%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	254.257,11	0,02%	0,02%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	432.465.445,86	36,09%	39,11%
13 - Obrigações Patronais	94.240.795,74	7,86%	8,52%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.383.915,77	0,37%	0,40%
91 - Sentenças Judiciais	33.385.307,29	2,79%	3,02%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.438.801,07	0,20%	0,22%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	278.341,17	0,02%	0,03%
Outras Despesas Correntes	323.651.929,23	27,01%	29,27%
04 - Contratação por Tempo Determinado	2.194.986,61	0,18%	0,20%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	492.071,78	0,04%	0,04%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	2.899.923,81	0,24%	0,26%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	16.975.848,37	1,42%	1,54%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	110.968,16	0,01%	0,01%
30 - Material de Consumo	24.306.110,11	2,03%	2,20%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	6.466,51	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	156.928,34	0,01%	0,01%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	4.914.327,12	0,41%	0,44%
35 - Serviços de Consultoria	12.942,32	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.493.271,30	0,29%	0,32%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	244.472.948,40	20,40%	22,11%
46 - Auxílio-Alimentação	19.847.855,97	1,66%	1,79%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.588.591,69	0,13%	0,14%
49 - Auxílio-Transporte	1.434.807,93	0,12%	0,13%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	265.662,62	0,02%	0,02%
93 - Indenizações e Restituições	478.218,20	0,04%	0,04%
DESPESAS DE CAPITAL	92.455.450,07	7,72%	100,00%
Investimentos	90.953.904,01	7,59%	98,38%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.487.408,12	1,04%	13,51%
51 - Obras e Instalações	49.646.652,37	4,14%	53,70%
52 - Equipamentos e Material Permanente	28.819.843,53	2,41%	31,17%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	1.501.546,06	0,13%	1,62%
61 - Aquisição de Imóveis	1.501.546,06	0,13%	1,62%
TOTAL DAS DESPESAS	1.198.251.298,65	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2010 (UFSC, 2010) e Tabelas 6 e 28.

**Tabela 42: Despesas empenhadas pela UFSC no ano de 2011,
ajustadas monetariamente pelo IPCA até 31/12/2011**

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
DESPESAS CORRENTES	1.086.430.460,23	93,41%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	795.661.402,20	68,41%	73,24%
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	183.169.847,46	15,75%	16,86%
03 - Pensões	29.622.181,96	2,55%	2,73%
04 - Contratação por Tempo Determinado	9.580.664,55	0,82%	0,88%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	169.992,91	0,01%	0,02%
09 - Salário Família	0,00	0,00%	0,00%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	440.843.492,00	37,90%	40,58%
13 - Obrigações Patronais	95.242.306,49	8,19%	8,77%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.712.798,55	0,41%	0,43%
91 - Sentenças Judiciais	31.147.682,19	2,68%	2,87%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.292,84	0,00%	0,00%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00%	0,00%
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	1.171.143,23	0,10%	0,11%
Outras Despesas Correntes	290.769.058,03	25,00%	26,76%
04 - Contratação por Tempo Determinado	3.383.615,44	0,29%	0,31%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	474.833,43	0,04%	0,04%
13 - Obrigações Patronais	0,00	0,00%	0,00%
14 - Diárias - Civil	2.570.115,45	0,22%	0,24%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	19.529.584,51	1,68%	1,80%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	24.252,15	0,00%	0,00%
30 - Material de Consumo	31.000.554,59	2,67%	2,85%
31 - Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outras	20.788,37	0,00%	0,00%
32 - Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	236.894,59	0,02%	0,02%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	5.082.951,11	0,44%	0,47%
35 - Serviços de Consultoria	42.213,36	0,00%	0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.306.501,84	0,28%	0,30%
37 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00%	0,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	193.060.825,67	16,60%	17,77%
46 - Auxílio-Alimentação	18.474.611,29	1,59%	1,70%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.365.455,27	0,12%	0,13%
49 - Auxílio-Transporte	1.445.447,69	0,12%	0,13%
91 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	413.585,82	0,04%	0,04%
93 - Indenizações e Restituições	10.336.827,44	0,89%	0,95%
DESPESAS DE CAPITAL	76.679.117,02	6,59%	100,00%
Investimentos	76.679.117,02	6,59%	100,00%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.957.908,85	0,51%	7,77%
51 - Obras e Instalações	37.476.791,02	3,22%	48,87%
52 - Equipamentos e Material Permanente	33.244.417,15	2,86%	43,36%

Continua

Continuação

Elemento de Despesa	Total no Ano (R\$)	Análise Vertical	
		No Total	No Grupo
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00%	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00%
61 - Aquisição de Imóveis	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS	1.163.109.577,25	100,00%	-

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos no demonstrativo Balancete Contábil (SIAFI), relativos à execução orçamentária das despesas da UFSC – Ano-Base: 2011 (UFSC, 2011) e Tabelas 6 e 29.